

Todos às manifestações!

## 25 de Abril em festa!

Discursando no comício realizado em Almada, Carlos Carvalhas apelou «para que os comunistas participem e se empenhem no êxito das diversas iniciativas do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Comemorações que assumem uma grande importância no actual quadro político e que deverão constituir, também, uma grande afirmação de determinação no combate por direitos e aspirações legítimas dos trabalhadores e do povo, pelo progresso e a justiça social».



## 1.º de Maio em luta!

Págs. 5,6,7  
e 32

### Branqueamento de capitais e evasão fiscal

Centrais

O branqueamento de capitais e a evasão fiscal são fenómenos que alastram a par do avanço da globalização neoliberal. O tema esteve em debate numa iniciativa promovida pelos deputados do PCP do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu.

## Nos «paraísos» do neoliberalismo

### 10.ª Conferência Nacional Ensino Superior JCP

Sob o lema «De que estás à espera?», decorreu no passado fim-de-semana, em Coimbra, a 10.ª Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP, com jovens de todo o País.

Págs. 14 e 15

### Programa do Governo Retrocesso social

O Programa do Governo passou na Assembleia com a confiança da maioria PSD/PP. Confirma-se que nada há a esperar de bom das opções apresentadas. É um programa de «claro retrocesso social».

Págs. 10 e 11

### Jospin demite-se

### França em choque

A direita e a extrema-direita vão disputar sozinhas a segunda volta das presidenciais, em 5 de Maio. Uma catástrofe política que abalou a Europa.

Pág. 21

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

PROPRIEDADE  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Gago Coutinho  
121/1700 Lisboa  
Capital social:  
€ 125 000.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93

E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

Director  
José Casanova

Chefe de Redacção  
Leandro Martins

Chefe Adjunto  
Anabela Fino

Redactores  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque  
Miguel Inácio

Crafismo  
José Araújo

Fotografia  
Jorge Caria

Secretaria da Redacção  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS\*  
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
44.90 euros

25 números: 4 600\$00  
23.00 euros

EUROPA  
50 números: 23 000\$00  
114.75 euros

EXTRA-EUROPA  
50 números: 33 000\$00  
164.60 euros

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



Operários têxteis manifestam-se no Ministério do Trabalho

## Resumo

### 17 Quarta-feira

O PCP entrega no Parlamento uma moção de rejeição ao programa de Governo, mostrando a sua oposição às propostas do Executivo de coligação PSD/CDS-PP ● Os trabalhadores civis do Exército admitem voltar à greve caso o despacho do ex-ministro da Defesa que determinava a extinção da Manutenção Militar e das OGFENão seja revogado ● O chefe da segurança preventiva palestina na Faixa de Gaza, o coronel Mohammad Dahlane, acusa Washington de «apoiar totalmente a agressão israelita» ● Yasser Arafat afirma à televisão da Tunísia que Powell «fracassou» na sua missão de paz porque o chefe do governo israelita, Ariel Sharon, não ordenou a retirada das suas tropas.

### 18 Quinta-feira

O programa do Governo é aprovado com os votos favoráveis do PSD e do PP e os votos contra do PCP e PS e BE ● Os trabalhadores do grupo EDP e REN entram em greve contra a imposição de aumentos salariais de 3,4 por cento e concentraram-se junto à sede da EDP, em Lisboa, para reclamarem melhores aumentos salariais ● O Tribunal da Marinha Grande absolve das acusações de motim e sequestro os trabalhadores da antiga vidreira Manuel Pereira Roldão e dirigentes do sindicato do sector ● Yasser Arafat apela a uma «acção internacional urgente» para travar o agravamento da situação no Médio Oriente ● Um pequeno avião de turismo choca contra um arranha-céus em Milão, Itália, o edifício Pirelli, de 30 pisos, onde funciona a sede do governo regional da Lombardia.

### 19 Sexta-feira

Num comício na Cova da Piedade, Carlos Carvalhas apela à participação dos comunistas nas manifestações do 25 de Abril e do 1.º de Maio ● Os trabalhadores da fábrica de confeções VESTUS, em Santa Marta de Corroios, concentram-se frente ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho para exigir a intervenção do Governo na defesa dos seus empregos ● Os trabalhadores da Carris entram em greve por melhores salários ● O Exército israelita retira-se da cidade autónoma de Jenin após três semanas de ocupação; as tropas, não obstante, continuam a cercar a zona, situada no Norte da Cisjordânia ● A Autoridade Nacional Palestiniana teme que a qualquer momento o exército israelita invada as instalações de Yasser Arafat, em Ramallah.

### 20 Sábado

Cerca de mil presidentes de Juntas de Freguesia de todo o País, reunidos em congresso reivindicam mais competências para os órgãos autárquicos que dirigem ● A Federação Nacional dos Médicos adverte que o sistema misto público/privado de saúde, tal como é apresentado no programa do Governo, é inconstitucional ● O romancista Umberto Eco propõe um boicote aos produtos anunciados na cadeia de televisão Mediaset, propriedade do primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi ● Tizi Ouzou, capital da Cabília, na Argélia, é palco de confrontos entre manifestantes e a polícia antimotim no final de uma marcha que reuniu mais de 100 mil pessoas, para assinalar o 22.º aniversário da «Primavera Berbere».

### 21 Domingo

Alguns antigos combatentes da Guerra Colonial lançam um ultimato ao Governo: ou o Executivo atende às suas reivindicações e antecipa a idade de reforma para os 55 anos, ou os ex-militares saem às ruas de Lisboa, em manifestação de protesto ● Milhares de pessoas saem às ruas de Paris e de outras cidades francesas numa manifestação espontânea contra o candidato da ultradireita, Jean-Marie Le Pen, que vai à segunda volta das presidenciais com o candidato Jacques Chirac ● O secretário-geral da Cruz Vermelha dinamarquesa mostra-se «chocado» durante a visita ao campo de refugiados palestinianos de Jenine; Joergen Poulsen diz que o que viu é «mais horrível que um tremor de terra» ● Sete crianças são feridas por tiros de soldados israelitas durante uma incursão na zona autónoma de Rafah, Sul da Faixa de Gaza.

### 22 Segunda-feira

Os trabalhadores da Carris entram em greve, a quinta desde o início do ano, em exigência de aumentos salariais superiores aos 3,3 por cento ● Os trabalhadores do Hotel Estoril-Sol, em Cascais, entram em greve para forçar a administração a rever os salários e salvaguardar os postos de trabalho em caso de venda da unidade hoteleira ● Dois polícias palestinianos são assassinados por soldados israelitas nos arredores do campo de El Bourrij, a Sul da cidade palestina de Gaza ● A presidente das Filipinas, Gloria Arroyo, instaura o estado de emergência na cidade de General Santos, no sul da ilha meridional de Mindanao, após a onda de atentados que resultou na morte de 14 pessoas e ferimentos em 60 ● Um atentado contra um deputado do Daguestão, república russa que faz fronteira com a Tchetchénia, faz dois mortos e quatro feridos.

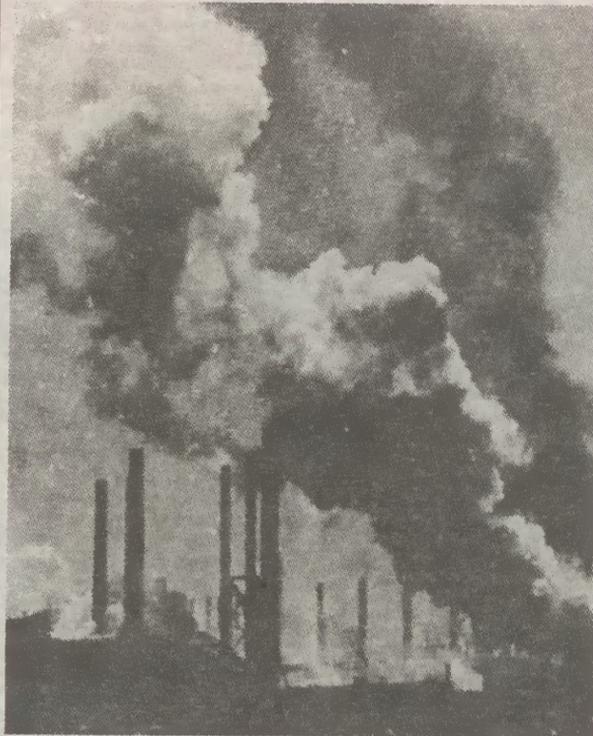
## Aconteceu

### Poluição dos EUA causa 5900 mortes

A poluição produzida por oito centrais eléctricas no centro e sul dos EUA provoca 5900 mortes por ano, segundo um estudo da Abt Associates. O estudo foi publicado na passada semana pelo Rockefeller Family Fund, um grupo de advogados activistas em questões do meio ambiente, ao qual

mais mortes (550), seguido pelo de Ohio (480) e pelo da Carolina do Norte (400).

As empresas responsáveis por estas centrais já tinham sido acusadas pelo Departamento de Justiça de violar normas governamentais sobre a qualidade do ar, durante a administração de Clinton.



se juntou o demissionário director do Departamento Federal para a Protecção do Meio Ambiente.

De acordo com os resultados do estudo, a poluição causa também 140 mil ataques de asma e 14 mil casos de bronquite aguda por ano. O estado da Pensilvânia é o que regista

Eric Schaeffer, o ex-director do Departamento para a Protecção do Meio Ambiente, afirma que «este relatório revela que a incapacidade da administração (do presidente George W. Bush) para fazer respeitar estas normas constitui uma séria ameaça para a saúde pública».

### Marcha pela Palestina

Dezenas de milhar de pessoas participaram, sábado, em Washington, em manifestações de solidariedade com o povo palestiniano, no âmbito da contestação à reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Porta-vozes dos organizadores da Marcha estimaram em 100 mil o número de pessoas que se concentrou frente ao Capitólio; o cálculo foi refutado pela polícia, que reduziu a metade o total de manifestantes.

Apesar da marcha ter decorrido de forma pacífica, registaram-se cinco detenções. A maioria dos manifestantes, de ascendência árabe e muçulmana, mas também judeus, repudiou a ocupação israelita dos territórios palestinianos.

No mesmo dia, várias centenas de pessoas manifestaram-se em frente às embaixadas dos Estados Unidos da América e de Israel, no México, contra a política israelita nos territórios ocupados «com a cumplicidade



### Tabaqueira em tribunal

Cerca de 3500 laringectomizados vão avançar em Maio com uma acção judicial pioneira contra a Tabaqueira Nacional, exigindo uma indemnização de 500 milhões de euros por danos provocados pelo incentivo ao consumo de tabaco.

A iniciativa pertence à Associação Portuguesa dos Limitados da Voz, constituída - explicou à Lusa o seu presidente, Arménio Silva - por cidadãos que foram incentivados ao consumo do tabaco durante a guerra colonial, sem que tivessem sido alertados para os respectivos malefícios.

«Dizia-se que o tabaco relaxava», recorda Arménio Silva, cujos primeiros cigarros foram oferecidos pelo Movimento Nacional Feminino, por altura do seu embarque para África, em 1961.

Hoje, depois de um cancro da laringe diagnosticado há 16 anos e de uma operação que lhe arrancou as cordas vocais, Arménio Silva comunica com o auxílio de uma prótese fonatória.

Os 500 milhões de euros que a APLV reclama como indemnização revertirão para a criação de centros de reabilitação em Portugal.

### Carta aberta a Santana Lopes

A União de Associações de Comércio e Serviços enviou na passada semana uma carta aberta ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Santana Lopes, na qual criticam a ideia de restringir o trânsito em alguns bairros.

Na carta, os empresários do comércio tradicional demonstram estar preocupados com a possibilidade de se cortar o trânsito automóvel ou de exigir o pagamento de taxas nas ruas dos bairros históricos de Lisboa.

De acordo com os comerciantes, a prioridade é criar uma rede eficaz de transportes públicos e construir novos parques de estacionamento.

### Quatro anos e meio para Vale e Azevedo

O ex-presidente do Benfica foi condenado a uma pena de 4 anos e meio de prisão efectiva mas, a partir do momento em que cumpra metade da pena, e se o juiz o entender, poderá gozar de liberdade condicional. Este é, por enquanto, apenas um cenário do processo, porque os advogados de Vale e Azevedo já recorreram a um novo julgamento. Desconhece-se também como vai terminar o outro processo relativo à venda de terrenos na Luz à Euroárea, em que o ex-presidente do Benfica é arguido.

A juíza deu como provado um crime de peculato, que envolve a transferência do guarda-redes russo Ovchinnikov. Anabela Marques considerou como provado que o ex-presidente do Benfica ficou na posse dos cheques de um milhão de dólares entregues por Paulo Barbosa e que não deu conta da sua existência à contabilidade do Benfica. Vale e Azevedo usou o valor para comprar uma embarcação de luxo, o iate «Lucky Me», através da empresa «offshore» JFI, que também ficou provado pertencer ao advogado.

Quanto à questão da indemnização ao Benfica, Anabela Marques considerou que não foi possível apurar «quem deve a quem» e remeteu o caso para um processo cível.

## Crónica Internacional

• Jorge Cadima

# Para além das eleições em França

Os resultados das presidenciais francesas encerram muitos motivos de preocupação e de reflexão. Os principais factos são conhecidos. Na 2.ª volta, os franceses irão escolher entre um candidato de direita implicado em numerosos casos de corrupção e um candidato fascista e racista. Os candidatos dos partidos do governo da «esquerda plural» (Socialistas, Comunistas, Verdes e Republicanos de Esquerda) não apenas se vêem afastados da segunda volta como obtêm votações muito aquém das expectativas e de resultados anteriores. O descontentamento de muitos franceses canalizou-se para a abstenção e para a extrema-esquerda e extrema-direita. É possível e desejável que estes resultados representem um alerta e um factor de mobilização dos trabalhadores franceses. Mas importa registar algumas questões.

Os resultados em França não são um caso isolado na Europa. As eleições legislativas em Itália, Áustria, Dinamarca e Portugal, e as locais em Hamburgo, Roterdão, Bolonha, entre outras, registaram vitórias e avanços importantes da direita e extrema-direita. Para além de factores nacionais e locais que seguramente influenciam as tendências de voto, existem evidentemente causas gerais.

Uma causa central, frequentemente subestimada, é a gravíssima situação mundial resultante da ofensiva pela hegemonia global desencadeada pelo imperialismo norte-americano. Uma ofensiva baseada na guerra, no desrespeito por qualquer norma ou tratado internacional, na imposição pela força e pelo suborno dos seus interesses. Esta

**Procuram lavar a cara ao imperialismo, escamoteando a terrível realidade**

ofensiva – tornada possível pela derrocada do sistema socialista mundial, e até aqui apoiada e justificada por muitos governantes europeus que se reclamam de esquerda – não pode deixar de encorajar e fortalecer as forças mais reacçãoárias, que se alimentam do ódio, da intolerância e da violência como forma de impor a dominação de classe e como forma de manipular o descontentamento e a insegurança económica de largas

massas da população. Este aspecto é tanto mais grave quanto esse descontentamento e insegurança – que atinge largos sectores populares a quem se nega estabilidade e direitos – resulta em grande medida de políticas económicas e sociais de direita, mas levadas a cabo por governos que muitos identificam com a esquerda: a quase totalidade dos países da União Europeia tinham até há bem pouco tempo governos chefiados por partidos social-democratas. E tudo isto é acompanhado de uma gigantesca operação ideológica – em que também têm participado numerosas forças e personalidades que gostam de se proclamar de esquerda – visando culpar e responsabilizar os comunistas e as forças que defendem os interesses dos trabalhadores por todos os males do mundo, ao mesmo tempo que desculpabilizam ou promovem políticas anti-sociais ao serviço do grande capital e procuram lavar a cara ao imperialismo, escamoteando a terrível realidade mundial dos nossos dias.

Uma última questão. Em Portugal há quem, escamoteando ou subestimando circunstâncias externas desfavoráveis, pretenda culpar o próprio PCP pelos seus maus resultados eleitorais recentes. Numa infame campanha pública contra o Partido – campanha que contribuiu em muito para esses mesmos maus resultados em 17 de Março –, chegou-se ao ponto de considerar a «intransigência do PCP» responsável pela política de direita dos governos de António Guterres. Como se fosse culpa do PCP que o governo PS, e todos os «governos PS» da União Europeia, participassem nas guerras da NATO/EUA, privatizassem orgulhosamente mais que os governos de direita, precarizassem o trabalho, os direitos laborais e minassem os serviços públicos e sociais. Um mínimo de honestidade intelectual exige que quem defendeu estas ideias por convicção as reconsidere. Os tempos estão difíceis para quem defende o progresso social. Mas a culpa disso é dos «ortodoxos do PCP», ou é antes dos ortodoxos do capitalismo e do imperialismo (e de quem os serve)? A verdade é que os tempos estão difíceis para os comunistas, para lá de diferenças substanciais na sua concepção de partido. E também para todos os democratas, pessoas amantes da paz, progressistas. Mas cada vez estarão mais difíceis se alguns insistirem em fazer como aqueles homens que, humilhados e maltratados pelo patrão e pela sociedade, não sabem ou não querem compreender as reais causas dos seus problemas e optam antes por ir para casa e bater na mulher...

## Editorial

# DIAS DE FUTURO

Comemoramos mais um aniversário de Abril num momento complexo e difícil da vida internacional e nacional. Também da vida partidária. Num momento em que, por efeito da acentuação crescente do cariz totalitário e anti-humano da nova ordem imperialista, milhares de homens, mulheres e crianças morrem todos os dias, vítimas da fome, da falta de assistência médica, de massacres brutais, de uma prática constante de desrespeito e violação dos mais elementares direitos humanos. Num momento em que o governo de Israel/Sharon prossegue, arrogante e impunemente, a barbárie de conteúdo nazifascista sobre o heróico povo palestino. Num momento em que o direito dos povos à escolha do seu destino (seja na Venezuela, seja em Cuba, seja em qualquer outro país) é todos os dias posto em causa pelo *Big Brother* todo poderoso que mascara a sua índole fascizante com falsas falas e roupagens democráticas. Num momento sobre o qual pesam perigos e ameaças resultantes do ascenso da direita e da extrema-direita na Europa.

Num momento, também, em que, apesar de tudo isto, milhões de pessoas continuam a lutar por um Mundo novo.

Comemoramos Abril num momento em que, em consequência dos resultados das eleições de 17 de Março, um governo integrando a direita mais

então definidas colectivamente com vista ao reforço orgânico, interventivo, social, eleitoral e político do Partido. Num momento em que alguns membros do Partido, cavalgando o natural descontentamento e a natural tristeza do colectivo partidário face aos maus resultados eleitorais obtidos pela CDU (nos quais esses membros do Partido tiveram responsabilidades ineludíveis), persistem, através de iniciativas e acções, numa acção objectivamente desagregadora e divisionista, aplaudidos e acarinhados pela comunicação social dominante que às suas atitudes vai buscar parte do alimento de que necessita para intensificar a violenta campanha anticomunista – uma comunicação social que, com arrogância e total ausência de respeito pela verdade e pelo respeito pelos seus leitores e ouvintes, adoptou como critério trazer a público tudo o que sirva os seus intentos anticomunistas e ocultar, silenciar, deturpar, manipular a verdade sobre a realidade partidária.

Num momento, também, em que o colectivo partidário, assumindo as suas responsabilidades e respondendo às múltiplas exigências que a situação lhe impõe, debate os problemas existentes, busca soluções e caminhos, procura superar as dificuldades e os obstáculos com que está confrontado – e fá-lo num clima de camaradagem, de fraternidade, no verdadeiro sentido que estas palavras têm.

## “Comemoramos Abril pensando em Maio e no seu dia primeiro, Dia dos Trabalhadores”

extremista, se prepara para prosseguir e intensificar os ataques a Abril e aos seus ideais, anunciando ir levar por diante uma política fortemente penalizadora dos interesses dos trabalhadores e do povo e ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos. Num momento em que, um governo que se apresenta como sendo *novo*, apresenta, na sua composição, uma maioria de velhos executantes da política de direita que tem constituído, ao longo dos anos, um instrumento essencial da contra-revolução.

Num momento, também, em que os trabalhadores e as populações se preparam e dão expressão concreta à luta pela defesa dos seus interesses e direitos – que é a luta por Abril e pelos seus ideais.

Comemoramos Abril, ainda, num momento em que, a nível partidário, alguns membros do Partido procuram impor pela prática o que sucessivos congressos sempre recusaram: a constituição de fracções organizadas, e somos forçados a exigir-nos atenções e esforços suplementares para darmos continuidade à intervenção que os trabalhadores e o povo exigem dos comunistas, para prosseguirmos o amplo debate a que temos vindo a proceder em todo o Partido, para prepararmos a Conferência Nacional de 22 de Junho, para aplicarmos as ori-

Assim, comemoramos Abril com a consciência clara da dimensão e do conteúdo dos problemas que se nos deparam, dos perigos e das ameaças que pesam sobre os trabalhadores e o povo, da mais do que previsível acentuação dos ataques às liberdades, direitos e garantias dos cidadãos – mas igualmente, com a firme determinação de prosseguirmos a luta por Abril e com uma sólida convicção na força e na perenidade dos seus ideais e dos seus valores. Comemoramos Abril com a consciência plena de que a Revolução iniciada na madrugada libertadora do 25 de Abril – com as suas históricas conquistas políticas, económicas, sociais, culturais – sofreu, de então para cá, fortes e demolidoras machadadas, desferidas pela contra-revolução ao serviço dos interesses dos grandes e dos poderosos – mas igualmente com a firme convicção de que a Revolução de Abril constituiu o acto de maior modernidade da História do nosso país e nos mostrou um pedaço do futuro pelo qual, nós, comunistas, lutamos há oitenta e um anos e pelo qual continuaremos a lutar até à vitória final (por muito distante que esta possa estar, ou pareça estar) sabendo sempre que cada dia que passa é um dia da luta do dia-a-dia, uma etapa na difícil mas fascinante caminhada para o futuro.

Comemoramos Abril, recordando os tempos exaltantes da Revolução, esse passado empolgante e glorioso – mas com os pés bem assentes no chão pedregoso e duro do presente e, por isso mesmo, com os olhos postos no futuro. Comemoramos Abril, dispostos e determinados a prosseguir a luta pelos seus ideais e valores que, cumpridos, se traduzirão num Portugal livre, justo, fraterno, solidário.

Comemoramos Abril pensando em Maio e no seu dia primeiro, Dia dos Trabalhadores, por isso dia de festa e de luta e, como o 25 de Abril, dia de futuro.

## Actual

## Matéria de reflexão

• José Casanova

Os resultados da primeira volta das eleições presidenciais em França justificam sérias preocupações.

O facto de os dois candidatos apurados serem o primeiro de direita e o segundo de extrema-direita – da extrema-direita neofascista que, desde há anos (e com grandes responsabilidades do PS francês, sublinhe-se) tem vindo perigosamente a ganhar terreno – comporta perigos graves, não apenas para os trabalhadores e o povo de França. Lembremo-nos de situações semelhantes ocorridas na Áustria, Itália, Holanda, Bélgica...

Outro dado extremamente preocupante que emerge desta primeira volta das presidenciais francesas é o do resultado obtido pelo PCF: 3,4% dos votos expressos – ou seja (e comparativamente aos resultados obtidos

nas anteriores eleições presidenciais) quebra de mais de cinco pontos percentuais e perda de mais de 60% do seu eleitorado.

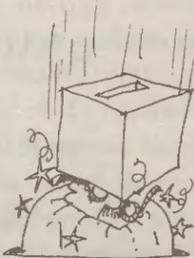
Com efeito, a fragilização de um partido comunista, nomeadamente a redução da sua influência eleitoral, traduz-se sempre em prejuízos para os trabalhadores e os povos – sejam quais forem a linha e a orientação políticas desse partido.

Os tempos actuais são tempos difíceis para os comunistas, em todo o Mundo: esta opinião, que mais uma vez aqui se

expressa, foi mais uma vez confirmada pelos resultados obtidos pelo PCF. São muitos e de difícil superação os obstáculos objectivos e subjectivos que, hoje, se colocam à luta travada pelos comunistas e, de forma particular, à luta eleitoral. O esforço de busca de soluções e caminhos

susceptíveis de superar esta situação é uma preocupação comum a todos os partidos comunistas. Com esse objectivo, o PCF, no seu legítimo direito, optou por levar por diante um processo de «mutação», traduzido em profundas mudanças de características, natureza e base ideológica do partido. Olhando para os resultados eleitorais obtidos pela candidatura de Robert Hue, constata-se que essa «mutação» não conduziu à ambicionada travagem do processo de erosão eleitoral do PCF, pondo em evidência que, nesta matéria, não há soluções milagrosas nem caminhos rectilíneos pronto a servir. Se houvesse, tudo seria mais fácil e há muito os comunistas, em todo o Mundo, homens, mulheres e jovens inteligentes, teriam resolvido a questão.

Ora aqui está uma matéria de reflexão para quem queira... reflectir. Seriadamente. Em qualquer país do Mundo. E, obviamente, em Portugal.



## Tangas e milongas

• Carlos Gonçalves

O primeiro-ministro DBarroso, também chamado «líder» do Movimento Reorganizativo do Neo-Cavaquismo – integrando o CDS/PP, disse há dias que «o país está de tanga». Foi uma frase mal enjorçada para levar água ao moinho duma importante mistificação deste Governo – dramatizar o défice das contas públicas herdadas do Governo PS e impor novo aperto de cinto aos mesmos de sempre, deixar cair as promessas eleitorais e baixar drasticamente a expectativa dos seus eleitores.

E embora as dificuldades orçamentais decorram não tanto da «economia real» mas bem mais do «Pacto de estabilidade», apoiadíssimo por PSD, PP e PS, e das «despesas de representação» e clientelares do PS, já se sabia que a direita ia montar esta milonga.

O prometido «choque fiscal» nunca passou duma tanga (mentira) para enganar eleitor incauto e, logo que possível, deu lugar à anunciada subida do imposto sobre o consumo – com prejuízo de quem menos pode.

E aí estão à tripa forra as tangas e milongas do Governo PSD/PP.

Na economia, a tanga da «promoção da produtividade», e da «aproximação aos parceiros europeus», quando tudo se resume a mais da mesma receita neoliberal que, com nuances, foi servida por Cavaco e Guterres – distribuir os lucros do Quadro Comunitário, avançar nas

privatizações, subavaliadas – tal qual fez o PS – em 5500 milhões de Euros, e apostar na «competitividade», não da especialização produtiva qualificada, mas da mão-de-obra sobreeplorada, dos benefícios à importação de capitais especulativos e «beduínos» e no turismo, tornando a nossa economia ainda mais fragilizada e dependente.

Nas políticas sociais, a tanga do «reforço da justiça social», quando está tudo a saque, como na Segurança Social, cujo «ministro das seguradoras» já implementou o seu revelho programa de plafonamento e privatização. Aliás, vale lembrar que ainda há seis meses Bagão Félix defendia a abstenção do PP no Orçamento do governo PS, hoje «execrável», mas na altura «o menos mau», porque, então como agora, cheirava aos milhões da gestão privada dos fundos de pensões.

Ou a tanga do «estado de graça» de DBarroso e a milonga da sua transmutação numa espécie de reprise do «grande timoneiro» do Governo, para enganar «os Zés e as Marias», na «bipolarização» mediática ou no amor-ciúme com o «irmão siamês» PPortas. Quando de facto manda a direita dos interesses e pesa cada vez mais o CDS/PP – nas políticas económicas, nas áreas sociais, na segurança interna, nas políticas de imigração, na justiça e no mais que adiante se verá.

Tangas e milongas a esclarecer agora. Para que a verdade faça caminho.



## Manchetes, gralhas e muito mais

• Anabela Fino

Denotando um curioso sentido de actualidade e um ainda mais curioso sentido de ética jornalística, o DN de ontem dedicou a sua manchete ao PCP. Repescando a manchete do *Avante!* da semana passada, titula-se em letras garrafais que o «Secretário-geral do PC pode mudar em Junho», hipótese avançada com base no que o DN diz ser uma «convicção» crescente das «bases comunistas».

Dando de barato a existência de um canal privilegiado entre o DN e as bases comunistas, muito oportunamente não identificadas, registamos que a dita convicção advém do facto de no *Avante!* de há uma semana ter aparecido, como antetítulo do anúncio da Conferência Nacional, a frase «Reunião do Comité Central marcada para 22 de Junho». Bastava ter lido o texto de chamada da primeira página e o respectivo desenvolvimento no interior do jornal para perceber que se tratava de uma gralha, e que onde se lia «marcada» devia ler-se «marca».

Não o entendeu assim o DN, apesar

de uma fonte do PCP ter confirmado tratar-se de um engano.

Desperto para a candente questão quase a uma semana de distância, o DN preferiu considerar que o *Avante!* anunciou a realização de uma reunião do CC antes da Conferência Nacional e, na falta de um motivo, ele próprio, DN (ou talvez não...), lhe atribuiu um desígnio: a substituição de Carlos Carvalhas por Jerónimo de Sousa.

Invoca o DN em defesa da sua tese que «as gralhas no *Avante!* são raríssimas» – elogio que registamos mas que infelizmente, segundo os nossos padrões de exigência, nem sequer corresponde à verdade –, pelo que o «suposto engano» só pode ser um «sério indício de mudança à vista na cúpula do PCP».

«Oficialmente, é considerada uma «galha», escreve o DN a iniciar a prosa, para logo se lançar em conside-

rações bem reveladoras de que do PCP e dos seus valores nada sabe. A não ser assim, há muito tempo teria percebido que a prática golpista, o jogo sujo, a traição não fazem parte do nosso quotidiano.

Para o caso a ignorância é irrelevante; o que conta é o objectivo e esse é alcançado, ainda que sacrificando princípios elementares da ética jornalística: transformar a especulação em pretensa informação com o propósito evidente de semear a desconfiança e a confusão entre os militantes do PCP.

A quem serve esta atitude do DN é a questão que todos nos devemos colocar. Não é certamente ao jornalismo, nem aos leitores do jornal e muito menos aos comunistas.

Parafraçando o DN, concluímos que a prosa chamada para manchete «oficialmente, é uma notícia». As parecerças acabam aí.



## Frases

“A França em estado de choque: extremista Le Pen passou à segunda volta das presidenciais.”

(Título de 1.ª página, Público, 22.04.02)

“Estamos aqui para acordar a consciência do mundo. Os cristãos desta Terra Santa estão cá, nós somos os descendentes dos apóstolos e Israel está a impedir-nos de rezarmos em Belém. É a terceira semana em que a basílica não pode rezar. Mas se não houver cristãos aqui, não haverá cristãos em mais lado nenhum.”

(Michel Sabbah, bispo dos católicos de rito latino em Jerusalém, falando em Belém, ibidem)

“Jenin ficou destruído como após um terremoto.”

(Título no Diário de Notícias, 20.04.02)

“É claro que nos prometeram uma descida geral dos impostos, do IRS ao IRC, e a primeira coisa que nos anunciam é uma subida do IVA. Não nos devemos espantar em excesso – uma coisa é ganhar eleições, outra, bem diferente, é governar.”

(João Morgado Fernandes, ibidem)

“Como na generalidade dos países da UE, também em Portugal o papel dos partidos da chamada esquerda democrática tem sido, depois da implosão do sistema soviético, o de ceder a todas as pressões da direita dos interesses, na esperança de aplacar os seus apetites. O resultado tem sido, universalmente, desiludir os eleitores de esquerda e acabar por entregar o poder à direita, a fim de esta terminar o trabalho da liberalização.”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 19.04.02)

“O Programa do novo Governo só pode ser descrito como um programa da direita radical. Se não, vejamos. Cortes generalizadas na despesa pública, salvo num sector simbólico: as forças armadas.”

(idem, ibidem)

“E não falemos da conspícua presença no Governo de representantes mais ou menos directos de alguns dos lobbies mais poderosos do País, desde a banca e as seguradoras aos empreiteiros e clubes de futebol. Para já, no plano fiscal, não só baixará o imposto sobre o capital, como aumentará o imposto sobre o consumo, que proporcionalmente atinge sobretudo os mais pobres.”

(Idem, ibidem)

“O IVA é um imposto indirecto que incide sobre o consumidor final, ou seja, o cidadão em geral. É, como tal, um imposto com uma incontornável componente de injustiça social, uma vez que faz pagar o mesmo ao pobre ou ao rico, ao consumidor final que vive com o salário mínimo ou ao que esbanja fortunas. O capital gosta dos impostos indirectos.”

(Ruben de Carvalho, ibidem)

“É bom importar a ideia de ética no Governo. Mas é obviamente imoral falar em democracia pensando que se pode governar sem ética, querendo que a justiça seja feita apenas para o cidadão comum e não para quem governa.”

(Roberto Damatta, ibidem)

“O país de tanga – decretado pelo Governo – será desmentido, sem apelo nem agravo, pelas longas filas de portugueses que rumarão, no dia 25 de Abril, em carros de alta cilindrada ou em jipes de fim-de-semana, às praias do Algarve, de telemóvel e de cartão de crédito em punho e mota de água no atrelado.”

(Miguel Coutinho, Diário Económico, 19.04.02)

“O défice está a ser escandalosamente manipulado – tal como a “pesada herança” do costume – para justificar medidas brutais de austeridade e, atrás delas, mais privatizações que hão-de dar a machadada final num Estado já de si tão desmantelado.”

(Alfredo Barroso, Expresso, 20.04.02)



Grande comício em Almada reafirma causas e valores do PCP

# Uma força com futuro

«**N**ão conhecemos nenhum partido onde os seus militantes tenham assegurados maiores espaços de participação», afirmou, sexta-feira, em Almada, Carlos Carvalhas num grande comício onde também se prometeu um firme combate ao Governo de direita.

Constantemente interrompidos pelas manifestações de apoio das centenas de militantes que se deslocaram a Almada para participar no comício, os três oradores – Carlos Carvalhas, Jorge Pires e Telma Capucho, da JCP – reafirmaram os ideais e valores que dão corpo ao Partido Comunista Português, considerado, tanto pelo lema do comício como pelo número de jovens presentes, como «uma força com futuro».

O secretário-geral do PCP, cuja intervenção transcrevemos na íntegra, acusou o Governo do PSD e do PP de estar a dramatizar a situação a fim de justificar medidas negativas que pretende levar a cabo. Carvalhas lembrou ainda que «o nosso Partido combaterá com determinação e firmeza os principais eixos desta política, correspondendo a todos aqueles que em nós confiaram», bem como todos os que, «independentemente do seu voto, vão ser agredidos por esta política».

Carlos Carvalhas considerou ainda que as campanhas, venham do interior ou do exterior, de que o Partido está a ser alvo visam a «desagregação do nosso Partido para grande felicidade e alegria das forças e interesses que sabem perfeitamente que o PCP é o grande obstáculo aos seus planos antisociais e às suas políticas retrógradas». O secretário-geral desmistificou também a ideia de que no PCP «não se toleram diferen-

ças de opinião», lembrando que estas «são naturais e necessárias ao acerto de posições, no quadro do normal funcionamento do Partido e não na praça pública, filtrados pelos critérios dos media a que só alguns têm acesso».

**O debate deve ser voltado para o reforço da influência do Partido**

**Reforçar a ligação às massas**

Jorge Pires, da Comissão Política do CC, ao ver a sala cheia de gente e de entusiasmo, considerou que «esta alegria de viver e de lutar, esta determinação e esta capacidade de resistir», típicas dos comunistas, vêm da «profunda convicção de que é justa a causa por que lutamos», mas também por «pertencermos a um Partido, que apontando o caminho da liberdade, da democracia e do socialismo, está ao serviço do nosso povo e da nossa pátria, assumindo sempre com verdade os seus compromissos».

Jorge Pires reafirmou que o PCP aceita a livre expressão de opiniões e que é um partido onde todos contam, «onde todos têm os mesmos direitos, mas também as mesmas obrigações».

Apesar de ver sentenciada mil vezes a sua morte, ou o seu definhamento, o PCP «continua a atrair centenas de novos militantes, como aqui na Península de Setúbal, onde nos últimos 15 meses, aderiram ao Partido cerca de 400 novos militantes, 38 por

cento dos quais jovens até 30 anos e 41 por cento de operários», excluindo os 250 recrutados pela JCP no mesmo período.

Sobre os resultados eleitorais, Jorge Pires afastou explicações simplistas e lembrou que, pelas próprias alterações provocadas pelos ataques ao aparelho produti-

vo protagonizados pelos sucessivos governos, o PCP está hoje mais fraco na ligação aos trabalhadores e às populações.

Sobre a preparação da Conferência Nacional, o dirigente do PCP afirmou ser necessário um debate «em que todas as opiniões contam para uma reflexão colectiva,

mas que, terminado o debate e apurada uma conclusão, a todos responsabiliza». Um debate voltado para as dificuldades e insuficiências da acção do Partido e que apresente soluções para o seu fortalecimento.

Antes de Jorge Pires interveio Telma Capucho, dirigente da JCP, que falou de avan-

ços na intervenção e acção dos jovens comunistas nas escolas e nos locais de trabalho. Reforço que se salda, a nível nacional, por 700 novos militantes no ensino secundário. A confirmar as palavras da dirigente da JCP, uma plateia com largas dezenas de jovens assistia, entusiasmada, ao comício.

Carlos Carvalhas

## Desigualdades vão acentuar-se

Durante a campanha eleitoral afirmámos muitas vezes que era necessário uma mudança, mas uma mudança para melhor.

Hoje com o novo Governo e depois da apresentação do seu programa na Assembleia da República, fica mais claro para muitos portugueses que a política anunciada não dá resposta aos problemas do país e desenha um conjunto de graves ameaças aos direitos e avanços duramente conquistados pelo povo português.

O Governo da direita está a empolar e a dramatizar o défice das contas públicas com três grandes objectivos:

- 1) anestesiar a opinião pública para o aperto do cinto aos trabalhadores e à população em geral;
- 2) justificar o não cumprimento de promessas eleitoralistas;
- 3) chegar ao fim do ano e poder dizer que fez uma grande recuperação em relação ao défice estimado.

Na verdade, o Governo começa a levantar o véu do que pretende. E não é de pequena monta: quer alterar a legislação laboral para, como é evidente, reduzir ainda mais os direitos dos trabalhadores e designadamente os das novas gerações de trabalhadores; quer mais flexibilização; quer desregular os horários de trabalho, com todos os reflexos que essa medida tem para a vida familiar dos trabalhadores; quer facilitar os despedimentos; quer reduzir os salários reais dos trabalhadores da Administração Pública e por arrastamento os do sector privado. Mas vai mais longe. Em vez do aumento das reformas, tal como prometeram, o que se vê no «Programa» é a satisfação da gula das seguradoras privadas, privatizando as partes mais rentáveis da Segurança Social e entregando milhões à sua gula colocando em sério risco a sustentabilidade do sistema.

É uma ofensiva que procura apoderar-se de milhões que foram acumulados com os descontos de gerações de tra-

balhadores. Vai ser necessário dar combate a esta séria ameaça que visa criar uma segurança social assistencial para os menores rendimentos e entregar à segurança privada as partes mais rentáveis. É necessário derrotar esta ameaça aos direitos dos trabalhadores e às novas gerações.

**Negócio na Saúde**

Mas não é só na Segurança Social. A mesma lógica atinge a educação e a saúde, pretendendo-se também aqui fazer da saúde dos portugueses um chorudo negócio, deixando o Serviço Nacional de Saúde, de terceira classe, para os pobrezinhos!

É a tentativa de levar à prática o velho princípio neoliberal de que quem quiser bons cuidados de saúde que os pague.

Na campanha eleitoral, o PSD prometeu também reduzir os impostos. Agora o que temos é o anúncio do aumento do IVA, que além do mais é um imposto injusto, pois atinge da mesma maneira tanto o multimilionário, como o que ganha o salário mínimo.

O argumento do Governo assenta no seguinte: há um défice elevado e para o reduzir é preciso também

aumentar as receitas. É por isso que dizem, vamos aumentar o IVA e depois acrescentam «nenhum governo gosta de tomar medidas pouco simpáticas mas é necessário». Isto é um sofisma. É um sofisma porque o Governo escolhe o IVA mas não escolhe ir buscar receitas à banca que paga de taxa efectiva de IRC 12%. Não toca nos benefícios fiscais que são de algumas centenas de milhões, mantém o regime fiscal do *offshore* da Madeira e abandona de vez a tributação das mais-valias bolsistas.

O imposto que o Governo aumenta, o IVA, é um imposto socialmente injusto e negativo para a competitividade da economia.





### Beneficiar os mesmos

Nós não negamos que há um desequilíbrio das contas públicas. Sempre o afirmámos e demonstrámos. Mas o que também afirmámos é que o Governo está a empolar e dramatizar para fazer avançar a sua política ao serviço dos grandes interesses que inclusive estão representados no Governo. O défice deve ser contido dentro de limites razoáveis. E como sempre dissemos para o reduzir há que intervir no corte de despesas desnecessárias, mas não no corte das despesas sociais tendo até em conta que estas são em relação à média da despesa da União Europeia muito baixas e tendo também em conta que o nível da nossa despesa geral pública (primária) é inferior à média da zona Euro.

Quanto às receitas sempre dissemos que era necessário aprofundar a tributação da banca e das seguradoras e avançar com a reforma fiscal sobre o património criando um imposto sobre as grandes fortunas.

Mas veja-se a opção deste governo: acaba de vez com a tributação das mais valias bolsistas, manda às urtigas as promessas de tributar e controlar os rendimentos que se esfumam no *offshore* da Madeira, mantém os benefícios fiscais às operações financeiras e a única medida que tira da cartola é o aumento do IVA. Mais claro não se poderia ser.

O Programa do Governo da direita tem, como não podia deixar de ser, uma clara opção de classe. Não dá resposta aos problemas do país, vai continuar e acentuar as políticas neoliberais do PS, a acentuar as desigualdades e vai agravar sobretudo a vida de quem vive do seu trabalho.

O nosso Partido combaterá com determinação e firmeza os principais eixos desta política, correspondendo a todos aqueles que em nós confiaram e servindo também todos os cidadãos que independentemente do seu voto vão ser agredidos por esta política. Creio que vós estais de acordo com esta nossa postura.

## Grande comício em Almada Nenhum outro partido tem maior espaço de participação

Entre as muitas e insistentes acusações que quase diariamente são despejadas sobre o nosso Partido com o ostensivo propósito de denegrir a sua imagem e criar anticorpos e desconfianças em relação à sua acção, à sua mensagem e ao seu projecto, há uma que justifica hoje uma resposta directa e frontal.

Referimo-nos à ideia mil vezes repetida e mil vezes falsa de que no nosso Partido não se tolerariam opiniões divergentes, de que no nosso Partido ter opiniões divergentes seria considerado um «delito de opinião» susceptível de ser castigado e sancionado e que, em consequência, o PCP seria um partido onde não há o direito à expressão livre e democrática de opinião.

Em primeiro lugar, queremos reafirmar que no nosso Partido vemos as diferenças de opinião e as reflexões diferenciadas não apenas como uma circunstância normal face à complexidade dos problemas e desafios que enfrentamos mas também como um factor de enriquecimento da reflexão colectiva e um estímulo para um maior acerto das orientações e decisões.

A diferença de opiniões, o confronto de pontos de vista com respeito mútuo, as críticas à direcção, a crítica e auto-crítica, são naturais e necessárias ao acerto de posições, no quadro do normal funcionamento do Partido e não na praça pública, filtrados pelos critérios dos *media* a que só alguns têm acesso. E como é também sabido cada militante não tem a sua opinião somente confinada à sua célula, ou à sua organização, pois é cada vez mais frequente a realização de plenários e de encontros nacionais, onde se encontram militantes de diversas organizações e muitas vezes de toda uma região e até do País.

Em segundo lugar, com plena consciência das nossas deficiências orgânicas e de condicionantes objectivas e subjectivas, que cumpre trabalhar audaciosamente para as atenuar ou superar, queremos salientar que não conhecemos em Portugal nenhum partido onde os seus militantes tenham assegurados maiores espaços de participação, de intervenção e de expressão da sua opinião, onde as estruturas de direcção mais procurem acolher e integrar as suas opiniões e prestar contas das orientações definidas e decisões tomadas e onde o envolvimento dos militantes na construção da orientação do Partido seja maior.

### Campanha planeada

Em terceiro lugar, a verdade é que esta imagem que nos querem colar de um partido intolerante, incapaz de conviver com opiniões diferentes e disposto a sancionar toda e qualquer diferença de opinião não resiste à mais elementar prova dos factos. Com efeito, ninguém pode negar, por exemplo, que a membros do Partido que, na tribuna do nosso último Congresso, legitimamente expressaram as suas divergências com orientações propostas, continuaram a ser confiadas altas responsabilidades tendo mesmo sido investidos em destacadas posições em diversas candidaturas eleitorais. E também não houve entretanto, a alegada «sanha persecutória», nem a alegada «torrente sancionatória», nem as alegadas «purgas» e «expulsões» dezenas de vezes anunciadas em relação a outros membros do Partido.

Em quarto lugar, a verdade que está à vista é que há quem invoque o direito à liberdade de expressão mas apenas como biombo para proteger e encobrir atitudes, comportamentos, acções e iniciativas concertadas que calcam ostensivamente as mais elementares regras de convivência, lealdade, solidariedade e fraternidade dentro do Partido de que, por decisão voluntária, fazemos parte, que violam as mais naturais e normais regras de funcionamento que, ao contrário do que se julga, não existem apenas no PCP mas em todos os partidos e em alguns com características bem mais rígidas do que no PCP. São atitudes, comportamentos e iniciativas que, a manterem-se ou a generalizarem-se, instituiriam um chocante sistema de direitos e deveres desiguais entre os militantes e conduziram certamente à desagregação do nosso Partido para grande felicidade e alegria das forças e interesses que sabem perfeitamente que o PCP é o grande obstáculo aos seus planos anti-sociais e às suas políticas retrógradas.

Em quinto lugar, importa salientar que não se pode confundir direito de opinião, que na vida partidária está assegurado e deve ser firmemente respeitado, com campanhas visivelmente planeadas de deturpações e o uso de métodos e a adopção de atitudes que alguns membros do Partido consideram ter o direito de fazer a outros mas que certamente, no passado ou no presente, não admitiriam que outros membros do Partido lhes fizessem a eles, designadamente se revestissem a forma de uma sistemática e agressiva contestação pública à sua acção no quadro das responsabilidades partidárias que já tiveram ou têm.

### Preparar Conferência Nacional

Reafirmamos o nosso vivo apelo a todos os membros do Partido para que insiram a contribuição da sua opinião e da sua reflexão no quadro normal da vida democrática interna do Partido, para que, expondo e exprimindo com vivacidade, convicção e até paixão as suas opiniões se sintam ao mesmo tempo individualmente responsáveis pela garantia de um clima de respeito mútuo e de debate sério de ideias que evite o agravamento de tensões emocionais e de crispções e que, com inteiro respeito por opiniões diferenciadas, favoreça a escolha das melhores soluções e o fortalecimento dos laços de compreensão recíproca, de trabalho solidário e de intervenção no colectivo partidário.

Isso é tanto mais necessário não apenas porque, na nova situação política e diante dos perigos e ameaças que ela perfila, o nosso Partido é chamado a honrar as suas responsabilidades para com os trabalhadores, para com o povo e para com a democracia portuguesa mas também porque temos diante de nós, entre muitas outras tarefas, a preparação e a realização da Conferência Nacional sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do Partido, que alguns procuram desvalorizar e amesquinhar, mas que constitui, de facto, uma iniciativa de enorme importância no actual momento da vida do Partido, um espaço e um processo de debate democrático interno com condições para corresponder a muitas inquietações e preocupações dos membros do Partido e para o apuramento final de reflexões e linhas de trabalho capazes de responder aos exigentes desafios que nos estão colocados.

## Sindicalistas comemoram Abril

No último fim-de-semana, Carlos Carvalhas participou num jantar comemorativo do 28.º aniversário do 25 de Abril, da iniciativa do

Sector Sindical da Organização Regional de Lisboa, que juntou no Centro de Trabalho Vitória cerca de centena e meia de militantes.



### Açores

## Democracia com mais justiça

A par da convocação do VIII Congresso Regional para discussão e aprovação de orientações específicas a adoptar em 2004 e eleição dos organismos dirigentes, a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP decidiu, na sequência das decisões do Comité Central de 19 de Março, promover um amplo debate interno preparatório da Conferência Nacional a realizar em Junho.

O objectivo dos comunistas é, com base na análise à realidade política específica, «estruturar a organização» do Partido, de forma contribuir para a sua expansão e a construção da «democracia com mais justiça». Aliás, aten-

dendo a que «todas as modificações positivas que se deram na vida regional» tiveram a contribuição do PCP/Açores, a DORAA considera que o caminho de combate às políticas de direita passa pelo reforço da ligação do PCP aos trabalhadores e ao povo, pela afirmação de medidas alternativas e pela criação de capacidade social e política de transformar os descontentamentos em forças de mudança política.

Referindo-se ao novo Governo da República, a DORAA considera «absolutamente indispensável» que ele mantenha com a Região Autónoma dos Açores um relacionamento que se enquadre «num completo

respeito pelos princípios constitucionais e estatutários». Por último, a DORAA frisa a necessidade de se ultimar a Revisão da Lei de Finanças Regionais; prosseguir e intensificar os investimentos do Estado na dignificação dos seus próprios serviços periféricos (Finanças, Justiça, Forças de Segurança); atribuir meios e equipamentos às Forças Armadas por forma a poderem cumprir as suas missões essenciais (Fiscalização da ZEE, salvaguarda da vida humana no mar, evacuação de doentes e acção supletiva em situações de catástrofes naturais); encargar a regionalização de algumas das competências do IMP e do IFADAP.



## Comunistas não abdicam das suas convicções

Mais uma vez, com traços de ódio e requintes de mesquizez, ressoam em muitos «comentadores encantados» as sentenças de «declínio irreversível» e de «morte iminente» do nosso Partido. Mais uma vez, enfrentamos vagas de calúnias, deturpações, falsificações sobre o que somos, o que fazemos e o que queremos. Mais uma vez, acontece esta coisa espantosa e decerto significativa que são milhares de palavras escritas e ditas à volta de caricaturas e imagens falsas do Partido e muito poucas palavras a exprimir divergências reais ou oposição claramente assumida ao nosso património de trabalho, às nossas propostas concretas, ao que defendemos para responder a urgentes preocupações dos portugueses e a instantes problemas do País, ao papel que concretamente desempenhamos em tantas lutas e em tantas causas.

Os comunistas portugueses querem estar conscientes dos problemas e dificuldades que enfrentam com a abertura para a vida e para as suas exigências, querem reforçar o seu empenho individual e colectivo em encontrar os melhores rumos e caminhos para a acção do seu Partido mas é bom que se saiba também que os comunistas portugueses não estão dispostos a render-se aos que gostariam de ter o caminho completamente livre para as suas políticas de injustiça e retrocesso, os comunistas portugueses não vão abdicar das suas convicções e das causas que deram e dão sentido aos seus generosos compromissos de consciência e de vida e à história do PCP. Os comunistas portugueses vão reflectir, unir, trabalhar e lutar para garantir que o PCP vencerá as presentes dificuldades e retomará um caminho de recuperação de influência e confiante afirmação dos seus valores e propostas, para garantir que o PCP é uma força com futuro ao serviço do povo e do País!

Certamente que estais de acordo que daqui faça também um apelo para que os comunistas participem e se empenhem no êxito das diversas iniciativas do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Comemorações que assumem uma grande importância no actual quadro político e que deverão constituir também, uma grande afirmação de determinação no combate por direitos e aspirações legítimas dos trabalhadores e do povo, pelo progresso e a justiça social.

E sendo as iniciativas do 1.º de Maio convocadas e organizadas pela CGTP-IN, permitam-me que daqui saúde a gran-

de Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses e pelo seu intermédio, a luta de todos os trabalhadores.

### Solidariedade activa

É nosso dever continuar a prestar a nossa activa solidariedade ao povo palestiniano. É necessário parar com a agressão e ocupação israelita e com a humilhação da Autoridade Palestiniana, que se tem vindo a desenvolver com a cumplicidade dos EUA, que ainda agora revelou o seu cinismo no Conselho de Segurança ao opor-se que a ONU faça um inquérito ao que se passou no campo de refugiados em Jenine! Uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só será possível com o respeito e a garantia dos direitos nacionais do povo palestiniano, com a aplicação das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

É necessário que os trabalhadores, a juventude e todos os defensores da paz prossigam o movimento de solidariedade com o povo palestiniano e também com as forças da paz que em Israel levantam com coragem a sua voz para que seja posto fim à intolerável escalada de agressão criminosa do governo de Sharon. Também nas instituições o PCP tem tomado a iniciativa, já apresentou uma proposta para um debate de urgência na Assembleia da República e vai estar presente em Bruxelas também, no próximo dia 30, participando numa iniciativa do Grupo Unitário da Esquerda Verde Nórdica, com vista a criar uma dinâmica de solidariedade internacional de solidariedade com o povo da Palestina.

### Cumplicidade dos EUA

No plano internacional é também significativo os acontecimentos que se verificaram recentemente na Venezuela em que o grande capital venezuelano, as multinacionais e uma central de trabalhadores burocrática, corrompida e financiada pelo patronato juntamente com a intervenção prestimosa da CIA, procuraram aproveitar-se da difícil situação económica e social resultante de dezenas de anos de regimes oligárquicos e corruptos e sempre submetidos ao imperialismo

norte-americano para numa tentativa de golpe procurarem liquidar as conquistas alcançadas pelo povo com o novo governo de Hugo Chavez e nomeadamente deitar a mão ao controlo da exploração do petróleo. A Venezuela é um dos principais fornecedores de petróleo aos EUA e tem naturalmente defendido preços mais justos para as suas riquezas naturais, tem por isso e não só, o ódio do Sr. Bush e da oligarquia americana.

Ficou também claro neste caso que para Bush e para a União Europeia interessa pouco como os povos escolhem os seus líderes.

Se os golpes e as «pinchetadas» servem os seus interesses, há a compreensão democrática, se em eleições livres os povos escolhem quem não serve os seus interesses, os escolhidos são sempre candidatos a ditadores ou ditadores por ordem dos *media* e de quem neles manda! A posição da União Europeia foi também neste caso uma vergonha, uma posição de total seguidismo às posições e à batuta da administração Bush, mostrando que o respeito pelos resultados eleitorais e a democracia tem como limites os seus interesses imperiais e de classe.

Permitam-me também que daqui saúde o povo de Timor e o seu presidente eleito Xanana Gusmão e que sublinhe o grande significado e importância dos recentes acordos de paz alcançados em Angola, saudando o MPLA e o povo angolano.

Camaradas:

Nos próximos tempos temos de conciliar iniciativa política e acção, com a reflexão, debate e apuramento de medidas e caminhos que reforcem o nosso Partido e a sua intervenção na sociedade portuguesa, como partido de luta e partido de projecto, isto é, como partido empenhado em animar a resistência e em organizar a luta contra o que está mal, empenhado em ganhar novos apoios para as suas propostas alternativas e construtivas. E teremos de continuar a trabalhar para a afirmação do nosso Partido, necessário e imprescindível à democracia e ao povo português, um Partido que abraça as causas mais generosas que não vira a cara às dificuldades, que estará sempre com os trabalhadores e com Portugal, o Partido Comunista Português.

Viva o PCP!!!

## Emigração Governo desrespeita promessas

O PCP, embora na oposição, está já a dar cumprimento aos compromissos que assumiu, ao invés do PSD que iniciou a sua governação desrespeitando as promessas feitas no decurso da campanha eleitoral.

Quem o diz é a Direcção da Organização da Emigração do PCP que há dias apresentou as suas prioridades no que diz respeito a iniciativas legislativas, que, no imediato, irão incidir sobre três áreas para si fundamentais: o ensino e promoção da língua e cultura portuguesas; a criação de órgãos representativos dos portugueses residentes

no estrangeiro; a criação de um Fundo de apoio aos emigrantes carenciados.

Para além destas questões, a DOE e o Grupo Parlamentar do PCP estão ainda a preparar, com o envolvimento das organizações do Partido na Emigração, algumas outras iniciativas legislativas, no sentido de dar resposta a questões concretas, como sejam a alteração da lei que atribui o tempo de desconto para a reforma dos ex-militares; o fim da discriminação que atinge muitos emigrantes com a dupla tributação; a realização de um Censo da população portuguesa residente no estrangeiro.

Entretanto, numa apreciação ao programa do Governo, recentemente discutido na Assembleia da República, o DOE diz que ele é «generalista, de costas para os emigrantes» e que «nem sequer contempla as promessas eleitorais». Ou seja, expõe «meia dúzia de ideias muito vagas», sem anunciar «uma única medida concreta em favor dos portugueses que trabalham e vivem no estrangeiro». Vai mesmo ao ponto de «pura e simplesmente ignorar a situação em que se encontra o Conselho das Comunidades Portuguesas».

Para os comunistas, trata-se, ainda, de um programa «claramente marcado por uma preocupação economicista», que deixa «antever a posterior redução de verbas para acções destinadas às comunidades portuguesas, ignorando o importante contributo que os nossos emigrantes continuam a dar à economia portuguesa».

### Preocupações aumentam

Referindo-se concretamente ao debate ocorrido na Assembleia da República, o

DOE considera que o ministro da Educação, David Justino, «não confirmou nem desmentiu» os rumores que circulam nas comunidades portuguesas «da passagem desta área do Ministério da Educação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros» e respondeu «de forma evasiva» à questão formulada pela deputada comunista Luísa Mesquita sobre a situação do ensino do português no estrangeiro. Ora, para o PCP «apostar no ensino da língua e da cultura portuguesas nas comunidades lusas não é uma despesa, é um investimento

necessário para o presente e para o futuro de Portugal e consequentemente da nossa diáspora».

Isto e o facto de o Programa não apontar qualquer solução «numa perspectiva de expansão e qualificação do ensino da língua e cultura portuguesas» fazem «adensar» as preocupações do PCP «relativamente ao futuro» e levam-no a reafirmar «a sua determinação em continuar a lutar por uma verdadeira política que dê resposta aos reais problemas e aspirações dos portugueses residentes no estrangeiro».

# Tribuna da Conferência

Iniciamos, nesta edição do «Avante!», a «Tribuna da Conferência», decidida pelo Comité Central do Partido na sua reunião de 13 e 14 de Abril. Repetimos os critérios que presidem à intervenção de todos os militantes na «Tribuna da Conferência», já publicados no «Avante!» de 18 de Abril. Antes da definição e publicação desses critérios, recebemos várias cartas que, naturalmente, não nos é possível publicar por não se integrarem nas normas definidas. Os camaradas que as escreveram deverão, se assim o entenderem, proceder à adaptação dos respectivos textos de forma a poderem ser publicados.

«Conforme decisão do Comité Central, e para além do acompanhamento noticioso sobre a preparação da Conferência Nacional, o «Avante!» passará a integrar, a partir da sua próxima edição, um espaço destinado à publicação de textos com opiniões, reflexões e contribuições diversificadas dos militantes em torno do tema da Conferência.

Apela-se para que a intervenção dos militantes nesse espaço se pautar pela serenidade, respeito recíproco e profundo empenho em contribuir, num quadro de debates de ideias, para o estudo e reflexão sobre as questões, problemas e temas relacionados com os objectivos da Conferência.

Em termos de dimensão, os textos enviados pelos militantes para publicação deverão ser individuais e não poderão exceder os 4000 caracteres (espaços incluídos), devendo ser sempre acompanhados do número de membro do Partido do seu autor.

A Redacção do «Avante!» não poderá responsabilizar-se pelo encurtamento de textos ainda que com consulta aos autores, pelo que será a estes que incumbirá proceder às adaptações de dimensão quando, eventualmente, os textos enviados ultrapassarem os referidos 4000 caracteres.

Quando e se o considerar necessário, a Redacção do «Avante!» assegurará respostas ou comentários aos textos enviados.

De toda a correspondência que contenha propostas ou sugestões sobre os temas da Conferência, será enviada cópia para a Comissão de Redacção.

A correspondência deve ser enviada para: Redacção do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 - Lisboa; E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt ou Fax 217817193.»

## A responsabilidade

Sobretudo desde o início da fase preparatória do XVI Congresso (Dezembro de 1999), o PCP encetou um processo de degenerescência sectária, isolacionista e negacionista. Essa regressão está a conduzir-nos a um definimento acelerado nos planos ideológico, orgânico e eleitoral. Para além dos constrangimentos alheios, gravíssimos erros próprios ampliam os níveis de desilusão, o número de abandonos, a quebra da capacidade de actuar, influenciar, fixar disponibilidades.

Pelo menos nos países com regimes demoliberais ou democráticos, as hipóteses de sobrevivência e crescimento de qualquer organização de esquerda dependem, entre outros factores, da capacidade de gerir e potenciar a diversidade interna; da qualidade e coerência das suas prestações institucionais e mediáticas, da eficácia da política de alianças concretizada, da pluralidade e abertura dos laços estabelecidos com a «sociedade civil» (âmbitos local, nacional e internacional).

Mau grado a hegemonia alcançada a nível global e as virtualidades demonstradas nos países centrais ou semiperiféricos, a economia-mundo capitalista continua a revelar-se profundamente injusta. O socialismo mantém-se, pois, como alternativa desde que analise de forma objectivante os condicionalismos explicativos da «traição da social-democracia» e da «tragédia dos partidos ou regimes estalinistas», recuse soluções ditatoriais (autoritárias e totalitárias), integre a problemática ecologista.

De acordo com a interpretação aqui defendida, partidos comunistas renovados mas não descaracterizados, estruturas sindicais (socioprofissionais em geral) não-reformistas, associações ambientalistas, culturais e outras de matriz não-conformista preservam toda a actualidade e operatividade. Só conjugando os «novos movimentos locais», as «tradicionais estruturas nacionais» e uma reinventada colaboração internacional (ou, mesmo, internacionalista) poderemos ampliar o combate à ofensiva neoliberal.

Quer intervindo ou apoiando quem age num determinado sentido, quer abstendo-se de participar, todos os militantes e simpatizantes do PCP assumem, nesta conjuntura especialmente difícil, a responsabilidade pelo futuro de um colectivo de empenhamentos, virtudes e defeitos. Nada justifica que um Partido tão decisivo para os trabalhadores portugueses, viável apesar das muitas dificuldades, com uma longa história no essencial honrosa, evolua de forma consciente no sentido da autodestruição.

Em alternativa à orientação suicidária imposta por quem domina o PCP e a JCP, urge criar condições para o acesso generalizado a informações e propostas relevantes, debater seriamente e em ambiente de fraternidade. Edificar consensos, admitir a presença das várias correntes de opinião. Manter e acrescentar vectores positivos, abandonando as características negativas. Mais do que conferências nacionais manietadas à partida, é necessário um congresso preparado e concretizado de forma democrática.

Dificilmente algo de válido resultará da vida interna de uma entidade que insista em trocar a reflexão e uma *praxis* esclarecida pelo debitar de insultos e por um «tarefismo» sem horizontes; em substituir

o estudo da realidade à luz de um marxismo (auto)crítico e do diálogo (ou do confronto) com outras perspectivas teóricas pelo enunciar continuado de dogmas (símbolos vazios de conteúdo); em discriminar, caluniar e segregar, expulsar militantes heterodoxos. O ódio e uma lógica de «terra queimada» nunca poderão servir de base ao edificar de partidos comunistas não-estalinistas e, menos ainda, de democracias socialistas.

João Paulo Avelãs Nunes - Coimbra

## Preocupações de um comunista

Antes de mais, os meus parabéns à Redacção do «Avante!» por tomar a iniciativa de abrir o jornal dos comunistas à participação colectiva dos leitores, convidando-os a expor as suas ideias e opiniões.

Mais uma vez o nosso Partido dá uma prova de abertura política e dá também a oportunidade a novos camaradas de escreverem e manifestarem as suas vontades (quicá daí podendo obter novos jornalistas e novos colaboradores para o nosso jornal).

Mas não é só para dar elogios ao «Avante!» que escrevo estas linhas, há muita coisa que me preocupa como militante comunista, e que preocupa o Partido. Senão vejamos.

Os militantes comunistas e as suas atitudes como comunistas.

Tenho notado, de há algum tempo a esta parte, as referências, quase constantes, que a nossa comunicação social faz em relação a atitudes que militantes do PCP têm acerca do modo de funcionamento do Partido, traido um dever de solidariedade e de fraternidade, e em especial de lealdade, para com os nossos camaradas que fazem parte dos organismos de direcção do partido, camaradas esses que, ninguém duvida, querem continuar a ser do PCP.

Agora coloco a seguinte questão.

Alguns desses camaradas fizeram parte do Comité Central e alguns com responsabilidades acrescidas. Será que só agora é que notaram e se aperceberam dos problemas que o nosso Partido tem? O que é que fizeram?

Nada, pura e simplesmente ficaram calados, mudos e quedos.

Não se aperceberam que a luta ideológica é a luta mais difícil que os comunistas enfrentam.

Nós, comunistas, pertencemos a um partido de classe, detestado e temido pelo nossos principais inimigos, que são o capitalismo e o imperialismo.

É caso para perguntar: será que agora esses camaradas já são comunistas bons, e devem ser apoiados pelo capitalismo e os seus órgãos de informação, com o fim de fortalecer o PCP? Duvido!

Temos problemas, que ninguém duvida, e alguns desses problemas são características que se vêm acumulando ao longo dos tempos. Por exemplo, o estilo muito pesado das reuniões; a dificuldade em adoptar um novo estilo de trabalho em relação às novas realidades culturais, económicas e tecnológicas que acompanharam a nossa sociedade, revoluções tecnológicas essas que passam, por exemplo, pela informação, pelo áudio, visual e, em especial pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação, como é o caso da Internet.

Estes problemas existem e devem ser encarados, não os podemos escamotear.

Mas nós, comunistas, temos algo que as outras forças políticas não têm (e que alguns de nós perdemos): a dialéctica que nos pode e deve dar estímulo para a nossa luta.

José Paulo Martins Robalo - Barreiro

## Por um debate esclarecedor

Nota prévia: o autor destas linhas é de origem trabalhadora, operário metalúrgico de profissão.

É membro do Partido desde 1936 e foi preso pela primeira vez com 16 anos incompletos. Forçado a passar à clandestinidade na sequência duma greve nas Construções Navais em 1947, foi preso mais três vezes evadindo-se da cadeia outras tantas vezes para continuar a luta.

No Partido, ao longo dos anos e em várias ocasiões, desempenhou funções em todos os organismos colectivos de direcção, Comité Central, Comissão Política, Secretariado e Comissão Executiva do Comité Central.

Nos últimos anos da ditadura fascista, foi responsável pela Acção Revolucionária Armada (ARA) cujas acções na luta contra a guerra colonial constituíram uma valiosa contribuição para o derrubamento do regime fascista e o advento do Portugal de Abril.

Depois do 25 de Abril, foi responsável pelas Direcções Regionais do PCP de Setúbal e da Região Centro do País.

No plano institucional, foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República.

Esta pequena nota biográfica destina-se apenas a comprovar que o autor sabe do que fala.

\*\*\*

Quando o PCP foi fundado, em 1921, a sociedade portuguesa atravessava as mais difíceis condições económicas, políticas e sociais. A classe operária e os trabalhadores portugueses em geral viviam nessa época um período de grande desorientação ideológica sob a dupla influência do oportunismo político da Internacional Socialista (a II Internacional) e dos ideais anarco-sindicalistas então predominantes no movimento operário e sindical.

Nestas condições é compreensível que o PCP passasse por diversas dificuldades antes de fixar claramente, no início da década de 40, o quadro da sua identidade de Partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores, baseado nos princípios ideológicos do marxismo-leninismo.

Tais princípios foram sujeitos à prova de fogo numa prática política de longos e duros anos de luta e foram reafirmadas ao longo de vários Congressos do Partido antes e depois do 25 de Abril.

Na situação política actual resultante da instalação no poder do governo mais à direita do pós-25 de Abril, que motivou a convocação da Conferência Nacional do Partido para 22 de Junho próximo, a existência e acção política do PCP como a única força política verdadeiramente revolucionária torna-se ainda mais necessária.

A coesão, a unidade de pensamento e acção, impõem-se mais do que nunca a todos os militantes, na base do respeito pelos princípios e regras estabelecidas. Por isso cabe perguntar:

Porquê tão furiosa campanha contra tais regras e princípios, desencadeada e alimentada por uma pléiade de novos e «iluminados» revisionistas, com clara marca de classe, exibindo, como credenciais, pretensos e falsos «sacrifícios» que, em vários casos, não passam de fundilhos coçados nas cadeiras das várias áreas do poder?

Porquê tão grande estímulo e apoio à sua acção que, de forma orquestrada, recebem dos principais órgãos de Comunicação Social burguesa quando todos sabemos (e eles não ignoram) que o PCP é a única força política cuja existência e acção política as classes dominantes verdadeiramente temem e que, por esse facto, quer antes pela violência, quer agora por formas mais refinadas, sempre pretenderam e pretendem destruir?

Nesta pretensão, os novos revisionistas, alguns já a soldo, colaboram vergonhosamente utilizando a variada comunicação social-burguesa posta ao seu dispor e promovendo iniciativas de carácter cisionista.

É um processo de degenerescência política e ideológica, que não sendo um fenómeno novo na longa história do nosso Partido assume, na actual conjuntura, aspectos preocupantes e enganadores dados os meios postos ao seu dispor e os falsos argumentos que utilizam para enganar os incautos.

Não se pode permitir que, mesmo formalmente, se considere membro do Partido quem, pela sua acção sistemática, se colocou claramente à margem dele e contra ele.

Jaime Serra - Lisboa

## Ser ou não ser

O debate que percorre o Partido nestes últimos tempos não difere - julgo - do que ocorreu antes do último congresso: questões estatutárias, linha política, mutações sociológicas na sociedade portuguesa, perda de influência eleitoral e oportunidade do marxismo-leninismo no mundo de hoje.

O peso relativo da classe operária é hoje significativamente menor do que há uns decénios, por via da terciarização da economia; vastos sectores da pequena burguesia proletarizaram-se, pela partilha da condição de assalariado; o tecido social caracteriza-se hoje pela existência de famílias em que a heterogeneidade de classes sociais é um dado relevante, por oposição à homogeneidade relativa do passado. Nestas circunstâncias, diz-se, insistir na prevalência da classe operária como alvo privilegiado do discurso e da acção do Partido é contraproducente; insistir no conceito da luta de classes é assumir a inverosimilhança como arma de combate.

Sendo as alterações sociais um facto, e ainda que o decréscimo da classe operária esteja longe de significar o seu desaparecimento absoluto (mesmo em regiões como o Algarve, com indústria diminuta, mas, por exemplo, com uma importante componente de trabalhadores da construção civil), importa incorporar no discurso e na acção do Partido o vocabulário e as iniciativas que reflectam os interesses particulares de estratos sociais emergentes não só não contraditórios como convergentes com os dos operários e dos trabalhadores em geral. A designação-caracterização de «partido da classe operária», não sendo restritiva («... e de todos os trabalhadores»), continuará a justificar-se como referência histórica à origem e referência política à matriz ideológica inicial, balizando a acção política do Partido.

O facto de os antagonismos de classe se manifestarem hoje transversalmente na família não oblitera a sua persistência na nossa sociedade nem dispensa o Partido de os afirmar. Aliás, se o marxismo/materialismo dialéctico se caracteriza, do ponto de vista teórico, por uma visão do mundo e do devir histórico em que a luta de classes é o motor, a afirmação de filiação marxista não faria sentido se acompanhada da denegação daqueles antagonismos.

A consideração anterior conduz directamente a questões ditas «estatutárias». A afirmação da natureza de classe e revolucionária do Partido implica: primo, que ele é contendor em lado oposto ao dos restantes partidos; secundo, que, estando em guerra (luta de classes), há-de promover métodos e modelos de funcionamento que visem preservar a organização dos seus inimigos (de classe) e conferir eficácia à sua acção política (de classe). O abandono do centralismo democrático, a favor da existência de tendências organizadas, com representação em organismos de direcção, significaria a sua metamorfose em partido do sistema, muito apto a disputar eleições em ambiente de política-espectáculo, mas impotente para assegurar a sobrevivência e lutar pela concretização do ideal do comunismo. A destruição, em curso, do património de confiança e de fraternidade que une os comunistas constitui desde já um elemento notório dessa metamorfose.

Subsiste o problema da perda de influência eleitoral. Claro que as mutações sociais carecem de ser cingidas com rigor e talvez exijam adaptações, na linguagem e na acção. Há, contudo, dois factores contra os quais esbarra a melhor das boas vontades: por um lado, a força incomensurável dos media de hoje, instrumentos de implantação do pensamento único e armas de terrorismo desinformativo ao serviço da classe dominante; por outro, a ofuscação dos valores por que sempre se bateram os comunistas e o concomitante fulgor dos contravalores do individualismo e da fruição egoísta, nesta era de globalização capitalista e de afirmação plena do imperialismo. Conjugados, estes factores talvez cheguem para explicar um voto em muitos casos contrário aos próprios interesses pessoais. Mas será solução adoptar a política, a linguagem e o estilo dos outros?

Fernando Martins - Faro

## SINTRA Luta é o caminho

O Organismo das Empresas do Concelho de Sintra do PCP está preocupado com o agravamento da situação social que o programa do novo governo indicia, designadamente no que respeita à sua intenção baixar os salários aos trabalhadores, de impor novos sacrifícios para as camadas mais desfavorecidas e de privatizar importantes áreas sociais e serviços públicos.

A este programa, os trabalhadores comunistas de Sintra contrapõem os seis projectos de lei apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP já no início da legislatura - com vista ao aumento do salário mínimo nacional e das pensões mínimas de invalidez e velhice, à redução progressiva do horário normal de trabalho para as 35 horas semanais, à repartição da tributação das mais-valias, à despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez e à criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes -, e, apelando à participação dos trabalhadores nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, acrescentam que «só com a luta se pode defender o direito ao emprego, ao salário e outras regalias».

## AVEIRO Solidariedade com a Palestina

A DORAV do PCP condena, em tomada de posição pública, a «criminosa ofensiva» do Governo de Ariel Sharon contra o Povo Palestino e considera urgente «forçar o governo israelita a respeitar os direitos humanos e a legalidade internacional».

Relativamente ao Governo português, os comunistas exigem que ponha fim «às hesitações e ambiguidades» e tome as «medidas políticas e diplomáticas que pressionem Israel a parar com os seus crimes e a respeitar a legalidade internacional».

O PCP reafirma, ainda, o «firme apoio dos comunistas do Distrito de Aveiro à justa causa nacional do povo palestino e à sua heróica luta contra o ocupante israelita e pela instauração do seu próprio Estado independente e soberano», expresso, aliás, numa recolha de assinaturas de solidariedade com o povo palestino e na realização de uma Sessão Debate com a participação de Salah El-Qatta, conselheiro da Embaixada da Autoridade Palestiniana em Portugal, João Gustavo.

## MONTIJO Valeu a pena!

Num comunicado de apelo à participação dos democratas do concelho no jantar que hoje realiza para comemorar o 25 de Abril, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP recorda o que essa data «representa para todos nós», já que, para além de ter posto fim ao regime fascista e à guerra colonial, foi o «início de uma nova era». Com Abril, prosseguem os comunistas, conquistou-se o direito à liberdade e a legalização dos partidos, melhores condições de vida para todos, conquistou-se o direito ao trabalho com direitos, o direito à greve e à organização sindical, conquistou-se, em resumo, «o direito a construir o futuro». Tanto que, hoje, apesar dos ataques que desde logo começaram a ser desferidos contra os ideais e valores de Abril, pode-se olhar para trás e dizer que «valeu a pena o 25 de Abril e que por ele e pelos ideais que representa, os comunistas portugueses continuarão a lutar».

# Abril, uma Revolução inacabada

No passado domingo, Otel Saraiva de Carvalho, em entrevista à Antena 1, afirmou que no essencial estavam atingidos os grandes objectivos da Revolução de Abril, porque, segundo o próprio, com a independência de Timor, encerra-se o processo de descolonização e assim os três "D" estão cumpridos.



Jorge Pires  
Membro  
da Comissão  
Política

Não fosse o papel destacado que Otel teve no processo revolucionário, diríamos que estávamos perante mais uma avaliação desprovida de sentido, vinda de pessoas que, tendo vivido e participado no processo, estão hoje muito afastadas politicamente da essência e dos objectivos do 25 de Abril.

Mas não é assim. O próprio Otel, no decorrer da entrevista, disse, e passo a citar, «... não sou o filho, sou o pai da revolução». O mínimo que se exige a um pai é que conheça o filho, os caminhos que percorre e

quistas de Abril e desta forma os responsáveis por este processo.

Otel sabe perfeitamente que estão longe de ser atingidos os grandes objectivos de Abril e que é dever de todos aqueles que se dizem estar com os ideais da Revolução tudo fazerem para prosseguir a sua concretização.

Tal como é verdadeira a afirmação de que a Revolução de Abril deixou marcas profundas na sociedade portuguesa em todos os planos, social, político, económico e cultural, também o é afirmar que Abril é uma Revolução inacabada.

Inacabada, mesmo tendo em conta o programa do MFA, que apesar de inicialmente ser o resultado dum compromisso de várias tendências que o tornaram contraditório e insuficiente em

muitos aspectos, sofreu importantes modificações com a dinâmica revolucionária introduzida pelo movimento operário e popular.

O PCP sempre considerou e actuou em conformidade com a convic-

ção de que era fundamental para a consolidação do processo revolucionário a destruição dos monopólios, do poder do latifúndio, de forma integrada introduzir profundas transformações nas estruturas económicas e sociais, consolidando desta forma as liberdades. É do programa do PCP a afirmação de que «as revoluções tão profundas não se resumem a um acto revolucionário, nem se consomem num curto período. Constituem um processo mais ou menos demorado e acidentado que pode conhecer desenvolvimentos inovadores».

## Aprofundar a democracia

A defesa das conquistas democráticas da Revolução de Abril, apesar de todas as derrotas que lhe foram infligidas, constitui ainda hoje um património de luta do PCP e corresponde à firma convicção de que elas eram e são fundamentais para as necessidades de desenvolvimento, bem-estar e progresso do nosso povo.

Defender Abril é denunciar as medidas que levam à perversão do regime democrático, o agravamento da exploração dos trabalhadores, a liquidação dos seus direitos e liberdades, a limitação de direitos sociais, o crescente domínio do poder económico sobre o poder político, a crescente subordinação da nossa soberania face aos interesses dos países mais ricos da UE.

O caminho para defender Abril é o da luta.

A luta por um regime de liberdades no qual o povo decide efectivamente sobre o seu destino, aprofundando os caminhos da participação.

A luta por um desenvolvimento económico assente, numa economia mista ao serviço do povo e do país, que tenha como objectivo central a melhoria do nível e da qualidade de vida dos Portugueses.

A luta por uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo, que elimine as desigualdades e as injustiças sociais.

A luta por políticas que garantam o efectivo exercício dos direitos culturais e que eleve a participação criadora dos trabalhadores e dos cidadãos em geral na vida social.

Neste novo quadro político nacional saído das eleições de 17 de Março, com uma direita retrógrada ávida de poder e simultaneamente apostada em continuar com o processo de destruição de tudo o que tenha a marca da Revolução de Abril, a evolução da situação internacional com o imperialismo a reforçar posições em várias zonas do mundo, com o ascenso da extrema-direita ao poder em vários países da Europa, como aconteceu na Áustria, em Itália e com os resultados obtidos na Bélgica, na Holanda e agora na primeira volta das eleições presidenciais Francesas, comemorar o 28.º Aniversário da Revolução dos Cravos é dar força nas ruas ao movimento de afirmação de que os portugueses estão determinados a prosseguir os caminhos que Abril abriu e a manter vivo o espírito da Revolução inacabada.

## //O caminho para defender Abril é o da luta//

para onde quer ir ajudando-o a encontrar o caminho certo. Objectivamente, estas afirmações acabam por branquear um longo processo contra-revolucionário que destruiu muitas das mais importantes con-



# Um programa contra o Serviço Público

• António Filipe

O desmantelamento dos serviços públicos de rádio e de televisão é um propósito que resulta muito claramente do Programa do Governo PSD/CDS-PP recentemente apreciado na Assembleia da República. O texto do Programa fala por si. Em relação à RTP, está prevista “a cisão em duas empresas da actual RTP, S.A., permanecendo apenas uma delas, com a titularidade de uma só licença de televisão, sob a responsabilidade do Estado”; e “a concentração na empresa que ficará sob a responsabilidade do Estado do serviço público de televisão, através de um canal generalista e da conjugação da RTP Internacional e da RTP África”. Relativamente à RDP, o Governo preconiza a “concentração da sua actividade num canal generalista (RDP 1) e na RDP Internacional”, e a “rentabilização, considerando a situação de mercado actualmente existente e os operadores que nele actuam, dos activos da empresa, alienando a Antena 3 e avaliando um novo modelo para a Antena 2.”

Prevê-se assim tempos difíceis para os serviços públicos em geral (anunciados que estão os propósitos privatizadores em áreas sociais fundamentais, como a saúde ou a educação) e para o sector da comunicação social em particular. Vamos assim ser confrontados com um retrocesso a todos os títulos lamentável. Num momento em que são cada vez

O exemplo italiano, em que o patrão de um império mediático chegou à chefia do governo, é bem elucidativo dos perigos da concentração dos meios de comunicação social. No entanto, em matéria de degradação da programação televisiva e da ausência de quaisquer escrúpulos na utilização das televisões segundo uma lógica exclusivamente comercial, sacrificando em absoluto valores culturais e padrões éticos, temos já em Portugal exemplos suficientes para compreender a importância de um serviço público de televisão que possa escapar a essa lógica e desenvolver uma programação alternativa de referência, capaz de contrapor os valores da cidadania à ditadura do mercado. É verdade que o serviço público de televisão em Portugal não tem sido bem gerido. Desde logo, porque o PSD, aquando da sua anterior passagem pelo governo, não disfarçou muito a intenção de iniciar o caminho para a sua destruição, colocando a RTP à mercê de gestões políticas ruinosas e tomando decisões que comprometeram de forma decisiva a sustentabilidade financeira da empresa. Depois, porque os governos PS dos últimos seis anos se ficaram pela desorientação e se revelaram incapazes de definir uma linha de rumo minimamente coerente para a salvaguarda do serviço público de televisão.

O resultado de tudo isto é que o PSD se prepara agora para colher o que semeou entre 1990 e 1995, retomando a linha de destruição da RTP que iniciou e que não foi decididamente invertida nos últimos anos. O que está neste momento na ordem do dia é portanto o fecho (ou a alienação?) de um dos canais de RTP, reduzindo assim de forma drástica as possibilidades de intervenção de um serviço público que é reconhecido em toda a Europa como cada vez mais necessário.

Acontece, porém, que, no que à RDP se refere, os propósitos de alienação da “Antena 3” e de “avaliação de um novo modelo” para a “Antena 2” não têm sequer a mínima justificação económica. A RDP tem mantido três canais de âmbito nacional e dois canais internacionais e a sua subsistência económica não tem constituído nenhum problema para o Estado Português. E se não tem justificação económica, também não tem nenhuma justificação do ponto de vista cultural. A alienação da “Antena 3” não tem outro fundamento que não seja o propósito de passar

para as mãos de algum grupo privado um sector do mercado radiofónico dirigido especialmente aos jovens (que em termos comerciais está longe de ser despidendo). Por seu lado, a “avaliação” da “Antena 2” faz temer a prática de um crime de lesa-cultura que seria a destruição do único canal de rádio destinado à divulgação de música clássica e a programas com uma forte componente cultural, que poderá, infelizmente, não ser ouvido pela grande massa, mas que é uma referência incontornável do serviço público de radiodifusão.

mais as vezes que se levantam contra os efeitos negativos da concentração dos grandes meios de comunicação social num número cada vez mais reduzido de grupos económicos, em que são cada vez mais visíveis os efeitos nefastos da prevalência de uma lógica puramente comercial na programação das televisões, e em que se salienta a importância dos serviços públicos de televisão para a própria democracia, eis que surge em Portugal um Governo a preconizar, na prática, a destruição dos serviços públicos de rádio e de televisão.



Mais uma empresa têxtil encerra as portas no concelho de Gouveia

# Prosegue a liquidação dos postos de trabalho

Notícias sobre o encerramento de empresas continuam a vir a público a um ritmo inusitado. No concelho de Gouveia, na esteira do sucedido com outras, a têxtil Bellino & Bellino anunciou recentemente o fecho das suas portas.

Com os postos de trabalho gravemente ameaçados estão os seus trabalhadores que receberam no passado dia 5 do corrente, da administração, uma carta de cessação de contrato de trabalho.

O facto foi recebido com tanto maior estranheza quanto nada fazia prever o encerramento, dado, inclusivamente, ter sido uma das nove empresas da Região Centro que viram em 1999 aprovado «um projecto que envolvia um investimento de 109 mil contos, no âmbito do Programa Iniciativa Comunitária PME», conforme noticiava em 7 de Abril passado o jornal «Público».

Acresce ainda a não existência de quaisquer dívidas

à Segurança Social, nem aos trabalhadores, surgindo apenas como únicos credores os bancos.

**Incerteza quanto ao futuro é motivo de preocupação para os trabalhadores**

Seramente preocupados quanto ao seu futuro estão os trabalhadores, muitos dos quais com idades que rondam os cinquenta anos. Deste quadro têm os suas organizações representativas dado conta, em múltiplas diligências, junto das mais variadas instâncias.

Preocupado com a situação está também o Grupo Parlamentar do PCP que, através do seu presidente, Bernardino Soares, inquiriu já o Governo no sentido de saber que medidas pensa este adoptar para assegurar a retoma da actividade da empresa e a

manutenção dos postos de trabalho.

Em requerimento dirigido aos ministérios da Segurança Social e do Trabalho, o líder parlamentar comunista pergunta ainda se o Executivo confirma ou não o apoio dado à empresa em 1999, com o objectivo de garantir a continuidade na laboração, e, em caso afirmativo, como tudo levar a crer, se «tenciona accionar algum mecanismo legal no sentido de fazer cumprir compromissos assumidos com o Estado».

As garantias aos trabalhadores pelas indemnizações que lhes são devidas constitui outra das questões suscitadas no texto por Bernardino Soares, onde inquire, por último – depois de lembrar que na última década mais de dois mil postos de trabalho foram liquidados no sector têxtil em consequência do encerramento de empresas – se está nos propósitos do Governo «criar medidas especiais de incentivo ao emprego e à promoção social nesta área».



Um grito ecoa pelo mundo exigindo o fim da agressão israelita ao povo palestino

Situação no Médio Oriente

## PCP requer debate de urgência

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a realização de um debate de urgência sobre a «situação no Médio Oriente». Este pedido, anunciado pouco depois do início da Legislatura, ganha crescente actualidade face ao continuado agravamento da acção agressora de Israel contra o povo palestino.

Para a bancada comunista, a situação naquela região é vista como de «gravidade extrema», por responsabilidade, acusa, da «guerra total adoptada pelo governo de Ariel Sharon».

Por isso, do seu ponto de vista, a Assembleia da República não pode deixar de pres-

tar a «imediata atenção» perante um quadro em que, entre outras atrocidades e violações, se assiste à violação reiterada das Resoluções das Nações Unidas por parte do Estado de Israel, ao massacre do povo palestino levado a cabo pelas tropas israelitas que ocupam ilegalmente o seu território, ao desprezo do governo de Ariel Sharon a todos os apelos e decisões da comunidade internacional que exigem a retirada imediata dos territórios autónomos palestinianos.

O Grupo Parlamentar do PCP, no texto em que requer o debate, lembra ainda, aduzindo mais argumentos em

favor da sua realização, o persistente isolamento de Yasser Arafat, presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, o cerco à Igreja de Natividade em Belém e a prática reiterada de assassinatos sumários da população civil palestiniana que configuram verdadeiros crimes contra a humanidade.

Não pode igualmente deixar de merecer atenção, no entender do PCP, a «humilhação sem precedentes imposta à diplomacia da União Europeia pelas autoridades de Israel», bem como a «ameaça à paz mundial que representa o possível alastramento deste conflito».

Programa do Governo não serve os interesses do País

# Claro retrocesso social

O programa do Governo, em debate na passada semana, passou no Parlamento com um voto de confiança da maioria PSD e CDS/P. Das opções e prioridades nele vertidas, confirmando o que já se previa, nada há a esperar de bom. É um programa de «claro retrocesso social», disse-o sem tibiezas ou meias palavras o PCP.

Para Durão Barroso, que se apresentou no final com pose vitoriosa, a hora é de arregar as mangas. Nada porém permite concluir que o rumo traçado vá no sentido da resolução dos problemas do País e dos portugueses. O que se perspectiva, pelo contrário, é o seu acentuado agravamento, face ao conjunto de intenções e medidas anunciadas de matriz conservadora e neoliberal.

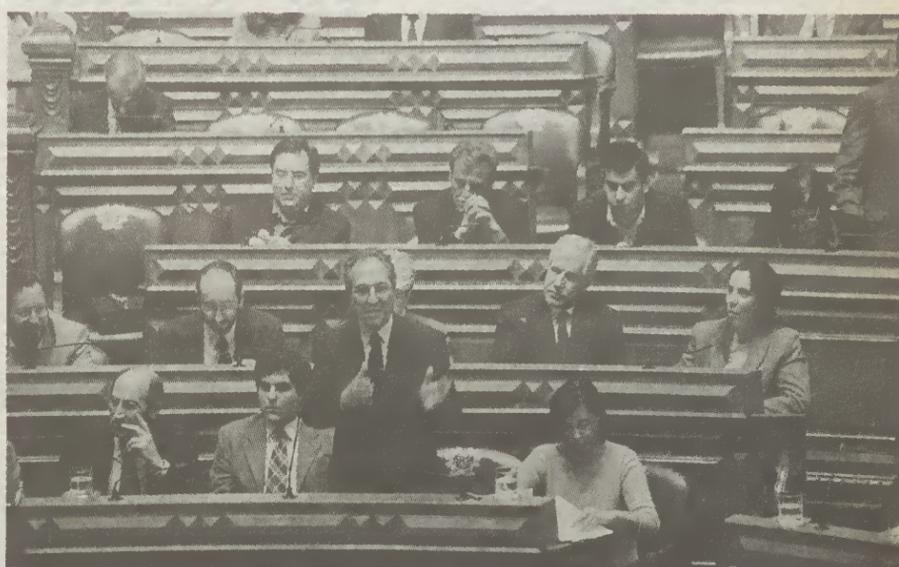
Para já, como facto a reter, fica a rapidez com que o

PSD deixou cair algumas das promessas que terão pesado na opção de voto de muitos portugueses. Afinal os impostos já não vão baixar, mas aumentar. Inalterados vão manter-se os benefícios fiscais nos off-shores. A tributação das mais-valias bolsistas é para liquidar. O choque fiscal resume-se ao aumento desse imposto cego que é o IVA.

«Onde está no concreto e com calendarização o

aumento das pensões e reformas – a tal preocupação com os velhinhos – ou, por exemplo, o subsídio de risco para as Forças de Segurança Pública? Onde é que está a dignificação dos agentes de segurança?», perguntou, a propósito, o Secretário-Geral do PCP, deixando claro que afinal de contas «as promessas demagógicas ficaram no tinteiro».

O que não sucede com outras opções e medidas. Para estas, consideradas estruturantes no programa do Executivo, chamou igualmente a atenção a bancada comunista, agregando-as em três grandes linhas negativas (ver texto nesta página). No seu conjunto, em síntese, delas emergem a tentativa de introduzir mais flexibilização e desorganização dos horários de trabalho, redução de direi-



O Governo quer pôr em causa direitos mínimos dos portugueses, alertou no debate a bancada comunista

tos sociais, a desresponsabilização do Estado em relação às suas funções, mais privatizações, mais privilégios e benefícios aos gran-

des interesses económicos e financeiros.

Razões de sobra, em suma, para o voto contra do PCP e para a apresentação da sua

moção de rejeição (houve uma outra moção subscrita pelo BE), que teve os votos contra do PSD e do CDS/PP e a abstenção do PS.

## Desvalorizar o trabalho privilegiar o capital

O programa do Governo, na perspectiva do PCP, «não serve os interesses do país e dos portugueses». Para esta avaliação, numa leitura à sua estrutura fundamental, concorrem três grandes traços que a bancada comunista identificou como negativos. De comum, entre todos eles, a orientação no sentido de desvalorizar o factor trabalho e privilegiar o capital.

O primeiro, confirmado pelo debate, diz respeito aos direitos de quem trabalha, seja no plano dos salários, da manutenção dos postos de trabalho ou da regulamentação das relações laborais. Bernardino Soares, líder parlamentar comunista, na sua intervenção final, deixou o alerta para o «ataque cerrado» que o Governo prepara em qualquer destes domínios, acusando-o de querer abdicar de exercer a garantia de protecção dos trabalhadores, deixando estes «à mercê do arbítrio das multinacionais e dos

empresários sem escrúpulos».

A segunda grande área onde transparecem de modo claro os intuitos do Governo refere-se às contas públicas. Foi visível o esforço de dramatização da actual situação neste capítulo, levado sobretudo a cabo pela ministra Manuela Ferreira Leite. Ora a verdade é que com o empoamento desta questão, como denunciou Carlos Carvalhas, o que o Governo procura é «justificar o não cumprimento de promessas», criando, em paralelo, «um clima de anestesia» propício para desencadear o «aperto do cinto aos trabalhadores da administração pública» e, por extensão, «uma política geral de «contenção salarial» também no sector privado».

Trata-se, por outras palavras, como foi sublinhado pelo deputado comunista Lino de Carvalho, de dramatizar o desequilíbrio das

finanças públicas para justificar medidas restritivas, política e socialmente injustas, assentes, fundamentalmente, na diminuição da despesa, ignorando o lado da receita.

Como terceira grande linha negativa no programa do Governo – e por isso alvo de cerradas críticas do PCP –, surge a assumida prioridade ao prosseguimento das privatizações.

Esta aposta em privatizar quase tudo o que ainda há para privatizar na área económica estende-se agora perigosamente às áreas sociais. Sendo este o principal traço que atravessa todo o programa do Governo, como assinalou Lino de Carvalho, nele não pode deixar de ser visto o intuito expresso de desresponsabilização do Estado, acompanhado da «entrega à voracidade dos interesses privados» de estratégias empresariais e sectores da economia nacional.

«Não restam dúvidas que o primeiro-ministro e a ministra Manuela Ferreira Leite estão a dramatizar o desequilíbrio das finanças públicas, para depois poderem aparecer, no final deste ano, como os campeões da sua recuperação e da redução do défice e poderem apresentar boas contas a Bruxelas, sem ter em conta os interesses nacionais. Mas para terem também uma justificação para a política de diminuição da despesa, em particular das despesas sociais e dos salários dos trabalhadores da administração pública bem como para o recuo das políticas públicas».

Lino de Carvalho

«O princípio da subsidiaridade traduz-se neste Governo em entregar tudo o que é rentável ao apetite dos grandes interesses e em manter tudo o que é deficitário para ser pago pelos impostos!!! Parabéns ao PP. Este Programa é essencialmente seu, mas quem vai ser atingido é o povo e o país.

Parabéns também à Dr. Manuela Ferreira Leite que, no próximo Orçamento, não terá de o negociar com o presidente

da CIP numa suite de Hotel, como aconteceu com o primeiro governo PS. Não por ter uma maioria parlamentar, mas sim porque os lobbies já estão presentes no Governo, na saúde, na segurança social e em muitos outros ministérios. E estando presentes no Governo com os seus interesses vertidos no Programa, o Dr. Durão Barroso não precisa de lhes resistir. Cumprirá assim a sua promessa de não se render aos lobbies!»

Carlos Carvalhas

«A política anunciada assenta não no Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito que a Constituição consagra mas num sistema nacional de saúde que pretende igualizar a intervenção pública, e privada, formulação que foi derrotada na Revisão Constitucional de 1997.

O que se prepara é portanto a entrega aos privados de áreas da prestação de cuidados de saúde com potencial lucrativo numa lógica de desnatação, mantendo obviamente no sector público as áreas de maior complexidade técnica e social».

Bernardino Soares

## Ataque a direitos sociais

Avançar ainda mais na privatização dos serviços de saúde – impondo uma «filosofia de menorização dos serviços públicos em favor dos privados», segundo Bernardino Soares – parece ser a palavra de ordem que anima o elenco governamental. A mesma motivação posta relativamente à educação, onde, sob a capa de um maior equilíbrio entre a componente pública, privada e social, o fim visado é criar maiores desequilíbrios no acesso à educação e ao ensino, agravando as desigualdades.

«O caminho agora traçado é de ataque à escola pública e à gestão democrática», disse o presidente da banca-

da comunista, que acusou o Governo de ter «uma visão da escola assente num director iluminado» e de que querer «introduzir mecanismos de selectividade antidemocrática entre escolas e entre professores».

Apontado ainda como exemplo da sanha privatizadora, escondendo interesses inconfessados, foi o da Segurança Social. Em causa estão as propostas de privatização de uma parte significativa do sistema, através do chamado plafonamento, com transferência de uma fatia importante das poupanças para os Fundos de Pensões. Para Lino de Carvalho, que não hesitou em considerar

tais propostas como contrárias à Lei de Bases e aos próprios princípios constitucionais, esta é mais uma tentativa de «levar para a frente aquilo que é um objectivo antigo do sector segurador e financeiro», de que o próprio ministro Bagão Félix é reconhecidamente um destacado representante ao mais alto nível do Estado: a transformação de um sector solidário, universal e público por um sistema ao serviço dos mercados financeiros, pondo em causa a sustentabilidade financeira futura do Sistema e, portanto, a sustentabilidade das próprias pensões de reforma e das restantes prestações sociais».



Apertar o cinto sempre aos mesmos é o que o Governo tem para oferecer aos portugueses

## Metalúrgicos

**Caso o patronato se recuse** a assinar os acordos obtidos, os trabalhadores do sector metalúrgico poderão realizar uma nova acção de luta, a realizar em Maio. Este foi um dos avisos deixados pelo grupo de dirigentes sindicais que, na passada quinta-feira, se deslocou às instalações do presidente da associação patronal, a fim de reclamar o acordo no contrato automóvel. Estes acordos arrastam-se há mais de três anos, pois as associações patronais não assinaram os acordos, talvez «com o propósito de retomar os velhos objectivos seus, como o aumento obrigatório e gratuito da jornada diária e semanal, os dias de descanso à escolha do patrão e não o sábado e domingo e a desqualificação profissional com a substituição de mecânicos, pintores ou bate-chapas por “operadores” pau para toda a obra».

## Plenário na rua

**Na empresa farmacêutica OCP**, os trabalhadores estão em luta pela negociação do seu caderno reivindicativo. Anteontem, os trabalhadores tinham agendado um plenário para decidir das acções a desenvolver, que se realizou na rua, pois a administração da empresa, contrariando a Lei Sindical, não disponibilizou um local adequado no interior das instalações. Os trabalhadores da OCP exigem que respeite a lei sindical e negocie o caderno reivindicativo, que inclui aumentos salariais de 50 euros, redução dos horários de trabalho tendo em visto o máximo de 35 horas, o aumento do número de dias úteis de férias para 25, a actualização do subsídio de turno e de refeição, as reclassificações das categorias de caixeiros e escriturários e a passagem a efectivos dos trabalhadores com contratos precários a ocupar postos de trabalho permanentes.

## Robbialac

**Cumpriu-se, durante toda a semana passada**, uma greve diária de meia hora dos trabalhadores da Robbialac. Esta acção teve por objectivo condenar a «forma discriminatória, injusta e ilegal como a empresa fez a aplicação de um prémio cujo valor foi até 25 por cento da respectiva remuneração, bem como exigir que esse prémio seja pago a todos os trabalhadores, sem excepção» e visava também a negociação do Caderno Reivindicativo, nomeadamente a revisão salarial, a redução dos horários e o alargamento do período de férias.

Uniões, federações e sindicatos contestam novo Governo

# Governar para o patronato

**O programa de Governo, conhecido na passada semana, deixou ainda mais claras as intenções da direita de intensificar os ataques aos direitos dos trabalhadores e aos mais elementares direitos sociais.**

A União de Sindicatos de Setúbal analisou na passada semana a estrutura e o programa do novo governo e concluiu que as suas principais preocupações «são a satisfação dos interesses do grande patronato mantendo, e se possível aumentando, os lucros e os rendimentos dos grandes grupos económicos e financeiros». Isto está patente, segundo a USS, pela própria composição do executivo, com ministros e secretários de Estado provenientes de grandes grupos económicos e financeiros: «eles são presidentes e membros da administração de grupos seguradores, gestores de fundos pensões da banca privada, advoga-

dos para a área do trabalho de grandes grupos económicos ou de grandes empresas da construção civil, quadros destacados do Grupo Mello, administradores de bancos privados que transportam toda a sua equipa de apoio ou vice-presidentes da AEP.»

**A satisfação dos interesses dos patrões é prioridade do Governo**

Com as linhas de força do programa do Governo apresentadas, a USS/CGTP-IN destaca o iminente ataque ao poder de compra e aos salários, a flexibilização do horário e da gestão do tempo de trabalho, a privatização de empresas e funções do Estado, como a segurança social, a saúde ou o ensino e o prosseguimento de uma matriz de crescimento eco-

nómico baseada nos baixos salários, no trabalho sem direitos e no aumento de precariedade, «que já mostrou não desenvolver o País e antes ser motivo de agravamento da injustiça social».

A terminar, a USS chamou a atenção para os sucessivos ataques ao aparelho produtivo do distrito e aos postos de trabalho, em empresas como a Vestus, a Melka, o Arsenal do Alfeite e a ATIB, o que significa mais de mil e setecentos postos de trabalho. E destacou a luta dos trabalhadores do comércio, do material eléctrico, da Transtejo, Parmalat, das cantinas e refeitórios e dos TST.

### Perigos e ameaças

A FESATH, federação dos sindicatos da alimentação e hotelaria, considera que a vitória dos partidos da direita em 17 de Março «coloca os trabalha-

dores do sector numa situação política e social que comporta grandes perigos e ameaças para os seus direitos e aspirações». Considera a federação que o que foi tornado público em termos de propostas pelos dois partidos da coligação governamental leva a que se encare com apreensão as «implicações económicas e sociais de uma política que não perspectiva uma via capaz de consolidar e aprofundar o regime democrático, resolver os problemas estruturais do País e de garantir os caminhos de desenvolvimento sustentado e de progresso».

Opinião semelhante é partilhada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores que atenta para a campanha, desenvolvida pelo Governo na comunicação social, «que visa instalar um cenário de crise à volta do problema do défice orçamental para justificar “medidas de grande vio-

lência” cujos primeiros destinatários são, mais uma vez, os trabalhadores da função pública».

Por outro lado, lembra, o Governo não fala nem propõe medidas para obrigar as grandes empresas, o patronato ou os profissionais liberais «a pagarem os impostos que por eles são devidos», nem, tão-pouco, fala «do grande problema que consiste em o Estado ter-se alheado, quase absolutamente, da sua obrigação de liquidar e cobrar as receitas fiscais devidas pelo patronato».

A inversão da «fúria privatizadora dos serviços públicos», o aumento dos salários e a integração dos trabalhadores precários nos quadros são as principais reivindicações do sindicato, que apelou aos trabalhadores do sector para que participem nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e, desta forma, lutem contra as propostas do Governo de direita.

## Defender o serviço público de informação

Os sindicatos e comissões de trabalhadores do sector público da comunicação social tomaram, na passada semana, através de um comunicado, uma posição conjunta de condenação à intenção do Governo de privatizar parte substancial do sector público de comunicação social.

Entendem os representantes dos trabalhadores que, «a pretexto da necessidade de resolver a grave situação económica da RTP, anunciam-se medidas de desmembramento da empresa, deturpando a realidade».

No comunicado desmentem-se a afirmação que a RTP tem um défice de 300

milhões de contos, considerando que isto «não só não corresponde à verdade como escamoteia a responsabilidade política dos sucessivos governos no acumular do passivo». O défice – que ronda os 180 milhões de contos – tem origem numa série de medidas que foram tomadas, no tempo do governo do PSD/Cavaco Silva, para favorecer os canais comerciais: o fim das taxas, sem quaisquer compensações; a alienação da rede à TDP (hoje PT) com aumento de preço para ao triplo; redução do volume de publicidade no Canal 1 e a sua eliminação no Canal 2 (que equivale a uma perda de

três milhões de contos por ano).

Quanto à RDP, entendem os sindicatos e as CT do sector que a alienação de um dos canais da estação pública de rádio demonstra que «o que está em causa não é a gestão, mas uma opção meramente política», pois a RDP regista um saldo positivo de 700 mil contos.

Este comunicado não foi a primeira forma de protesto dos profissionais do sector público de rádio e televisão em relação às anunciadas privatizações.

O Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual (STT/CGTP) defende que a cisão da RTP em

duas empresas, ficando apenas uma delas sob responsabilidade do Estado, «empobrece e, na prática, inviabiliza a prestação de um serviço público de televisão, ao fazer desaparecer um canal em que se revejam as minorias».

Também a separação da RTP/Madeira e RTP/Açores da empresa-mãe «irá permitir a sua manipulação pelos governos regionais e, futuramente (como já adiamentou um importante parlamentar da maioria governamental), a sua passagem ao sector privado, privando as populações das regiões autónomas do seu direito constitucional a um serviço público de televisão».

Também o Sindicato dos Jornalistas (SJ) se opõe à privatização das duas estações públicas, de rádio e televisão. Entende o SJ que, à falta de respostas técnicas, o Governo «só possa ter razões de natureza ideológica, seguramente discutíveis», para a privatização dos canais públicos. Concordando com a necessidade de reformar a RTP «e a sua gestão megalómana, o descabro económico e a falta de projecto», o SJ considera que não se deve confundir a importância do serviço público de Televisão com as fragilidades da empresa e os erros da presente gestão, «como o Governo faz».

Nos últimos dez anos morreram mais de 1700 trabalhadores

## Morrer a trabalhar não é humano

Como forma de protesto contra o elevado número de acidentes de trabalho no sector da construção, o Sindicato da Construção do Norte e Viseu assinala, no próximo dia 26 de Abril, a passagem do Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, instituído pela Assembleia da República para o dia 28 – que é um domingo –, com uma paralisação de meia hora.

O número de sinistrados no trabalho ascende, nos últimos dez anos, a mais de 1700 trabalhadores no sec-

tor, sendo motivo de grande preocupação os próximos dois anos, devido à realização de grandes obras de construção civil por ocasião do Euro 2004. A prevenção passa pela intervenção forte da Inspeção-Geral do Trabalho e do sindicato e, mais difícil, pela sensibilização dos patrões.

Segundo o sindicato, filiado na CGTP-IN, deve-se garantir que os trabalhadores não sejam obrigados a trabalhar 12 horas diárias nem lhes sejam exigidos ritmos acelerados de trabalho

para que sejam cumpridos os prazos e os planos técnicos para a execução das obras.

Deve ainda ser assegurada a criação de acordos de parceria entre o sindicato, os consórcios e o dono da obra para evitar o trabalho precário e clandestino nos estaleiros. Acordos que já existem com algumas entidades como o Metro do Porto, o SMAS ou a Câmara do Porto.

Das entidades abordadas, o sindicato lamentava, em comunicado do passado dia 17, ainda não ter sido possí-

vel o estabelecimento do acordo com a Somague – empresa responsável pelas obras no Estádio das Antas. Uma reunião com os responsáveis foi já solicitada a fim de estabelecer um acordo de parceria para que o sindicato, enquanto parceiro social, tivesse acesso ao estaleiro, uma vez que foram impedidos, por mais de uma vez, de entrar nas instalações dirigentes sindicais quando pretendiam desenvolver acções de sensibilização relacionadas com higiene e segurança no trabalho.

«Morrer a trabalhar não é humano», afirma o sindicato, lembrando que «para evitar muitas mortes, bastaria que fossem cumpridas as regras de segurança no trabalho».

Recordando que o trabalho precário e clandestino é gerador de mais de oitenta por cento dos acidentes e responsável pelo desvio de mais de 40 milhões de contos por ano, a direcção do sindicato solicitou, na passada semana, uma audiência ao ministro do Trabalho e da Solidariedade sobre esta matéria.

# Trabalhadores resistem às ofensivas contra os seus direitos Defender o emprego e os salários

Em vésperas do 1.º de Maio e face aos violentos ataques do patronato aos mais elementares direitos laborais e sociais, a luta dos trabalhadores sobe de tom em vários sectores.

Várias centenas de trabalhadores do Grupo EDP e da REN (Rede Eléctrica Nacional) concentraram-se, na passada quinta-feira, em frente à sede da EDP, em Lisboa, para protestar contra o encerramento unilateral das negociações de revisão salarial para este ano, assumido pelas administrações de ambas as empresas.

Na concentração, que foi decidida no plenário nacional de delegados sindicais da FSTIEP/CGTP e à qual acorreram vários sindicatos, foram feitas várias reivindicações, que apareciam em diversas faixas e cartazes

empunhados pelos manifestantes. Muitos trabalhadores defendiam que os «salários têm que repor poder de compra», enquanto outros lembravam que a «privatização traz desemprego e leva direitos». Alguns lançavam interrogações: «a sua factura cresce; o nosso salário desce. Para onde vai o dinheiro?» Outros, mais velhos, afirmavam que «os reformados da EDP/REN também são gente».

A luta dos trabalhadores da energia vai continuar, pois o plenário de delegados sindicais que convocou a manifestação decidiu também avançar para a greve

## As greves da Carris tiveram adesões a rondar os 100 por cento

Embora tenha tido início às 4 da manhã, hora de tráfego reduzido, a greve da passada segunda-feira apanhou o início da hora de ponta, pois só acabou às 8 horas. Assim, na última hora de greve, dos oitocentos autocarros da Carris que normalmente circulam, apenas circulavam «três ou quatro».

Na passada sexta-feira, outra greve, desta vez da parte da tarde, contou também com uma adesão acima dos 90 por cento, o que vem demonstrar a determinação dos trabalhadores da empresa em lutar pelos seus direitos.

As ofensivas das administrações da EDP e da REN aos salários contam com uma grande oposição por parte dos trabalhadores



pela continuação do processo de revisão salarial. Os trabalhadores das duas empresas exigem ainda o aumento dos salários e a defesa do serviço público de qualidade e opõem-se a qualquer viola-

ção dos acordos e contratos e ao encerramento de instalações «e consequentes prejuízos para os trabalhadores e consumidores».

## Defender o emprego

Na sexta-feira, concentraram-se em frente ao Ministério do Trabalho mais de duas centenas de trabalhadores da fábrica de confecções Vestus, para exigir que o Governo intervenha na defesa do emprego. Em causa estão todos os 414 postos de trabalho da empresa, que se encontra praticamente parada, com linhas de produção inactivas.

Questionada pela comissão sindical e pelos trabalhadores sobre qual o futuro da empresa, a administração respondeu que não existe trabalho e que a empresa irá, provavelmente, encerrar.

O sindicato tem outra opinião e lembra que a Vestus tem um património de mais

de 5 milhões de euros e que praticamente não tem dívidas. Josélia Xavier, dirigente sindical, entende que a empresa é economicamente viável. Em afirmações à Lusa, a sindicalista lembrou que a Vestus «tem bons profissionais, boas máquinas e não tem dívidas. Acontece é que a produção foi desviada para os países de Leste». Josélia Xavier considera inaceitáveis as alternativas colocadas pela administração aos trabalhadores: uma indemnização correspondente a 50 por cento do salário a pagar durante um ano ou a falência da empresa.

## Adesão quase total

A greve da Carris convocada para anteontem entre as 4 e as 8 horas da manhã contou com uma adesão de 98 por cento, segundo afirmou à imprensa o dirigente da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodov-

viários e Urbanos (FESTRU), Vítor Pereira.

Esta foi a quinta de uma série de greves marcadas pelos trabalhadores da empresa, que protestam contra a decisão da administração que, recusando a continuação das negociações, pretende impor um aumento de 3,3 por cento, que os trabalhadores consideram insuficiente.

Embora tenha tido início às 4 da manhã, hora de tráfego reduzido, a greve da passada segunda-feira apanhou o início da hora de ponta, pois só acabou às 8 horas. Assim, na última hora de greve, dos oitocentos autocarros da Carris que normalmente circulam, apenas circulavam «três ou quatro».

Na passada sexta-feira, outra greve, desta vez da parte da tarde, contou também com uma adesão acima dos 90 por cento, o que vem demonstrar a determinação dos trabalhadores da empresa em lutar pelos seus direitos.

## «Não vamos trabalhar no 1.º de Maio»

«Os trabalhadores, no seu dia, não vão trabalhar, vão comemorar porque têm dignidade e direitos que não querem perder», afirma o comunicado da FEPCES, federação dos sindicatos do comércio, escritórios e serviços, que apela aos trabalhadores da grande distribuição para que, com a greve, se oponham à intenção da Sonae, que preside à associação patronal, de instituir o trabalho no 25 de Abril e no 1.º de Maio. Nessa acção de «terrorismo social», como lhe chama a FEPCES, as lojas do grupo Sonae são acompanhadas apenas pelo Intermarché, Ecomarché e Leclerc.

Os sindicatos lembram que os trabalhadores não são obrigados a prestar trabalho suplementar nos feriados nacionais, «independentemente dos hiper, super ou outros, estarem ou não obrigados a fechar as portas, de nos contratos individuais de trabalho estar ou não escrito a hipótese de trabalhar nos domingos e feriados». E recordam ainda que o «trabalho no dia feriado é facultativo e dá sempre direito, quando prestado, a registo em livro próprio e remuneração especial, bem como a tempo compensatório de descanso».

Para a FEPCES, «a vida já é bem difícil, com salários muito baixos (que a Sonae ainda quer reduzir mais desde que preside à associação patronal APEP), horários desumanizados, férias ilegalmente repartidas, pressões e discriminações quando se usam direitos a ser mãe ou pai, a dar assistência à família, a ter vida familiar, ou tem

o azar de estar doente ou acidentado».

Para além da greve, a federação sindical irá desenvolver uma campanha junto dos consumidores para que não façam compras do 1.º de Maio, pois «não é seguro fazer compras que vão destruir direitos de todos, conquistados a partir do 25 de Abril de 1974».

Num exercício de memória, a FEPCES lembrou o ano em que as grandes cadeias de distribuição, argumentando com as vendas, a comodidade e os direitos dos consumidores, abriram um ano no dia 24 de Dezembro, à época feriado nacional. No ano seguinte, o 24 de Dezembro «foi cortado para todos da lei dos feriados nacionais e todos foram obrigados a trabalhar nesse dia, na véspera de Natal».

Num exercício de memória, a FEPCES lembrou o ano em que as grandes cadeias de distribuição, argumentando com as vendas, a comodidade e os direitos dos consumidores, abriram um ano no dia 24 de Dezembro, à época feriado nacional. No ano seguinte, o 24 de Dezembro «foi cortado para todos da lei dos feriados nacionais e todos foram obrigados a trabalhar nesse dia, na véspera de Natal».

## Vidreiros absolvidos

O Tribunal da Marinha Grande absolveu, na passada quinta-feira, das acusações de motim e sequestro os trabalhadores da Manuel Pereira Roldão e os dirigentes sindicais que estavam a ser julgados.

Sérgio Moiteiro, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV/CGTP), considerou que, com a absolvição dos trabalhadores e dos sindicalistas, está feita parte da justiça, faltando ainda o julgamento, por gestão danosa, dos dois administradores, Carlos Antero e Azevedo Coutinho. «Esses é que são os verdadeiros criminosos e têm que responder em tribunal», afirmou o sindicalista, que considerou estar, com o julgamento dos trabalhadores, a ser julgada a luta dos vidreiros.

Os acontecimentos referem-se ao ano de 1994, quando os cerca de 400 trabalhadores da Manuel Pereira Roldão se viram confrontados, primeiro com salários em atraso e depois com o encerramento da própria empresa, o que provocou uma onda de consternação e levou os trabalhadores à luta, diversas vezes reprimida violentamente pelo Corpo de Intervenção da PSP. Em 1998, a fábrica fechou as portas.

## A saga continua

«O que se passa com os créditos dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão, reclamados no processo de falência da empresa?», questiona, em comunicado, o STIV, que recorda ser possível, pela nova legislação, que, independentemente do normal prosseguimento dos trâmites processuais, «aos trabalhadores possam ser de imediato liquidados os valores por eles reclamados e devidamente reconhecidos».

O sindicato contesta a demora no pagamento das indemnizações e considera escandalosa a hipótese de alguém poder estar a ser indevidamente pago com dinheiro que deveria reverter «para pagamentos dos créditos de quem trabalhou, sofreu, lutou e ainda não viu um tostão de recompensa por tanto esforço e sacrifício dispendidos». Para o STIV, o facto de alguns dos trabalhadores reclamantes estarem, neste momento, empregados noutras empresas não invalida o seu direito a receber as indemnizações, já que «isso diz respeito única e exclusivamente aos próprios trabalhadores e à empresa que os contratou».



A concentração em frente à Sonae, em Matosinhos, foi a primeira acção de uma luta que promete continuar



## Estudantes nem sequer foram ouvidos CNES chumba «Processo de Bolonha»

O «Processo de Bolonha» — que começa a ser implementado por algumas universidades portuguesas já no próximo ano lectivo — foi um dos assuntos abordados na Conferência. Os objectivos assumidos por esta reestruturação do ensino superior a nível europeu prendem-se com a competitividade do sistema, a mobilidade docente e estudiantil e a comparabilidade de sistemas. No entanto, os estudantes comunistas alertam para o facto das medidas já conhecidas apontarem para a redução de custos por parte dos Estados no ensino superior público, para os imperativos de mercantilização de saberes e para a alteração estrutural da função social deste grau de ensino.

Prova disso é a redução de ciclos (relacionada com a redução de custos), nomeadamente com a passagem de cinco para três anos da esma-

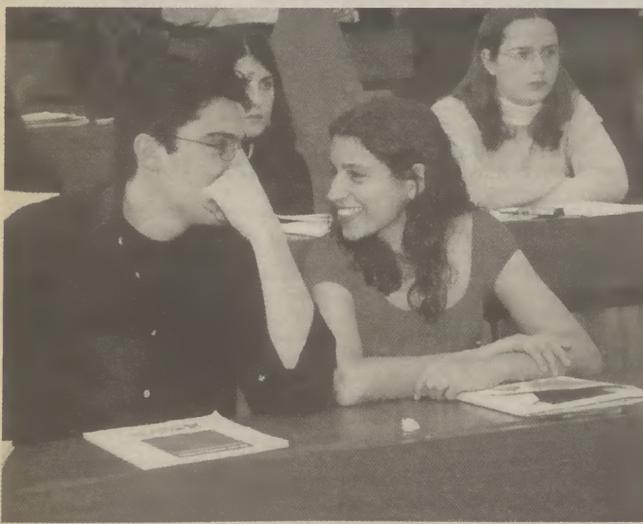
### Modelo alternativo

A resolução política aprovada na CNES clarifica: «O «Processo de Bolonha» põe em causa a soberania nacional e a participação do povo e dos estudantes num conjunto de decisões políticas de extrema importância. Avançando a um ritmo considerável (se comparado com o arrastamento de um conjunto de processos e reformas, provavelmente mais necessárias), impondo modelos e soluções como dados adquiridos e não passíveis de discussão nos seus aspectos essenciais, o «Processo de Bolonha» é, de súbito, a principal preocupação de ministros, reitores e até de alguns dirigentes estudantis. No entanto, o espírito desta iniciativa é patente no facto da ausência de qualquer auscultação do movimento associativo estudantil.»

são definidas por estruturas supranacionais», considera a CNES.

Os aspectos positivos desta reestruturação também foram referidos: o estreitamento de relações, o potenciamento de parcerias, o mútuo reconhecimento de formações e a valorização de outras aprendizagens, a introdução de conceitos como a «formação ao longo da vida» e a reformulação de conceitos de ensino e de combate ao insucesso escolar. «Contudo, estes elementos são insuficientes para validarmos este rumo», defendem os estudantes.

O modelo alternativo por eles proposto passa pelo estreitamento de relações e a partilha dos diferentes sistemas de ensino, pela democratização do ensino superior em toda a Europa, alargando os níveis de acesso e frequência, bem como pelo reforço deste



gadora maioria das licenciaturas, o desaparecimento dos bacharelados, a colocação das pós-graduações como mecanismos de elitização do ensino e de financiamento das instituições e a importância dos interesses económicos na gestão e definição das principais linhas de orientação do sector.

Trata-se, pois, de um processo que ignorou «a participação dos estudantes na definição das suas principais linhas orientadoras; que não tem tido em conta as diferentes especificidades de cada sistema, o seu ponto de partida e diversidade de cada país; onde as principais medidas e linhas de acção

sistema de educação e da sua qualidade. Outros aspectos são o apoio à mobilidade dos estudantes, a colaboração e o estímulo à investigação científica e à criação artística, o reconhecimento mútuo das diferentes formações e a valorização do ensino superior como espaço crítico e intelectualmente livre.

direitas dos diferentes graus de ensino.

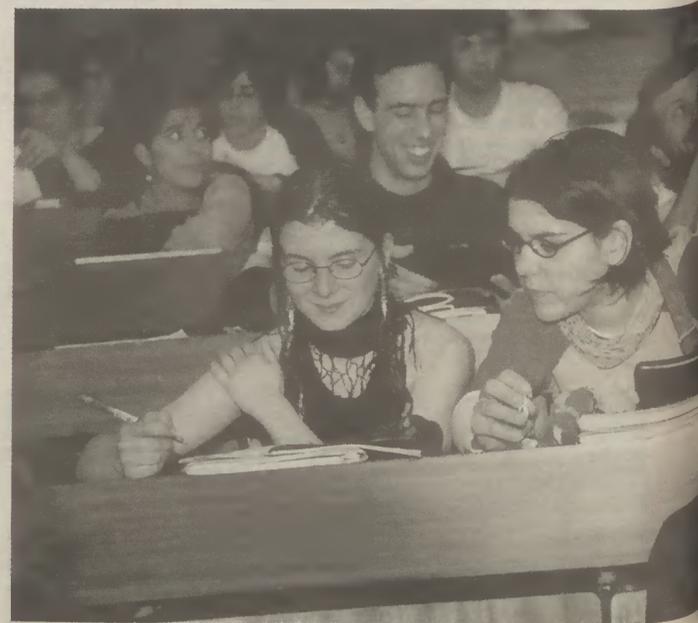
A JCP pretende uma educação gratuita e de qualidade, mas este projecto está cada vez mais distante da realidade. Como refere a resolução política aprovada na CNES, «a escola pública continua a ser vítima de um estrangulamento sistemático

se na resolução política da CNES.

### Lucros versus qualidade

Outras são as propostas da JCP, porque outros são também os problemas do ensino superior português. Entre eles

As saídas profissionais foram igualmente abordadas. «O desemprego surge não como o resultado de uma «crise de superprodução» de licenciados, mas como reflexo da inexistência de uma política de integração na vida activa e na criação de emprego pelos sucessivos governos», refere a JCP.



10.ª Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP analisa propostas do novo Governo

## Defender a função social do Ensino Superior

Sob o lema «De que estás à espera?», decorreu, sábado e domingo, a 10.ª Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP, em Coimbra. As propostas do novo Governo, a Conferência de Bolonha e os problemas deste sistema de ensino foram alguns dos assuntos abordados na iniciativa.

O novo Governo esteve no centro do debate na 10.ª Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP, realizada em plena Universidade de Coimbra, no fim-de-semana. Militantes de todos os pontos do País deslocaram-se à cidade portuguesa com maiores tradições estudantis e alertaram para o perigo do papel social do ensino superior desaparecer com medidas a adoptar pelo executivo do PSD e CDS.

Nada de bom se augura, salientaram os participantes. Pelo contrário, os estudantes comunistas prevêem o agravamento do estado do ensino superior e contestam desde já uma das primeiras medidas do Governo: a retirada da tutela do ensino superior do Ministério da Educação e o corte formal das relações

ao nível do seu funcionamento, da sua autonomia e da sua abrangência científica e didáctica».

Os jovens comunistas defendem a constituição de um sistema único de ensino superior, permitindo que a sua estruturação responda às necessidades de encontrar o equilíbrio nas áreas científicas, graus e orientações de formação e objectivos profissionais.

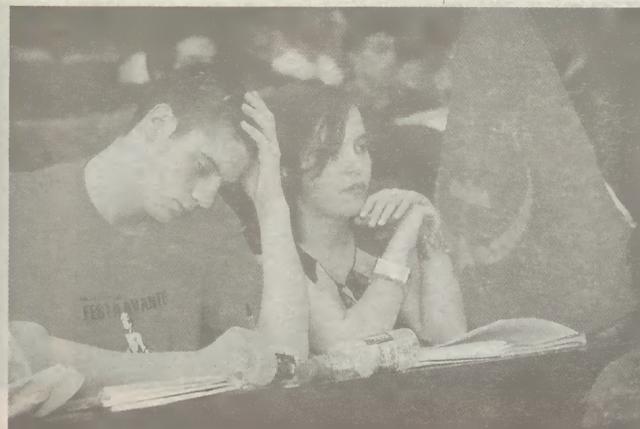
### O desemprego não é o resultado de uma «superprodução» de licenciados

«A divisão artificial e a nebulosa hoje existente entre politécnico e universitário (onde objectivos e conteúdos se confundem diariamente) pouco mais faz do que lançar a confusão e consagrar no sistema uma lógica de gueto, discriminando instituições não por critérios logísticos ou científicos, mas por filiação em subsistema», le-

está a necessidade de um acesso gratuito, verdadeira miragem face ao conjunto de despesas que qualquer estudante é obrigado a fazer: propinas, livros, materiais escolares e, para muitos, alojamento, transportes e alimentação.

Por isso, os jovens comunistas defendem a revogação da lei de financiamento e a revogação do generalizado aumento das taxas e emolumentos, verificado em todas as académias. Por outro lado, exigem o reforço significativo das verbas para a acção social escolar, seja nos apoios directos (as bolsas de estudo), seja nos apoios indirectos (alojamento dos estudantes deslocados, cantinas, cuidados de saúde, apoio à prática do desporto e do acesso à cultura).

A possível privatização dos serviços de acção social escolar é apontada como mais uma forma de desresponsabilização do Estado, transformando o sector num negócio extremamente lucrativo. Esta tendência já se verifica com os empréstimos à banca com juros bonificados em substituição das bolsas sociais, o concessão de cantinas e bares e a construção de residências privadas.



## CNES mostra forma de debate dos comunistas

Na sessão de encerramento da CNES, Luísa Araújo, membro da Comissão Política do PCP, referiu que a forma como se debate no Partido é bem diferente da que é colocada na praça pública. «Estes dois dias de discussão são prova disso», afirmou, valorizando o contributo pessoal e o espírito crítico de cada militante.

Numa intervenção muito aplaudida, esta dirigente comunista abordou aquilo que classificou como a campanha contra o PCP, contrapondo que «nunca houve receio de debate» e que «a maioria das opiniões constitui a base de decisão». «Estas regras serão tão diferentes das de outros grupos? Só somos diferentes na análise e na luta», declarou.

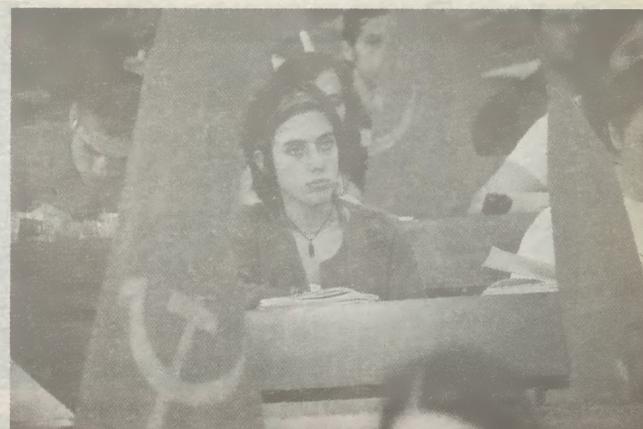
do é «alterar a forma de funcionamento, impondo ao Partido a aceitação de comportamentos absolutamente inadmissíveis à lei das regras estatutárias».

Luísa Araújo afirmou que é preciso que a correção da análise do trabalho e dos resultados do Partido se reflita no apoio político ao PCP e no aumento dos contributos. «É necessário melhorar o nosso trabalho para alargarmos a identificação das nossas propostas com as aspirações dos estudantes. Este é um dos factores que mais têm de nos preocupar», disse a dirigente, acrescentando que além de causas externas para os resultados obtidos (como a mentalidade anti-comunista e o papel dos media), há que analisar o nosso trabalho.

ensino superior e o não cumprimento por parte do Governo do orçamento padrão.

Este dirigente do PCP referiu a demagogia do executivo e o perigo para a consagração do direito à educação pública com as medidas que poderão ser adoptadas pelo Governo, nomeadamente o «cheque-ensino».

Quando ao Tratado de Bolonha, António Abreu lembrou que não existe nenhuma directiva europeia que obrigue os Governos a pôr em prática esta reestruturação do ensino superior. «Trata-se claramente de uma opção, quer do Governo do PS, quer do PSD/CDS, com vista a transformar o direito à educação num negócio mercantilista», declarou.



## A ideologia tem de ser clara na intervenção da JCP

«Hoje, a organização do ensino superior da JCP tem é uma organização mais nacional e mais transversal, pois chegamos a mais áreas de ensino e temos mais colectivos de escola», afirmou Joel Vasconcelos, dirigente da Direcção Central do Ensino Superior, na sessão de encerramento da conferência.

Joel Vasconcelos valorizou a variedade de experiências colectivas de trabalho e a capacidade da JCP de dar resposta aos problemas que

se vão colocando e às políticas educativas dos Governos. O dirigente sublinhou que a nova direcção eleita na iniciativa será capaz de dinamizar a organização do ponto de vista político e aplicar as conclusões da conferência de forma criativa, salientando a necessidade de novos recrutamentos, a divulgação das propostas da JCP e a passagem acompanhada dos estudantes das organizações do secundário para o superior e do superior para o Partido.

O dirigente salientou ainda a importância da JCP na mobilização das massas. «A vertente ideológica tem de estar muito clara na intervenção dos comunistas», considerou.

«A CNES deu um grande contributo para a preparação do 7.º Congresso da JCP», referiu Joel Vasconcelos, lembrando que as discussões da conferência começaram muito antes do fim-de-semana e reflectiram o espírito de profundo respeito pelas diversas opiniões de cada militante.

O dirigente salientou ainda a importância da JCP na mobilização das massas. «A vertente ideológica tem de estar muito clara na intervenção dos comunistas», considerou.



## Ao lado do povo palestino

O povo palestino não foi esquecido na CNES. Na sessão de encerramento foi aprovada uma moção de solidariedade com a sua luta, em que os estudantes comunistas exigem a retirada das tropas israelitas dos territórios autónomos ocupados, bem como a investigação dos crimes cometidos contra palestinianos e o julgamento de Ariel Sharon pelo Tribunal de Haia, entre outras medidas.

«As forças extremistas israelitas, que primeiro assassinaram Isaac Rabin, organizaram a provocação da Esplanada das Mesquitas e agora, no controlo do Estado de Israel, lançaram esta gigantesca operação militar de opressão e genocídio, têm de deixar de contar com o apoio internacional», lê-se na moção.

A CNES considera que «a cumplicidade com o Governo do criminoso Ariel Sharon, cada vez mais assumida pelas grandes potências internacio-

nais e pelas Nações Unidas, é o espelho da hipocrisia dominante nas relações internacionais, onde os interesses económicos e estratégicos se sobrepõem aos direitos humanos e dos povos».

«As acções terroristas desenvolvidas por sectores palestinianos extremistas não são a regra na extraordinária resistência palestiniana ao ocupante, aliás, bem pelo contrário, apesar de serem a sua face mais mediatizada. E, se são condenáveis, não justificam o terrorismo de Estado de Israel, que apenas as alimenta», sublinha o documento.

### «Ofensiva mais subtil»

Os participantes na conferência adoptaram uma moção sobre os 40 anos de luta do movimento estudantil, recordando a Crise Académica de 1962 e fazendo a ponte com a situação hoje vivida.

«As práticas assumidas pelos sucessivos governos não respeitam as conquistas de Abril, não respeitam os estudantes/cidadãos e, por conseguinte, não respeitam a liberdade. Neste sentido, os comunistas têm hoje lutas que se mantêm fiéis às do passado. A luta que é assegurada actualmente nas escolas comporta não só este espólio de décadas de conquistas, mas também a resposta a uma ofensiva cada vez mais perigosa, mas cada vez mais subtil», sublinham os estudantes.

«Ainda estamos longe da escola como meio de supressão de desigualdades económicas, sociais e culturais e da libertação do homem», sustentam.

Foram ainda aprovadas moções sobre o 25 de Abril, o 1.º de Maio e o 7.º Congresso da JCP. Todas as moções foram aprovadas por unanimidade.



As consequências da Convenção de Bolonha foi um dos temas discutidos na iniciativa

• Carlos Nabais  
texto

• Jorge Cabral  
fotos

## Branqueamento de capitais e evasão fiscal

O branqueamento de capitais e a evasão fiscal são fenómenos que alastram a par do avanço da globalização neoliberal.

Se bem que distintos entre si, é nos paraísos fiscais e nas complicadas teias de uma economia crescentemente financeirizada que ambos encontram refúgio e legitimação.

Repudiadas formalmente pela maioria dos estados, o combate a estas práticas parece no entanto condenado ao fracasso. E não é por falta de legislação, esta cada vez mais abundante, sobretudo depois dos atentados de 11 de Setembro, quando a luta contra o terrorismo impunha o controlo das suas fontes de financiamento.

Porém, nada de fundamental se alterou. Os paraísos fiscais florescem na opacidade do sistema financeiro que tanto convém às organizações criminosas como às respeitáveis multinacionais e todos aqueles que procuram maximizar os seus proventos fugindo ao fisco.

A complacência dos governos, quebrada de quando em vez por declarações e novas leis que nunca são aplicadas, radica na contradição insanável entre a necessidade objectiva de um controlo rigoroso das transacções financeiras e a ideologia neoliberal, que perfilham, assente na liberdade total para o capital. Mesmo quando é a própria democracia que está em causa.

Carlos Carvalhas assegurou que o PCP continuará a combater os *offshores* assim como o branqueamento de capitais e a criminalização da economia

Foi sobre este tema que, na passada quinta-feira, 18, se realizou em Lisboa um debate promovido pelos deputados do PCP do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu. Durante cerca de três horas, especialistas

nacionais e estrangeiros, representantes do movimento sindical e de outras entidades, como a Procuradoria-Geral da República e a Inspeção-Geral das Finanças (representadas respectivamente por Cândida Almeida e Isabel Castelhão Silva), intervieram num animado e interessante debate que foi encerrado por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

### Paga quem menos pode

O limitado alcance do combate ao branqueamento e à evasão fiscal na União Europeia foi um dos aspectos realçados por Ilda Figueiredo, que abriu o debate e conduziu os trabalhos. Referindo algumas alterações recentes na legislação comunitária que permitem o controlo de actividades como casinos e agências imobiliárias, a eurodeputada do PCP notou que continuam intocados os paraísos fiscais nos actuais estados-membros, «embora a União Europeia esteja a exigir o seu encerramento nos países da adesão, de que é exemplo o Chipre». Um outro exemplo que deu de dois pesos e duas medidas é relativo à nova directiva em preparação sobre a tributação dos rendimentos da poupança na UE que, prevendo o levantamento do sigilo bancário, será limitada a pessoas singulares e apenas aos juros, deixando

de fora os dividendos e as empresas. No plano fiscal, o surgimento dos paraísos fiscais, como recordou Octávio Teixeira, membro do Comité Central do PCP, teve duas consequências nefastas: «a limitação da capacidade financeira dos estados para desenvolverem as funções que lhes cabem, em particular as sociais» e «o desencadear de políticas fiscais crescentemente concorrenciais por parte dos estados, cada um pretendendo oferecer mais benesses aos lucros das grandes empresas e, de um modo mais geral, aos rendimentos dos capitais e às operações financeiras especulativas». Ambas tendo como resultado «a tributação dos rendimentos do trabalho e dos consumos familiares de forma mais gravosa do que seria necessário se aquelas benesses não existissem», considerou.

### Democracia ameaçada

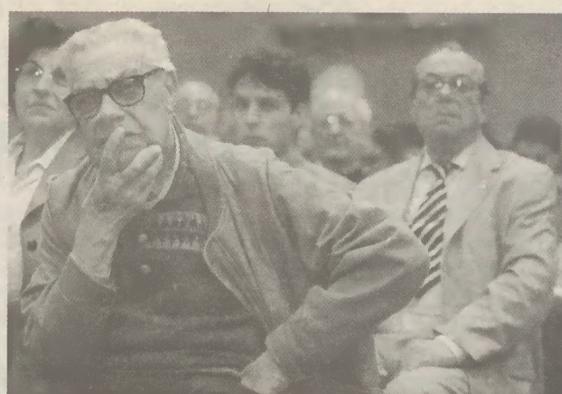
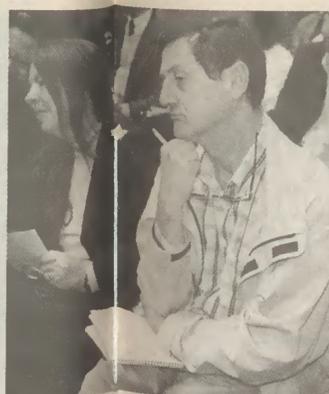
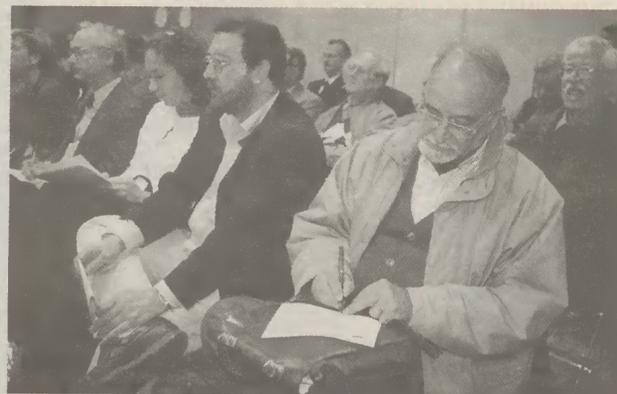
Abordando sobretudo a vertente da «lavagem de dinheiro», Giuseppe Di Lello, antigo magistrado envolvido em processos contra a mafia siciliana, nos anos 80 (ver entrevista na próxima edição do «Avante!»), afirmou que os estados, pelo menos os 29 que integram o GAFI (Grupo de Acção Financeira contra o Branqueamento de Capitais) dispõem de legislações perfeitadas sobre esta matéria.

## «Ir contra a corrente»

Intervindo no encerramento do debate, Carlos Carvalhas anotou que com o novo Governo «em vez do controlo do *offshore* da Madeira o que temos é mais impostos para a massa dos consumidores e para os trabalhadores por conta de outrem, é mais competitividade económica à custa de baixos salários e da desregulação dos direitos laborais, é mais aperto de cinto para os mesmos de sempre. Paralelamente não se tira nem um cêntimo a mais em relação à banca. Abandona-se a taxação das mais-valias e o controlo e taxação dos depósitos em *offshore*.

«Os lobbies estão bem representados neste Governo bem como os dogmas monetaristas e os profetas da teologia neoliberal: menos Estado para o serviço das populações e mais Estado para servir os grandes interesses». Neste quadro, referiu o secretário-geral do PCP, «este debate é seguramente

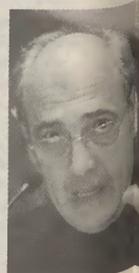
contra a corrente. Porque é contra a corrente discutir o combate à evasão fiscal e ao branqueamento dos capitais. Mas é preciso determinação e coragem para estar contra a corrente e do lado certo na batalha das ideias e da luta pela dignidade humana». Neste sentido, Carvalhas assegurou que o PCP continuará a «intervir pela justiça contributiva, por uma política fiscal progressiva em que pague mais quem mais tem, por uma reforma fiscal democrática que sirva os interesses da grande maioria dos cidadãos e não do capital financeiro e das grandes fortunas». A concluir, reafirmou que os comunistas continuarão «a defender a tributação das mais-valias bolsistas e o combate aos *offshores*» assim como «contra o branqueamento de capitais e a criminalização da economia, procurando concretizar novas soluções de prevenção e combate» nesta área.



# Nos «paraísos» do neoliberalismo



Giuseppe Di Lello



Serge Garde

Todavia, «são muito pouco eficazes» porque a opacidade interessa ao próprio sistema como prova o facto de todos os estados europeus terem o seu paraíso fiscal livre de qualquer regulamentação. O eurodeputado da Refundação Comunista notou que «o crime organizado é um fenómeno estrutural das nossas sociedades» e, sem bem que, na sua opinião, não possa perturbar o sistema económico mundial, constitui uma ameaça séria para a democracia, como mostram os casos da Argentina, Colômbia e da Itália, ou ainda de vários estados da Europa de leste, em que as redes criminosas têm fortes ligações ao poder político.

Sérgio Ribeiro, membro do Comité Central do PCP, reflectindo, numa linguagem figurada, comparou o actual estágio do capitalismo a uma «insólita corrida» em que numa pista, «correm vertiginosamente as mundializações, financeirizações da economia, as operações especulativas, onde alguns não cumprem quais quer regras, enquanto noutra pista correm os árbitros, os fiscais, os observadores com a finalidade de definir e fazer cumprir regras, mínimas que sejam». Mais sintomático, como observou, é o fim da «clássica divisão entre economia produtiva e serviços, a economia formal e informal, as actividades económicas legais e os tráficos ilegais ou até criminosos, tudo isto aparece baralhado». Semelhante é o diagnóstico feito por Serge Garde, jornalista do «L'Humanité» e perito em criminalidade organizada. Se é verdade que ninguém nega «a doença ou a sua gravidade: um risco maior para a democracia», como disse, nem todos ousam afirmar que é o próprio sistema capitalista que se tornou criminógeno. No entanto, «já não há uma economia limpa em oposição a uma economia negra. Tudo se tornou cinzento. O capitalismo já não consegue respeitar as regras que, todavia, haviam sido estabelecidas em seu proveito. O crime não está

essencialmente na margem. Ele existe no coração do sistema». Não surpreende, pois, que o combate ao branqueamento de capitais assente fundamentalmente «na boa vontade dos estabelecimentos financeiros». Obrigados a comunicarem todos os casos de transacções suspeitas, em França, são ainda raros aqueles que o fazem. Por ano são feitas menos de quatro mil denúncias e destas apenas seis por cento são transmitidas à justiça, que por sua vez apenas condena em média por ano 31 casos.

### Investigação inexistente

Por regra a fraude fiscal traduz-se na dissimulação de proventos de origem legal com o objectivo de fugir aos impostos enquanto o branqueamento procura aparência legal para proventos de origem ilegal. Apesar de fazer esta distinção, Maria Cândida Almeida, representante da Procuradoria Geral da República, notou que ambos os crimes «se socorrem de técnicas e meios comuns» (...) «suportam-se e desenvolvem-se, refugiando-se, a mais das vezes, na mesma cumplicidade fundamental de opaca legalidade e forte obstaculização à acção da justiça, fornecidas pelos paraísos fiscais, *offshores* ou zonas francas». Com uma realidade recente em Portugal, a luta contra o branqueamento tem mostrado «resultados senão duvidosos

pelo menos modestos», referiu apoiando-se na evolução do número de processos entre 1995 e 2001. De facto, se em 1995, na Comarca de Lisboa, foram instaurados 49 inquéritos; em 1996, 53 e, em 1997, 70 inquéritos, «passados quatro anos os números não descolam. Pelo contrário, parecem estar em regressão». Em 1999 foram instaurados 14 inquéritos, em 2000, sete e, em 2001, 12. Mas, como notou Maria Cândida Almeida, não é certamente por este tipo de criminalidade não se verificar que o peso dos crimes branqueamento no conjunto dos processos «é insignificante, irrisório e irrelevante». A falta de vontade política é aqui evidenciada, desde logo, no facto de o combate a este tipo de criminalidade não ter um departamento próprio e continuar a «radicar-se numa secção central do Departamento Central de Combate ao Tráfico de Estupefacientes, da Polícia Judiciária». «Será por incompetência técnica ou ingenuidade política que o poder político dominante surge tão desarmado em termos de investigação criminal?», interrogou-se Paulo Trindade, da Federação dos Sindicatos da Função Pública, já perto do final do debate, em que pontuaram ainda as intervenções de Carlos Gonçalves, do Comité Central do PCP, de Edgar Silva, coordenador do PCP/Madeira, de Pedro Carvalho, do gabinete do PCP do Parlamento Europeu, e de Fernando Gonçalves, do Organismo dos Bancários de Lisboa do PCP.



## A criminalização da economia

Na assistência estavam destacados dirigentes do PCP, representantes do movimento sindical e de outras organizações e entidades, como a Procuradoria-Geral da República e a da Inspeção-Geral das Finanças, (representadas respectivamente por Cândida Almeida e Isabel Castelhão Silva à direita na foto)

«A evasão fiscal será hoje a componente menor dos malefícios dos paraísos fiscais». Segundo de Octávio Teixeira, «os centros *offshore* são hoje paraísos fiscais mas também financeiros e judiciais para felicidade de empresas multinacionais, de instituições internacionais de investimento, de bancos e banqueiros, de corruptos e ladrões, de organizações criminosas e terroristas. E são parte integrante do sistema financeiro mundial, por onde passarão cerca de metade dos fluxos financeiros internacionais». E não são poucos os riscos que pesam sobre a economia mundial que, como explicou detalhadamente Pedro Carvalho, se caracteriza pela crescente financeirização do capital, ou seja, o desvio da esfera produtiva para o financeiro, em busca de maiores taxas de lucro. A sociedade interbancária *Clearstream*, fundada, em 1970, no Luxemburgo (país que é um verdadeiro paraíso fiscal), protagonizou um dos maiores escândalos, em 2001, quando se descobriu que «das

mais de 15 mil contas que detinha, cerca de metade eram secretas, seguramente com origem em operações cruzadas de evasão fiscal ou de outras ilicitudes e muitas delas com conexões criminosas e de branqueamento de capitais». Como lembrou Carlos Gonçalves, «a *Clearstream* é tão-só a maior câmara de compensação dos movimentos de capitais e valores mobiliários a nível mundial, integrando mais de duas mil entidades bancárias de mais de 100 países». No ano de 2000 reivindicou o depósito nas suas contas de um valor superior a 80 vezes o PIB português. As ligações dos principais bancos mundiais ao branqueamento de capitais é já um facto estabelecido e por isso «não espanta que, dos bancos que operavam no nosso país em 2000, estivesse em quarto lugar um de que ninguém ouviu falar, um tal *Madesant*, um simples escritório *offshore* do Banco Santander na Madeira, com apenas sete empregados, mas que obteve mais de 46 milhões de contos de resultados consolidados só nesse ano».

## A quem serve a zona franca da Madeira?

No início da década de 80, a chamada zona franca da Madeira foi criada com o objectivo central de promover novos investimentos que contribuíssem para o desenvolvimento económico e social da região. Transformada pouco depois em Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM), absorveu, através da concessão de isenções e benefícios fiscais ao sector financeiro, mais de 60 por cento das ajudas públicas que o Estado afectou para apoios à economia. O resultado de tudo isto é que deixa muito a desejar. Edgar Silva, coordenador da Organização Regional da Madeira do PCP, acredita que «hoje absolutamente ninguém terá dificuldade em admitir que é nulo o contributo do CINM no equilíbrio financeiro da Região Autónoma». Pelo contrário, as acusações de que ter-

se-á transformado numa plataforma de evasão fiscal são mais que credíveis. Segundo um relatório da Unidade de Controlo contra a Fraude Fiscal e Aduaneira, «em matéria de receitas do *offshore* da Madeira representou, só em 1997 e 1998, uma quebra anual de 16 milhões de contos». É, de resto, graças aos benefícios fiscais concedidos na zona franca que as instituições financeiras nelas instaladas pagaram em 2000 apenas 12,6 por cento de IRC em vez da taxa normal de 34 por cento. Qualificando os *offshores* como uma das criações mais absurdas e perversas da economia moderna, Edgar Silva comparou os que deles se servem ao gigante Golias, «perante o qual mais não somos que o mítico e pequeno David, o qual, já agora, o derrubou, segundo reza a história...».

## Solidariedade com a Palestina

Um grande Concerto pela Paz no Médio Oriente vai realizar-se no próximo dia 9 de Maio (data em que se recorda o fim da II Guerra Mundial), em Lisboa, no Rossio, pelas 18h30.

Uma iniciativa promovida pela Comissão representativa das noventa e duas organizações que convocaram a manifestação de solidariedade com a Palestina no dia 10 de Abril.

Assim se pretende dar continuidade a acções de sensibilização da opinião pública portuguesa para a tragédia que se abate sobre o povo palestino e para a defesa de um Estado palestino, de par da luta pelo fim do terrorismo e dos massacres.

Entretanto, em encontro com o embaixador de Israel em Portugal, Shmuel Tevet, foi entregue - por uma delegação constituída por membros do Conselho Português para a Paz e Cooperação-CPPC, da Associação Olho Vivo e da Fenprof (Federação Nacional de Professores) uma missiva subscrita pelas mesmas noventa e duas organizações, em que se exige a retirada de Israel para as suas fronteiras e o reconhecimento do direito dos palestinos à criação do seu próprio Estado com capital em Jerusalém-Leste.

A carta, dirigida ao primeiro-ministro israelita, Ariel

Sharon, apela à paz no Médio Oriente e protesta contra os massacres e pela brutal ofensiva militar contra o povo palestino. Os signatários reclamam «o respeito pelo direito internacional e o cumprimento das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU».

Na Covilhã, no passado dia 18, cerca de 300 pessoas participaram numa concentração-vigília pela paz no Médio Oriente, de solidariedade com o povo palestino e por uma Palestina livre.

A iniciativa partiu de um grupo de mulheres, a que depois aderiram múltiplas associações da cidade, da área cultural, desenvolvimento comunitário e sindical.

De referir, nomeadamente, o Cineclube da Beira Interior, o Teatro das Beiras, a ASTA - Associação de Teatro e outras Artes, a Beira Serra - associação de desenvolvimento local, a Escola Profissional de Arte da Beira Interior, a Associação Distrital de Agricultores, a União de Sindicatos de Castelo Branco, a Associação de Reformados da Covilhã, o Sindicato de Professores da Região Centro.

Foram recolhidas assinaturas pela Paz na Palestina e lido um documento a enviar a diferentes entidades, em particular às embaixadas de Israel e dos EUA.



## Debate na Damaia

Promovido pela organização do PCP da Damaia, realizou-se, sábado, no Cine-Teatro D. João, um debate sobre a Palestina, que contou com a presença de algumas dezenas de pessoas. Esta iniciativa teve por objectivo despertar e sensibilizar a opinião pública local para uma das situações mais graves de violação dos direitos humanos no panorama internacional.

Jorge Cadima, membro da secção internacional do PCP, alertou para a situação «dramática» que se vive na Palestina, nomeadamente no campo de refugiados de Jenin, «que foi totalmente arrasado pelas tropas israelitas, onde todos prédios foram destruídos e centenas de cadáveres continuam

ainda soterrados nos escombros».

Interrogado sobre o que os portugueses podem ou não fazer para ajudar o povo palestino, Jorge Cadima lembrou que «é necessário promover mais manifestações de solidariedade com a Palestina com o intuito de pressionar o governo de Ariel Sharon a acabar com a ocupação e os massacres daquele povo, que luta pela sua autodeterminação».

No final do encontro, foi apresentada e aprovada por unanimidade uma moção de solidariedade com o povo palestino, a ser entregue nas embaixadas da Palestina e de Israel, à Assembleia da República e à sede das Nações Unidas em Portugal.

Professores em rota de colisão com política governamental

## Em defesa da escola pública

**A defesa da escola pública é uma prioridade. Esta a linha de fundo que se impõe, para a Fenprof, face a uma primeira análise aos programas apresentados pelo Governo para as áreas da Educação e do Ensino Superior. Programas pobres e que levantam várias preocupações.**

Nos próximos anos, não só os educadores e professores, mas toda a sociedade, terão de cerrar fileiras na defesa da Escola Pública, considera a Fenprof, em documento apresentado à imprensa, no passado dia 16.

«Os propósitos do Governo tornam-se evidentes

uma rede pública de estabelecimentos de ensino e educação».

A intenção de introdução de contrato individual de trabalho na Administração Pública, conducente a uma maior precarização das relações de trabalho, de par da transferência do pagamento

maioria das competências sobre o Pré-Escolar e o Básico, incluindo a tutela pedagógica».

Defendendo uma gestão democrática das escolas, «onde prevaleçam critérios de natureza pedagógica e científica», a Fenprof afirma ainda a sua discordância em relação à proliferação de exames ou perversão das provas aferidas e recusa a suspensão *sine-die* da revisão curricular no ensino secundário.

**A defesa de uma escola pública é a defesa de um princípio democrático**

Nas primeiras reuniões com os ministros David Justino e Pedro Lynce, os professores irão entregar o seu caderno reivindicativo, em que se incluem medidas como a revisão da legislação de quadros e concursos, a criação de incentivos à colocação e fixação docente em

áreas isoladas e desfavorecidas, a criação de mais lugares de educação especial, o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, a melhoria dos apoios sociais às crianças ou a redução do número de alunos por turma.

Como primeira prioridade, o documento elege a promoção da estabilidade do sistema educativo.

Entretanto, está prevista a entrega de um Manifesto pelo Primeiro Ciclo, promovido pela Confederação Nacional de Associações de Pais e pela Fenprof, que já recolheu mais de 2000 assinaturas colectivas.

Em declarações à Lusa, Vítor Sarmento, dirigente da Confederação de Pais, sublinhou o facto de o programa do Governo ser omissivo em relação ao Primeiro Ciclo do Básico. Criticou ainda a medida governamental de introduzir exames nacionais no 9.º ano, considerando não ser esta a solução para combater o insucesso escolar. Em relação às pausas escolares, a Confederação de Pais defende que uma redução de pausas lectivas deve ser acompanhada pela revisão do actual calendário escolar com a participação de todos os parceiros educativos, de forma a ser encontrada uma resposta que tenha em conta a realidade pedagógica e social dos alunos.



**A criação de condições adequadas a um ensino de qualidade é uma das exigências dos professores**

quando este utiliza expressões como «o crescente estatismo a que está sujeita a educação em Portugal» ou, em nome de uma alegada «liberdade de ensino» advoga a «igualdade de tratamento» entre o sector público e privado», denuncia a Fenprof.

Para a Federação de professores, «a defesa de uma escola pública de qualidade para todos é não só a defesa de um princípio democrático, como a sua concretização corresponderá ao preceito constitucional que obriga o Estado a assegurar, a todos os portugueses, o acesso a

de vencimentos, recrutamento, poder disciplinar e tutela pedagógica para as autarquias, são algumas das preocupações referidas pela Fenprof.

«Estamos, em termos de visão do sistema, em esferas não coincidentes», afirmou, na conferência de imprensa, Paulo Sucena, secretário-geral da Federação Nacional dos Professores, «quando o governo recusa um esforço orçamental em torno do sistema público, em favor da expansão e promoção do sector privado, ou quer transferir para as autarquias a

No que respeita ao Ensino Superior, a Federação de professores considera que o programa do Governo, para além de «uma evidente promoção do ensino privado», é «extremamente vazio e inócuo quanto a medidas concretas».

### A luta continua

Dia 7 de Junho, a Fenprof entregará ao Ministério da Educação os 30 mil postais já recolhidos para lembrar ao Governo que não pode esquecer o 1.º ciclo do Ensino Básico.

## CNA assinala Dia da Luta Camponesa

A Confederação Nacional da Agricultura - CNA, assinalou, no passado dia 17, o Dia Internacional da Luta Camponesa, consagrado à memória do massacre, em 1996, dos camponeses *Sem Terra*, em Eldorado dos Carajás, Brasil. Uma iniciativa da Via Campesina, movimento agro-rural que se organiza à escala mundial e de que a CNA faz parte através da CPE - Coordenadora Agrícola Europeia.

O não aos Organismos Geneticamente Modificados - OGMs, a luta pelo acesso à terra e pelos direitos dos

agricultores e dos povos, são os temas escolhidos para este ano.

Em comunicado de imprensa, a CNA defende o princípio da precaução e recusa a disseminação dos OGMs e alerta para o perigo da *contaminação genética*.

«A propaganda enganadora das multinacionais dos OGMs, dos agro-químicos e dos agro-fármacos, segundo a qual a produção e utilização dos OGMs «é para combater a fome, sobretudo no Terceiro Mundo», é denunciada pela Confederação da

Agricultura, que sublinha que «a questão não é tanto aumentar as produções, com recurso aos OGMs, mas o problema é o redistribuir a produção já existente, entre os seres humanos, entre os povos e as regiões, através de outros critérios em que impere a justiça social e prevaleça o respeito pelos direitos dos povos».

A CNA defende a continuação da *moratória* europeia sobre a experimentação e cultivo de OGMs na natureza e a etiquetagem dos produtos com OGMs. Considera ainda que cada

Estado membro da União Europeia deve recusar o «registo de patentes» sobre seres vivos.

A CNA manifesta ainda a sua solidariedade com o povo palestino, exige o fim da agressão militar de Israel e o respeito pelas resoluções da ONU.

Por outro lado, exprime a sua solidariedade «para com todos os camponeses que, em muitos outros pontos da Terra, continuam a ser sujeitos à repressão e à espoliação originadas pela *globalização* que nos está a ser imposta».

## APD lança Livro Branco

# Uma questão de direitos humanos

A defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência é a grande aposta da Associação Portuguesa de Deficientes - APD, no momento em que assinala os seus trinta anos.

Com este objectivo, a APD acaba de lançar o Livro Branco «Direitos Humanos das pessoas com deficiência - da utopia à realidade», numa iniciativa que teve lugar, segunda-feira passada, na Sala da Música do Palácio Nacional de Queluz.

O Livro Branco surgiu na sequência da Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Junho de 2000 e na qual intervieram destacados peritos nacionais e internacionais em questões de direitos humanos das pessoas com deficiência.

Neste mesmo dia foi inaugurado um portal na Internet - [www.pcd.pt](http://www.pcd.pt), com que se pretende ultrapassar os condicionamentos geográficos, levando conteúdos de informação a todos aqueles que dela necessitem mas cuja mobilidade seja reduzida. Desta forma pretende a ADP melhorar a escassa oferta de informação à disposição das pessoas com deficiência.

Tanto o lançamento do Livro Branco como a inauguração do portal confluem numa mesma preocupação - a plena integração dos deficientes na sociedade.

### Plena integração

O livro pretende, como é sublinhado em contracapa, alertar para a ideia de que «a grande questão, no que à deficiência e às pessoas com deficiência diz respeito, não está na comiserção da sociedade para com o "drama" dessas pessoas, mas na ausência de consideração de que o "problema" é uma questão de direitos humanos».

Ou seja, a questão está «nas barreiras de todo o tipo, e não apenas arquitectónicas, que se erguem às pesso-

as com deficiência, impedindo-as de ter uma vida "normal" - seja lá isso o que for - como qualquer outro cidadão».

Sintetizando - é uma questão de direitos humanos que está em causa. «É a mudança para um quadro de valores que considere estes direitos como inalienáveis o que se exige», frisa o Livro Branco.

Esta estratégia de divulgação pela positiva da imagem da pessoa deficiente vai passar por vários veículos, como as escolas ou campanhas publicitárias.

Na perspectiva de uma plena integração social dos deficientes, o seu presidente, Humberto Santos, lembrou, em declarações à Lusa, o que se passa no mercado de trabalho, onde a quota de emprego (que a ADP só defende enquanto medida transitória) continua sem surtir efeito.

Para o dirigente associativo, a escola é outra área problemática, tanto mais que diz respeito a «crianças e jovens que não só estão vulneráveis e a precisar de



A escola e o trabalho são fundamentais na integração de pessoas com deficiência



apoio», como estão em princípio de vida e precisam que não lhes seja «inibido o futuro». Necessidades básicas que medidas como a do anterior ME, de «alteração de quadros de professores de ensino especial», que foram retirados e colocados no ensino normal, deixando «crianças com falta de apoio», põem em cheque.

Também aqui é uma questão de direitos humanos que está em causa.

## O Congresso desejado

• José Brinquete

Finalmente, está marcado para os dias 26, 27 e 28 de

Setembro de 2002, em Bragança, a realização do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Decorridas quase três décadas sobre a Revolução de Abril, só agora é possível concretizar um sonho de várias gerações.

As expectativas são grandes acerca do resultado e das conclusões que sairão deste evento.

Sempre defendemos que a realização de um Congresso sobre a região de Trás-os-Montes e Alto Douro terá de reflectir as transformações verificadas com a Revolução de Abril e a consequente instauração e consolidação do regime democrático.

Sempre defendemos que o Congresso deverá congrega vontades e que seja representativo das autarquias, da comunidade científica, das organizações económicas, sindicais, sociais, culturais, ambientais e políticas da região.

O seu êxito depende, em primeiro lugar, da criação destas condições. Porque só fará sentido realizar o III Congresso de TMAD, se este servir para elaborar e aprovar uma plataforma reivindicativa ampla, a apresentar ao Poder Central, onde estejam inscritas as principais reivindicações que garantam tirar a região dos níveis de subdesenvolvimento em que se encontra, designadamente nas infra-estruturas e equipamentos básicos, nos serviços de saúde, na educação e no ensino, na área social, na criação de empregos, na actividade cultural, no desenvolvimento das actividades da agricultura, da indústria, do comércio, dos serviços, do turismo.

Agora que já estão criados os organismos que estão a preparar e irão realizar o III Congresso, parece-me que estes reflectem um grande avanço, relativamente às pretensões manifestadas, ainda há pouco tempo, por certos sectores políticos regionais. Mas, por outro lado, parece-me lamentável e incompreensível terem sido excluídos, da Comissão Organizadora, entidades como as associações representativas da agricultura familiar e dos agricultores da região e o movimento sindical.

Ainda é cedo para sabermos se está assegurado que este congresso decorrerá sem restrições nem exclusões.

O III Congresso de TMAD vai realizar-se sessenta e um anos após a realização do segundo, que ocorreu nas cidades de Bragança, Chaves, Vidago e Vila Real e que não teve a natureza democrática que a este se exige.

Entre 6 e 13 de Setembro de 1941, altura da realização do II Congresso, Portugal era governado pela ditadura fascista de Salazar e Carmona. Aliás, o general Carmona

foi o presidente da Comissão de Honra do II Congresso.

Ao contrário, o actual Congresso vai ocorrer em regime democrático, embora, como se sabe, na região os aspectos da vida democrática e das liberdades encontrem grandes constrangimentos.

Por toda a região transmontana e duriense continua a existir toda uma rede clientelar de influências, na ocupação de empregos públicos e no domínio das políticas sociais, na sua maioria de índole caritativa. Situação alimentada numa matriz ideológica de cariz conservador e retrógrado, contrária ao espírito e letra da Constituição da República Portuguesa, que coarctada, de forma clara e objectiva, o exercício da democracia participativa e é uma grave limitação à liberdade de pensamento e acção cívica dos cidadãos.

A actual conjuntura política em que se realiza o III Congresso também não é objectivamente favorável ao mesmo, na medida em que as verbas do III Quadro Comunitário de Apoio já estão quase todas afectadas a vários programas, que na sua maioria incidem em três eixos de desenvolvimento constantes no PDR e que se situam no litoral. Contribuirá igualmente, como factor negativo, a formação recente de um governo exclusivamente de direita, aquela direita que, nas últimas décadas, com as suas políticas centralistas, tanto tem penalizado o interior do país.

Lamentavelmente, acresce a este quadro político tão pouco colorido o facto de o poder local autárquico dominante ser, na sua maioria, do PSD e com um passado recente de subserviência e vassalagem ao poder central.

Toda esta realidade pode comprometer profundamente as legítimas aspirações das gentes de Trás-os-Montes e Alto Douro. Os nossos votos vão no sentido de que nenhuma destas preocupações se confirme.

O nosso empenhamento será no sentido de tudo fazermos para que o III Congresso alcance o êxito que todos esperamos, até porque a área política em que nos situamos tem todo um património de reflexão, estudo e debate, quer na realização da I e da II Conferências Democráticas sobre TMAD quer noutros encontros e debates temáticos que se realizaram nos últimos anos, tendo sido no momento próprio publicadas e publicadas.

Para isso é necessário combater o pendor predominante de romagem e saudade dos dois anteriores Congressos, por parte da diáspora transmontana. De saudosismos estamos nós todos fartos. É fundamental acreditar, primeiramente, nos homens e nas mulheres que aqui estudam, vivem e trabalham.

# O Imperialismo sem máscara

Manuel Gouveia

**D**esta vez não serão precisos 25 anos para que o papel do Departamento de Estado norte-americano e da CIA no golpe de Estado na Venezuela seja evidente para a maioria da população. A capacidade do povo da Venezuela derrotar a aliança contra-revolucionária surpreendeu o imperialismo de calças na mão e os podres ficaram à vista. O plano urdido durante meses pelo imperialismo estava destinado a vencer. A sua derrota nunca foi ponderada pelos conspiradores. Os meios de comunicação social à escala global deram a face por uma mentira obrigados a desmentir 48 horas depois (a demissão de Chavez). A Internacional Socialista que há dois anos desenvolve uma feroz campanha contra Chavez e pelas liberdades democráticas na Venezuela, viu os seus representantes no país (AD e CTV) celebrarem o golpe de estado e assumirem publicamente o seu envolvimento directo. Os EUA, que disfarçam o seu cerco a Cuba sob o manto da defesa da democracia política formal, apoiaram efusivamente o golpe de Estado no sábado, para na segunda-feira



dirigirem um aviso ao governo de Chavez para que respeitasse a Constituição. A Espanha, que em nome da liberdade e da democracia se prepara para ilegalizar um partido político e reprimir ainda mais as liberdades democráticas, saudou o golpe de Estado. As instituições latino-americanas de estados, campeões da democracia contra os povos, começaram por apoiar implicitamente o golpe (já que exigiam eleições para breve). E assim sucessivamente...

## A traição da burguesia

As poucas horas em que a contra-revolução exerceu o poder político formal poderiam parecer insuficientes para se perceber os seus objectivos. Não o foram. Em primeiro lugar, as classes exploradoras da Venezuela instituíram a ditadura política e revogaram todas as leis que lhes afectavam os interesses de classe. E pagaram ao imperialismo parte do

preço estipulado: privatização do petróleo da Venezuela; fim do acordo comercial com Cuba; autorização aos militares norte-americanos para utilizarem a Venezuela no ataque aos patriotas colombianos.

Tiveram tempo ainda para mudar o nome do país, eliminando a caracterização «Bolivariana» da República, e para retirar do próprio Palácio da Presidência a imagem de Bolívar. O ódio de classe ao Libertador é uma razão poderosa para este acto simbólico e tacticamente absurdo. Mas num momento em que a resistência dos povos da América Latina ao ALCA, a resistência ao aprofundar do processo de colonização, encontram no ideal bolivariano da «nuestra america» um dos seus mais fortes referentes, tratou-se também de um acto de vassalagem para com o império.

A oligarquia venezuelana demonstrou que o seu proplado apego aos «valores democráticos» era uma balela. A democracia política formal tem o apoio da burguesia apenas enquanto permitir a manutenção e reforço dos seus privilégios, enquanto não ameaçar a sua ditadura. Mas foi mais longe na traição. Compreendendo que a defesa dos seus privilégios só era possível com o apoio do império, dispôs-se a entregar a Venezuela nas rapaces garras deste.

## O futuro

O povo (civil e armado) está hoje com Hugo Chavez e com a Constituição da República Bolivariana da Venezuela. A burguesia e o imperialismo sofreram uma gigantesca derrota. Mas a reacção reorganiza-se com uma facilidade proporcional aos extraordinários meios que continuam à sua disposição. E o apoio popular evapora-se perante a incapacidade para satisfazer as principais reivindicações populares.

A herança de 40 anos de governos da oligarquia é pesada, hoje ainda, os grandes grupos económicos hegemonomizam a Comunicação Social, com a importante excepção do petróleo a economia está nas mãos de um punhado de famílias, a agricultura está destruída e a terra concentrada em latifúndios, os sindicatos estão corrompidos, a Igreja alinha com a reacção, a artificial dívida externa asfixia as finanças públicas, a corrupção antes generalizada tende a contaminar partes do novo poder. E há apenas três anos 80% da população vivia na miséria e sem acesso à saúde, à educação e à segurança social, e não existia nenhuma estrutura política ou social suficientemente sólida. A Venezuela Bolivariana tem tentado alterar esta situação – com resultados parcelares mas positivos – sem radicalizar o próprio processo revolucionário, condicionada que está pela situação internacional. À dimensão do desafio a que os revolucionários venezuelanos se propõem, há que responder com a solidariedade internacionalista.

# Satisfação americana com retirada israelita

## Israel retira, mas fica

**Ariel Sharon anuncia o fim da primeira fase da operação militar «Muralha Defensiva», mas Arafat e os territórios palestinos permanecem cercados.**

O primeiro-ministro israelita anunciou domingo que a primeira fase da ofensiva militar na Cisjordânia terminou com a retirada de Nablus e de Ramalhah. No entanto os tanques não foram longe; o cerco ao quartel-general de Arafat continua; Belém

**A anunciada retirada israelita é uma mentira para os «media»**

permanece ocupada; o cerco à igreja da Natividade, onde se encontram aprisionados cerca de 200 palestinos, mantém-se; e o próprio Ariel Sharon garante que o «seu governo nunca evacuará os colonatos, em especial aqueles que estão isolados».

Os EUA aplaudiram. Colin Powell disse estar «satisfeito» com a retirada em curso e prometeu que «num futuro não muito longínquo» vai efectuar uma nova «missão de paz» no Médio Oriente.

As declarações de Sharon e Powell seguem-se a um fim-de-semana atribulado, em que israelitas e norte-americanos se contradisseram sobre a missão de investigação da ONU aos acontecimentos no campo de refugiados de Jenin.

Rejeitada primeiro e aceite depois pelos dois países, a investigação tornou-se inevitável após o coordenador especial das Nações Unidas para os territórios palestinos, Terje Roed-Larsen, ter afirmado que o cenário de devastação encontrado em Jenin era «horroroso, para além do imaginável».

Resta saber em que condições se vai realizar a investigação, dado Sharon - que admitiu a possibilidade de declarar Terje Roed-Larsen *persona non grata* - ter decidido boicotar a missão do enviado da ONU. Da lista negra de Telavive constam ainda os nomes de Peter Hansen, responsável da ONU pela ajuda humanitária em Jerusalém, e Mary Robinson, comissária para os direitos humanos, todos considerados «parciais» por Israel.

## Uma mentira para a televisão

A retirada israelita é uma «mentira» para os *media*, afirmou o dirigente palesti-

niano Saeb Erakat. «Israel controla já toda a Cisjordânia, depois de ter destruído as infra-estruturas da Autoridade Palestiniana», afirmou. «Já não existe zona A (sob controlo palestino). Toda a Cisjordânia está transformada em zona B (sob controlo administrativo palestino mas com a segurança a cargo de Israel),» garantiu Saeb Erakat.

A denúncia de Erakat coincide com a ofensiva mediática lançada por Israel junto dos mais de 1500 jornalistas actualmente a cobrirem o conflito israelo-palestino, que inclui mensagens escritas para os telemóveis e e-mails regulares a refutar as «mentiras» palestinianas. «A nossa capacidade para travar esta guerra depende de não sermos muito criticados pelos *media* e pelos governos, o que poderia limitar o tempo que temos para destruir as infra-estruturas terroristas», disse à BBC o responsável pelo centro de imprensa de Jerusalém, Arye Mekel.

Entretanto, pela quinta vez este ano, a Comissão de Direitos Humanos da ONU condenou Israel por atentar contra a integridade do Líbano. A resolução foi adoptada por 34 votos, dois contra (Peru e Guatemala) e 17 abstenções (países europeus e Japão). Israel e EUA não fazem parte da Comissão.



A administração Bush está satisfeita com Ariel Sharon

## Alemanha

# Derrota do SPD

Os resultados das eleições de domingo na Saxónia-Anhalt constituíram uma estrondosa derrota para a social-democracia. O SPD perde mais de 200 mil votos (menos 15,9 por cento, a maior perda eleitoral de sempre), passando de 35,9 (1998) para 20 por cento. Mais de 108 mil eleitores social-democratas não votaram, enquanto cerca de outros 90 mil terão desviado o seu voto para a democracia-cristã (CDU) e 30 mil para os liberais (FDP). Registou-se

igualmente a maior abstenção de sempre naquele Estado, com a percentagem de votantes a baixar de 71,5 por cento em 1998 para 56,5 por cento em 2002.

Quem mais aproveitou com a frustração do eleitorado é a CDU, que sobe de 22 para 37,3 por cento (mais 15,3), embora perca votos em relação às últimas eleições. Aliás, todos os partidos perdem votos em valor absoluto.

Os liberais são os segundos grandes vencedores, passando

de 4,2 para 13,3 (mais 9,1).

Em declínio continuam os Verdes, que baixam de 3,2 para 2,0 por cento; a extrema-direita, que em 1998 chegara aos 12,9 por cento, baixa 4,8 por cento.

Quanto ao PDS, mantém-se estável, subindo ligeiramente de 19,6 para 20,4 por cento. Petra Sitte, líder do grupo parlamentar do PDS na Saxónia-Anhalt, considerou bom o resultado alcançado, atribuindo-o ao facto de o PDS «ser o partido da justiça social e da paz».

## Viragem na Hungria

A oposição obteve domingo a maioria dos lugares no Parlamento húngaro, segundo números oficiais, quando estavam escrutinados já 85 por cento dos boletins de voto, na segunda volta das eleições legislativas. Segundo os resultados parciais da Comissão Eleitoral, os socialistas obtêm 178 lugares, os seus aliados liberais de esquerda da Aliança dos Democratas Livres 19, um candidato comum um lugar, contra 188 para os partidários do primeiro-ministro cessante Viktor Orban. «A mudança de governo ocorreu», declarou o chefe dos Democratas Livres, Gabor Kuncze.

## Sindicatos preocupados em Espanha

O Governo espanhol de José María Aznar aprovou na passada semana um projecto de lei que visa reformular a atribuição de subsídios de desemprego. De acordo com o documento, os espanhóis perderão o seu subsídio depois de recusarem três propostas de emprego a menos de 50 km do seu domicílio. Entretanto, as duas principais Centrais Sindicais Espanholas já anunciaram que vão dar uma resposta firme e unitária a este projecto de lei.

## Manifestação contra a ETA

Várias centenas de pessoas manifestaram-se domingo em Getxo (País Basco) para condenarem o atentado cometido, no dia anterior, pela organização independentista ETA. O atentado tinha sido anunciado momentos antes, por um presumível elemento da ETA, através de um telefonema para o jornal independentista basco *Gara* e um outro para a assistência rodoviária DYA. Na manifestação frente à edilidade de Getxo, entre outras personalidades vieram-se os responsáveis políticos locais, envergando faixas onde se lia «ETA não. Paz e liberdade sim».

## Marcha pela paz em Bagdade

Mais de cem activistas europeus, incluindo parlamentares, realizaram uma manifestação em Bagdade na passada semana contra um possível ataque dos EUA. Os manifestantes, que marcharam à frente do escritório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas também solicitaram o fim às sanções da ONU contra o Iraque.

## Desemprego nos EUA

Os pedidos de subsídio de desemprego nos EUA aumentaram para 445 mil na semana que terminou a 13 de Abril. Segundo o Departamento do Trabalho norte-americano, os pedidos de subsídio de desemprego registaram uma subida de mil pedidos na semana anterior. O valor divulgado surpreendeu as estimativas dos analistas, uma vez que apontavam para 411 mil pedidos na semana que terminou a 13 de Abril. A média das últimas quatro semanas, que fornece um panorama mais exacto, situou-se nos 448 750 mil pedidos.

## Jospin demite-se

# França em estado de choque

**A direita e a extrema-direita francesas vão disputar sozinhas a segunda volta das presidenciais, a 5 de Maio. Uma catástrofe política que abalou a Europa.**

Aos 73 anos, Jean-Marie Le Pen, um político fascista e racista, conseguiu a proeza de ser o segundo candidato mais votado na primeira volta das presidenciais francesas.

Com apenas mais dois pontos e meio ficou o presidente cessante, Jacques Chirac, também ele um homem de direita, envolvido em diversos escândalos de corrupção, que só não se sentou ainda no banco dos réus devido à imunidade de que disfruta.

Lionel Jospin, socialista, primeiro-ministro de um governo dito de «esquerda plural», foi penalizado por uma política de direita cujo principal resultado foi a pulverização da esquerda, patente de resto na diversidade de candidatos presidenciais.

À semelhança do que sucedeu em Portugal após as eleições autárquicas, com a demissão de Guterres e a realização de eleições legislativas antecipadas, Lionel Jospin anunciou que se retirará da vida política após a segunda volta das presidenciais. Dizendo-se «orgulhoso do trabalho realizado» em cinco anos de governo, Jospin considerou os resultados «decepcionantes» para os que o acompanharam e um «sinal muito inquietante para a França e para a nossa democracia». Apesar de afirmar assumir «plenamente a responsabilidade pelo fracasso» (16,07 por cento dos votos), o ainda primeiro-ministro francês responsabilizou a «demagogia da direita e a dispersão da esquerda» pela subida de Le Pen.

Com as legislativas marcadas para Junho, a França encontra-se assim a viver um verdadeiro terramoto político, com a direita e a extrema-direita a capitalizarem o descontentamento popular (ver peça com resultados, nesta página).

### E agora?

Entretanto, no Partido comunista Francês (PCF), cujo candidato perdeu mais de um milhão de votos, a hora é «de tristeza» e mesmo de «cólera», nas palavras de Robert Hue. O dirigente do PCF não deixou no entanto de reconhecer que os

### Jospin diz-se orgulhoso do trabalho realizado em cinco anos

resultados traduzem «o cansaço, as insatisfações, as decepções, as frustrações, a ira dos franceses e francesas face aos que consideram responsáveis pela situação em que se encontra hoje o país».

Também a secretária nacional do PCF, Marie-George Buffet, considera que os resultados exprimem uma severa condenação das políticas seguidas nos últimos anos, embora sublinhando que as instituições estão «em crise» porque «tornam possível que com pouco mais de um terço dos votos expressos a direita e a extrema direita estejam presentes na segunda volta».

Na opinião de Buffet, os dois terços de eleitores que não desejaram os resultados de domingo «estarão ausentes da segunda volta eleitoral». No domingo, a abstenção rondou os 28 por cento.

E agora? Esta a questão que se coloca e para a qual a «esquerda plural» parece não ter resposta.

Na noite de domingo - ironia das ironias -, o rosto que os franceses viram a apelar à unidade em defesa da democracia e da República foi o de Jacques Chirac, garantindo que a 5 de Maio estão em jogo «o futuro» e a «vida» do país, bem como a sua «tradição humanista».

Em contraponto, Le Pen saudava a «derrota dos dois líderes do sistema» e desafiava os franceses a aproveitarem esta «oportunidade histórica».

## Resultados da 1.ª volta das presidenciais

Inscritos: 40 251 881  
Votantes: 29 129 595  
Expressos: 28 141 988  
Abstenção: 27,63%

Jacques Chirac (presidente cessante, de direita): 19,67%  
Jean-Marie Le Pen (Frente nacional, extrema-direita): 17,02%  
Lionel Jospin (primeiro-ministro, socialista): 16,07%  
François Bayrou (centro): 6,89%  
Arlette Laguiller (trotskista): 5,77%  
Jean-Pierre Chevènement (esquerda): 5,36%  
Noël Mamère (ecologista): 5,27%  
Olivier Besancenot (trotskista): 4,29%  
Jean Saint-Josse (direita): 4,28%  
Alain Madelin (direita liberal): 3,92%  
Robert Hue (Partido Comunista): 3,41%  
Bruno Mégret (extrema-direita): 2,36%  
Christiane Taubira (esquerda): 2,15%  
Corinne Lepage (ecologista, direita): 1,89%  
Christine Boutin (direita): 1,19%  
Daniel Gluckstein (trotskista): 0,47%  
Totais nacionais, com excepção dos resultados da Guiana, Martinica, Guadalupe, Polinésia e dos franceses no estrangeiro, divulgados pelo Ministério do Interior.



Chirac e Jospin antes do «terramoto» eleitoral

## Reacções

Os partidos de extrema-direita belga e austríaco reagiram com entusiasmo aos resultados de Le Pen. Na **Áustria**, Peter Sichrovsky, secretário-geral do FPÖ - o partido de Haider que integra a coligação governamental - disse que «esta surpresa» é «uma bofetada atrasada aos inventores e iniciadores das sanções da União Europeia contra o governo austríaco». Para Sichrovsky, «os eleitores franceses deram uma lição aos partidos que querem esconder a sua falta de ideias políticas com argumentos pseudomorais».

Já o seu congénere belga, Vlaams Blok, considerou que o resultado «espectacular» da Frente nacional constitui «um fenómeno político» que se estende já a países «como a Áustria, Itália, Dinamarca, Países Baixos e França, onde os eleitores recusaram a esquerda».

De sentido contrário foi a reacção do dirigente do Partido Liberal da **Suécia**, Lars Lejonborg, que considera ser «uma das piores coisas que podem suceder, que um candidato, inimigo declarado dos imigrantes, obtenha um apoio eleitoral tão importante num dos países

mais importantes da União Europeia». Para Lejonborg, estes resultados põem particularmente em evidência «a ameaça de intolerância que paira sobre a Europa».

Na imprensa internacional as reacções também não se fizeram esperar. *La Stampa* considera que estamos perante uma «fractura social entre a política institucional e os sentimentos da população francesa». *A Repubblica* fala de «cyclone» e de um «resultado devastador para Lionel Jospin», enquanto para o *El País* estamos perante «um autêntico sismo político». *Le Soir* atribuiu os resultados ao facto de se ter metido «no mesmo saco» os candidatos Chirac e Jospin, e considera que «quem esperava pela segunda volta para votar contra Chirac deve estar a morder os dedos». Para este jornal belga há três lições a tirar das eleições francesas: a primeira, «é que a esquerda só ganha quando está unida»; a segunda, «é que a extrema-direita vale quase um quarto dos votos em França»; e a terceira, «é que à direita, o único vencedor é François Bayrou». De tudo isto, o jornal tira uma conclusão: «Pobre França...»

## PCP na Suécia

A convite do Partido da Esquerda, visitou a Suécia, de 15 a 17 de Abril, uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, e Fátima Messias e Pedro

Guerreiro, membros do Comité Central.

A delegação do PCP encontrou-se com uma delegação do Partido da Esquerda (PE), dirigida por Pernilla Zethraeus, Secretária-Geral, que integrava também Ann-

-Marie Ogalde, Secretária Internacional, Thomas Magnusson, Secretário do Organização de Estocolmo, e Mats Einarsson, membro do CC. Visitou o Parlamento e encontrou-se com o presidente do Grupo do PE, Lars Backström, o vice-presidente, Johan Lönnroth, Lars Ohly, da Comissão de Política Externa e outros camaradas. Deslocou-se ainda à cidade de Eskilstuna, em cujo governo municipal o Partido de Esquerda participa juntamente com o Partido Social-Democrata, tomando conhecimento directo da actividade desenvolvida.

Esta visita, que possibilitou um melhor conhecimento e compreensão recíproca, inscreve-se nas relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PE, que ambos os partidos se propõem desenvolver e aprofundar na luta contra o imperialismo e em defesa da paz e por uma outra Europa de progresso e cooperação.



• Pedro Carvalho

# A «financeirização» do capital

Em Abril de 2001, o volume diário de negócios no mercado de derivados ascendia a 575 mil milhões de dólares (cinco vezes mais que 1995) e no mercado cambial atingia mais de 1200 mil milhões de dólares.

A capitalização bolsista em 2000 permitiu financiar 56% das operações de fusões e aquisições. Em 1998, a capitalização bolsista representava cerca de 100% do PIB nos EUA, quase 130% no Reino Unido e mais de 250% na Malásia. Em 1996, estimava-se que 95% do valor das transacções nos mercados cambiais

corresponderiam a movimentos financeiros independentes de operações sobre bens e serviços. Em 1999, o balanço total das instituições de crédito representava cerca de 258% do PIB comunitário e os lucros ascendiam a mais de 345 milhões de euros. Este pequeno retrato da realidade mostra a desconexão crescente entre a esfera financeira e a economia real. A crescente financeirização do capital é um dos traços relevantes do capitalismo contemporâneo.

A economia dos fluxos financeiros ganha cada vez mais predominância sobre a economia real. O desvio do capital do sector produtivo para o financeiro, em busca de maiores taxas de lucro, provoca a hipertrofia financeira da economia real. A criação de necessidades artificiais na esfera produtiva para cumprir o objectivo de acumulação de capital deixa o campo somente das opções de produção para actividades de índole rentista/especulativa no campo financeiro. Os elevados volumes dos fluxos financeiros, nomeadamente de curto prazo, assumem um papel crucial na crescente volatilidade e instabilidade dos mercados financeiros internacionais, na inflação dos mercados bolsistas, no despontar de crises financeiras e na sua tradução na esfera real, com efeitos directos no investimento, no consumo e no emprego. Segundo o FMI, as cerca de 50 crises financeiras, com menor ou maior intensidade, entre 1975 e 1997, implicaram uma perda acumulada de produto na ordem dos 14/15% do PIB mundial.

A crescente instabilidade do sistema financeiro internacional é resultado das opções económicas das últimas décadas assentes na santa trindade do pensamento neoliberal - liberalização, desregulamentação e privatização. A independência dos Bancos Centrais e a criação de *currency boards* são faces actualmente visíveis do jogo da confiança dos mercados, onde o FMI assume o papel instrumental e o *Washington Consensus* - estabilidade de preços, consolidação orçamental, desregulamentação dos mercados e comércio livre - a sua filosofia de base. Da qual, aliás, a União Económica e

Monetária é o reflexo europeu. A liberalização dos movimentos de capitais e a maior integração dos mercados financeiros mundiais são reflexos de uma maior internacionalização do capital, em seguimento da internacionalização das decisões de produção/investimento das grandes multinacionais, contribuindo para sua financeirização, internalização e o reforço da sua concentração e centralização

## Do crime ao real

A falta de mecanismos de controlo, a liberalização, os instrumentos de contorno das regras prudenciais e os elevados volumes financeiros canalizados em centros *offshores*, aumenta o grau de abuso do sistema financeiro e potencia as actividades de branqueamento de capitais, pondo em evidência o papel do crime organizado no capitalismo contemporâneo. Apesar do branqueamento de capitais ser impossível de medir com precisão, o FMI, recentemente, apontava que o valor agregado do branqueamento de capitais podia atingir entre 2% a 5% do PIB mundial, ou seja, entre 600 mil milhões e 1500 mil milhões de dólares. A necessidade de um maior controlo dos movimentos de capitais implica a eliminação dos centros *offshore* e a efectiva tributação do capital ao nível internacional. Uma taxa sobre os movimentos de capitais poderia ser o instrumento de controlo e de reorientação para fins socialmente úteis dos fluxos de capital. Mas a questão central passa pela revalorização e promoção do sistema produtivo, pondo a economia no «trilho» da satisfação das necessidades humanas. Os objectivos económicos não podem reger-se pelos fluxos financeiros e seus indicadores de *benchmarking* impessoais. Só, assim, se poderá dar atenção a três variáveis que contam para a melhoria das condições de vida da população: a produtividade, as disparidades de rendimento e o desemprego. Temos que dirigir os nossos esforços para resolver os problemas que as afectam - a redução da produtividade, o aumento das desigualdades de rendimento e o aumento do desemprego/subemprego. Sendo claro que, em todas, o trabalho trespassa como valor essencial, como fonte de criação de riqueza. Como escreveu o camarada Aboim Inglês - temos que travar «uma luta sem tréguas contra o pensamento único, que pretende mercantilizar tudo o que é humano e reduzir os Homens e os Povos à impotência, perante um futuro que, afinal, eles e só eles, pela sua luta, criatividade e trabalho, solidariamente não-de tornar mais livre, mais justo e mais plenamente humanizado».



A Comissão desfere o golpe de misericórdia ao sector das pescas ao pretender reduzir as capturas em 40 por cento

Bruxelas quer retirar os apoios à modernização da frota pesqueira

## O fim das pescas

A Comissão Europeia prepara-se para apresentar uma proposta que reorienta as ajudas comunitárias para o desmantelamento e abandono do sector.

A questão não é financeira mas estritamente política. A Comissão Europeia está apostada em reduzir em 40 por cento a capacidade pesqueira dos estados-membros e para isso em vez de apoiar a modernização do sector vai aplicar as verbas do orçamento em subsídios sociais para o abandono da actividade.

A razão que evoca é o actual estado dos recursos, os quais estarão à beira do colapso em muitas regiões. Contudo, segundo os técnicos da Direcção-Geral de Pesca da Comissão Europeia, a origem desta actual situação de escassez de peixe no mar está «em decisões políticas sem visão de futuro», em sistemas «deficientes de vigilância e controlo da actividade pesqueira» e em geral na política comum de pesca que está pejada de «erros e incoerências», tanto na sua concepção como na sua aplicação.

O problema é que mais uma vez serão os pescadores a ter de pagar as decisões erradas de Bruxelas. Depois de terem investido na construção de novas embarcações, pescadores e armadores vêem com desespero a Comissão retirar-lhe o tapete alegando que é chegada a hora de corrigir todas as defici-

ências e garantir a sustentabilidade ambiental, económica e social do sector.

É com esta argumentação que Bruxelas propõe «uma diminuição progressiva das ajudas públicas», para que o «sector obtenha uma maior independência económica». Por outras palavras, o que a Comissão pretende é reduzir a capacidade de pesca deixando que os mecanismos de mercado aniquilem parte dos armadores. Para atenuar as desastrosas consequências sociais, que certamente terão uma dimensão muito

superior às que decorreram da não renovação do acordo de pesca com Marrocos, o executivo comunitário não deverá reduzir o orçamento global da política pesqueira. As verbas serão assim canalizadas para a reestruturação do sector (eufemismo de desmantelamento e abandono da actividade) e para o financiamento de actividades relacionadas com a pesca que capazes de criar riqueza e empregos, como por exemplo, a aquicultura.

A Comissão quer ainda criar uma estrutura comum de fiscalização que permita controlar melhor a actividade pesqueira, lutar contra a pesca ilegal e harmonizar as sanções contra os prevaricadores. Além disso propõe-se acabar com a tradicional distribuição de quotas substituindo-o por uma gestão plurianual.

Para já sabe-se que esta proposta do Comissário Fischer conta com a oposição da França e da Espanha. O debate estava previsto para ontem, terça-feira. A produção pesqueira comunitária eleva-se a 7,76 milhões de toneladas anuais, sendo que 6,38 milhões provêm das capturas em mar.

## Terrorismo preocupa CFMI

O Comité Financeiro e Monetário Internacional (CFMI) voltou a insistir na necessidade de unir «os esforços internacionais para contrariar a utilização abusiva do sistema financeiro internacional para financiar o terrorismo ou branqueamento de dinheiro».

Em comunicado divulgado no passado sábado, o CFMI reiterou a responsabilidade das autoridades nacionais na luta contra o branqueamento de dinheiro e o financiamento do terrorismo, considerando que «o sucesso desse combate depende essencialmente da vigilância contínua e de acções a nível mundial».

No mesmo dia, os sete países mais industrializados do mundo (G-7) concordaram intensificar a mobilização internacional para combater o financiamento do terrorismo. «Apelamos uma vez mais a todos os países a aplicarem rapidamente as recomendações do Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais (GAFI) contra o financiamento do terrorismo», disseram os ministros das Finanças do G-7.

## Aznar defende presidente para a UE

O chefe do governo espanhol e presidente em exercício da União Europeia, José María Aznar, defendeu a eleição de um presidente europeu com um mandato de dois anos.

Numa entrevista publicada, no sábado, pelo diário italiano «La Repubblica», Aznar afirma que «a presidência rotativa semestral claramente não funciona e é impossível que funcione quando formos 24» países.

A solução passaria, pois, pela eleição de um presidente, o qual, acrescenta, «não enfraqueceria o presidente da Comissão Europeia».

## Reino Unido antecipa referendo

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, poderá acelerar os preparativos para o referendo sobre a adesão do seu país à união monetária.

A notícia foi veiculada no domingo pelo jornal «The Independent on Sunday». O semanário cita «altas fontes governamentais», afirmando que o referendo deverá ocorrer no final de 2002 ou o mais tardar na Primavera de 2003. A libra pode ter os seus dias contados.



• Rogério Feitor

# O Balcão de Jean Genet revisitado na Venezuela

**U**m bordel, onde toda a gente pode ser, depravadamente, o que sonha ser. Assim, há o juiz, o bispo, o vagabundo, o general, a rainha. Mas ninguém quer ser o polícia.

A dona do bordel: a rainha. De algures, surge um personagem que é o emissário da corte. Mas, depois de tudo, já não se sabe se é real ou se é mais uma perversão imaginária do bordel. Onde existe uma prostituta que é o símbolo da resistência. E, ao longe, o som de metralhadoras.

No bordel, representa-se o golpe de estado, ao que respondem todas as imagens sociais. Todas? Não, uma, o polícia, não é uma imagem. É ele mesmo, o polícia. Frustrado porque é ele mesmo que tem de representar o seu papel. Ninguém o deseja.

O golpe, apoiado por uma máquina de construir imagens imparável, é bem sucedido. A imagem de uma rainha governa, a imagem de um bispo apoia-a, assim como a imagem do general e do juiz. O polícia, esse não representa, age. Como? «Limpendo» a cidade dos revolucionários, suportados por um falso poder legítimo, sediado no bordel. Mas parece que eles são muitos, com uma forte adesão popular. Como enganá-los? Com imagens, claro está. Então a imagem da resistência é levada ao altar, com o apoio da falsa rainha, do falso bispo, do falso general, do falso juiz. Mas o polícia, o verdadeiro, não está lá. Ouve-se um tiro e a imagem, só a imagem da resistência cai por terra. Está morta, a imagem.

Depois do assassinio pictórico, no bordel, a orgia da reconquista do poder, o

eterno questionar da falsa rainha sobre quem está realmente no poder e a perversão da imagem do polícia, que se casta a si próprio. Porquê? O polícia, primeiro que todos, deve saber.

## A Venezuela

Venezuela: desde que Chávez chegou ao poder, os meios de comunicação, controlados pelo grande capital, insistem em denunciá-lo numa campanha nada justa. Desde fora, alguém (muita gente fala do ex-presidente Carlos Andrés Pérez, agora em Miami, mas quem está por trás?) planeia o golpe de Estado há já algum tempo, obsessão tal que até o comunicaram aos Estados Unidos antes de o executar.

A classe média-alta e alta, prejudicada directamente pelas reformas, sai à rua, a protestar, quando os verdadeiros condutores ou estão em casa ou aparecem nos canais de televisão a incentivar o golpe. Os meios de comunicação insistem: há que destituir Chávez pelo bem da democracia (?). Quando chegam ao palácio de Miraflores, a polícia já está na sua posição. O chefe da polícia, colocado nesse posto por Chávez, mas que depois se tornou um dos seus grandes opositores, tendo mesmo sido fotografado ao lado de dirigentes da CIA e FBI, controla todas as operações, sendo ele controlado pelos golpistas. Quando os apoiantes de Chávez chegam ao local, começa o tiroteio. Testemunhas confirmam que inocentes são mortos na confusão. Militares, iludidos por comandos de altos postos traidores, pensam que Chávez se demitiu e transportam-no para

um forte. Pedro Carmona, o patrão dos patrões (será mesmo?) é nomeado (nomeia-se?) presidente interino e, claro está, num bom golpe democrático (?), dissolve a Assembleia.

O *El País*, antes ainda de tudo que iria passar-se, faz entrevistas com o «povo», onde parece que toda a gente da Venezuela apoia este golpe.

A imagem. A esposa de Chávez aparece na CNN, falando do temor que tem pelos seus filhos. A sua última frase, antes da emissão ser cortada é: por favor, não cortem a emissão. Enquanto isso, o povo organiza-se, duvidando sempre da «demissão» do seu presidente, o símbolo da resistência. As televisões transmitem novelas, como se nada se passasse em Caracas, o meio de comunicação por excelência da democracia (?). Carmona, na CNN, diz que nada se passa, está tudo controlado. Por quem? A polícia começa a disparar de novo, a prender. Grandes agricultores retomam as suas grandes propriedades, entregues às famílias rurais pobres pelas reformas de Chávez. Planeia-se, desde já, uma limpeza bem democrática (?) de todos os dirigentes de Chávez. Cuba planeia retirar todo o seu pessoal do país, excepto os médicos, por questões humanitárias.

## Exigências... democráticas (?)

Mas a contra-contra-revolução é imparável. Os ministros destituídos voltam a afirmar-se, apoiados pela massa popular. Os militares duvidam dos seus generais-fantoches e regressam ao palácio presidencial Miraflores com o presidente Chávez.

Nos jornais europeus, começa-se já a falar de receio de prisões dos golpistas, há que respeitar os direitos humanos, que o retorno de Chávez não é bom para a democracia (?). Chávez, com o apoio do povo, regressa. Carmona é preso. No jornal *Público* fala-se do homem de duas faces, com base numa entrevista de Garcia Márquez, que tem, pelo menos, um ano. Hoje, no *El País*, leio que a União Europeia pede a Chávez que respeite a democracia. Não se fala muito na Igreja, pois o seu contexto histórico já não é o mesmo. Os magistrados, desta vez, talvez por receio, também não são muito notados. Mas a polícia, essa, traz consigo um saldo final de 10 ou mais mortos, vítimas que as televisões venezuelanas afirmaram primeiramente ser dos apoiantes de Carmona. Aqui, não se trata de imagens mas sim de números, o real. Chávez quer levar os golpistas a tribunal militar, como traidores e conspiradores. Os jornais arrepiam-se. Como pode ser? Mas as novelas, as séries rosa na televisão, enquanto o povo se organizava para lutar contra a tirania, o cancro na consciência.

Ética e moral nos meios de comunicação? Dinheiro e dinheiro em troca destes valores, nestes tempos que correm, anacrónicos. A reacção dos políticos europeus e americanos: mas quem é que estava por trás de Pedro Carmona? Os emissários.

\*\*\*

Por isso, lembrei-me desta peça de Jean Genet. E lembrei-me também que, quando ela acabou e tudo ficou escuro, em todos os planos, com a vitória da rainha do bordel e das suas imagens, ouviu-se de novo o som das metralhadoras.

# Um mundo melhor é possível

**A** Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Monterrey, México, a 21 de Março de 2002, ficou marcada pela intervenção, inusitadamente curta, do presidente cubano Fidel Castro. Ao contrário dos que se desdobraram em discursos vazios de conteúdo, Fidel foi ao cerne da questão. As suas palavras aqui ficam, para reflexão.

«A actual ordem económica mundial é um sistema de pilhagem e exploração como jamais existiu na História. Os povos acreditam cada vez menos em declarações e promessas. O prestígio das instituições financeiras internacionais está abaixo de zero.

«A economia mundial é hoje um casino gigante. Análises recentes indicam que por cada dólar que se emprega no comércio mundial, mais de cem são empregados em operações especulativas que nada têm a ver com a economia real.

«Esta ordem económica levou 75 por

cento da população mundial ao subdesenvolvimento.

«A extrema pobreza no Terceiro Mundo atinge já 1200 milhões de pessoas. O abismo cresce, não se reduz.

«A diferença de receitas entre os países mais ricos e os mais pobres, que era de 37 vezes em 1960, é hoje de 74 vezes. Chegou-se a tais extremos, que as três pessoas mais ricas do mundo possuem activos equivalentes ao PIB combinado dos 48 países mais pobres do mundo. No ano 2001, o número de pessoas a passar fome ascendia a 826 milhões; o de adultos analfabetos, a 854 milhões; o de crianças que não vão à escola, a 325 milhões; o de pessoas que têm falta de medicamentos essenciais de baixo custo, a dois mil milhões; o dos que não dispõem de saneamento básico, a dois mil e quatrocentos milhões.

«Pelo menos 11 milhões de crianças menores de cinco anos morrem anualmente devido a causas evitáveis, e 500 mil ficam definitivamente cegas por falta de vitamina A.

«Os habitantes do mundo desenvolvido

vivem 30 anos mais do que os da África ao Sul do Sara.

«Um verdadeiro genocídio!

«Os países pobres não podem ser culpados desta tragédia. Não foram eles que conquistaram e pilharam durante séculos continentes inteiros, nem estabeleceram o colonialismo, nem reimplantaram a escravidão, nem criaram o imperialismo moderno.

«Foram as suas vítimas. A responsabilidade principal de financiar o seu desenvolvimento corresponde aos estados que hoje, por razões históricas óbvias, desfrutam dos benefícios daquelas atrocidades.

«O mundo rico deve cancelar a dívida externa e conceder novos empréstimos com facilidades de pagamento para financiar o desenvolvimento. As tradicionais ofertas de ajuda, sempre raquíticas e muitas vezes ridículas, são insuficientes ou não são cumpridas.

«O que é necessário para um verdadeiro desenvolvimento económico e social sustentável é muitas vezes mais do que se afirma. Medidas como as sugeridas pelo recentemente falecido James Tobin para

travar a torrente imparável da especulação monetária, embora a sua ideia não fosse ajudar ao desenvolvimento, seriam hoje talvez as únicas capazes de gerarem fundos suficientes que, nas mãos dos organismos das Nações Unidas e não de funestas instituições como o FMI, poderiam fornecer ajuda directa ao desenvolvimento com a participação democrática de todos, sem o sacrifício da independência e da soberania dos povos. O projecto de consenso imposto pelos donos do mundo nesta Conferência pretende que nos resignemos com uma humilhante esmola condicionada e intervencionista.

«É necessário pensar de novo tudo o que foi criado desde Bretton Woods até hoje. Não houve então verdadeira visão do futuro. Prevaleceram os privilégios e os interesses dos mais poderosos. Perante a profunda crise actual, oferecem-nos um futuro ainda pior, no qual jamais se resolveria a tragédia económica, social e ecológica de um mundo que cada vez será mais ingovernável, onde cada dia haverá mais pobres e mais famintos, como se uma grande parte da humanidade estivesse a mais.

«É hora de reflexão serena para os políticos e homens de Estado. A crença de que uma ordem económica e social que demonstrou ser insustentável possa ser imposta pela força é uma ideia louca.

«As armas cada vez mais sofisticadas que se acumulam nos arsenais dos mais poderosos e ricos, como já disse uma vez, poderão matar os analfabetos, os doentes, os pobres e os famintos, mas não poderão matar a ignorância, as doenças, a pobreza e a fome.

«Devia dizer-se de uma vez por todas "Adeus às armas". É preciso fazer alguma coisa para salvar a humanidade. Um mundo melhor é possível.»

● Manoel  
de  
Lencastre

O fim do nazismo e a derrota do imperialismo consumaram-se na capital do Volga, vai para 60 anos...

# Stalinegrado a batalha suprema

**A**inda que em condições de menos poderio, os hitlerianos, após a clamorosa derrota sofrida no teatro de guerra de Moscovo, estavam longe, ainda, de se considerar batidos. Adolf Hitler imaginou, no Verão de 1942, que não haveria um regresso à zona de Moscovo mas que existiam condições para desferir um golpe mortal num alvo talvez menos simbólico mas de enorme valor económico. Assim, na directiva N.º 45 (02.07.1942) dizia: «A tomada de Stalinegrado deverá permitir-nos o corte do território entre o Dão e o Volga e barrar este na zona de Astrakan utilizando unidades móveis.»

O ataque a Stalinegrado levou o nome de código de «Operação Azul». Visava a destruição da infra-estrutura industrial e agrícola do aparelho económico soviético, a apropriação da produção cerealiífera e agropecuária, do carvão e do ferro do Donietz, do petróleo do Cáucaso. Alvos mais longínquos, seriam, entre outros, o Médio Oriente e a Índia.

A principal unidade militar nazi envolvida na campanha de Stalinegrado era o 6.º exército, que já lutara na frente ocidental contra a França e a Bélgica. Era comandado, então, pelo coronel-general, von Reichenau, mas a morte deste abriu caminho ao chefe do Estado-Maior, Friedrich von Paulus. Este, a 19 de Agosto de 1942, delineava, perante os seus altos-comandos, as operações em que todos se aprestavam para tomar parte.

Foi quando uma formação avançada nazi atingiu a grande curvatura do Dão que a batalha, realmente, começou. O comando do Exército Vermelho não perdeu tempo. Enviou para a região os 62.º, 63.º e 64.º exércitos que se integraram na Frente de Stalinegrado. Esta, cobria uma área de 530 quilómetros quadrados. O seu objectivo era defender a referida curva do rio Dão e impedir ao 6.º exército nazi a entrada na zona do Volga, o que não foi conseguido. O 62.º exército (Chuikov) ver-se-ia cortado do resto das forças do Exército Vermelho. Esta situação manter-se-ia até ao fim e daria à sua heróica resistência um relevante lugar na História. Os bombardeamentos aéreos sobre a cidade-mártir nunca cessariam, tanto de dia como de noite.

A zona norte de Stalinegrado foi a mais devastada. Aí, os soviéticos tentavam proteger a célebre fábrica de tractores usando três brigadas de infantaria que chamaram de outras áreas. A navegação fluvial tornara-se impossível. Toda a região se apresentava coberta por uma densa cortina de fumo porque os depósitos de petróleo eram pasto das chamas. A própria superfície do Volga ardia, também, assim como inúmeras barcaças.

Com 400 000 habitantes ainda na cidade, o Comité de Defesa começou a organizar a evacuação da população civil. A 14 de Setembro, já cerca de 300 000 pessoas e todo o equipamento industrial tinham saído de Stalinegrado. Mas os nazis já estavam às portas da fábrica de tractores e, portanto, a três quilómetros, apenas, do centro da cidade. Preparavam o assalto aos distritos centro e norte. Destruiriam o 62.º exército e chegariam ao Volga a partir de outras duas direcções - 4 divisões ocupariam Gumrak, onde existia um aeroporto, e três outras chegariam a Verkna-

ya Yelshanka. O ataque mais intenso dirigir-se-ia contra a estação de caminhos-de-ferro. Esta acabaria por ser ocupada e os nazis surgiram na margem ocidental do Volga, finalmente, em Kuporosnoy. Na fúria da luta, o edifício da estação ferroviária mudara de mão nada menos de 13 vezes.

## Rokossovsky assume o comando da defesa de Stalinegrado

Dada a gravidade da situação, os soviéticos criaram a Frente do Dão para cujo comando foi designado o general Rokossovsky que se distinguira na defesa de Moscovo. Todos os exércitos envolvidos no teatro de guerra de Stalinegrado foram transferidos para a nova Frente, com excepção do 62.º que operava no centro da cidade. Nessa altura, registavam-se terríveis combates pela posse de edifícios e locais estratégicos como as fábricas «Krasny Oktyabr» (Outubro Vermelho) e «Barrikady». A 14 de Outubro, ondas de assaltantes, com apoio aéreo, pareciam ir destruir o que restava da cidade onde o glorioso exército de Chuikov teimava em manter-se. Os nazis conseguiriam, no dia seguinte, a posse da fábrica de tractores onde a luta atingira uma intensidade sem paralelo.

O esquema da vitória foi aprovado por Stalin e pela «Stavka» em 13 de Novembro de 1942. Segundo o mesmo, o 6.º exército de von Paulus seria envolvido por dois férreos mas extensos anéis de tropas. Um desses anéis levaria tropas da

Frente de Stalinegrado, do comando de Andrei Yermenko, a unir o 4.º Corpo de Exércitos de Tanques (Volsky), com outras unidades motorizadas da Frente Sudoeste, deixando von Paulus cercado. Yermenko, tinha sob as suas ordens o 57.º exército (Tolbukin), o 64.º (Chumilov) e o 51.º (Trufanov).

Fechado o primeiro anel com a aparecimento da 45.ª brigada de tanques (Zidkov), a 23 de Novembro, logo outros grupos de tropas do Exército Vermelho realizavam junções que mantinham von Paulus fechado no centro de uma vasta área. O 6.º exército alemão compreendia, ainda, 22 divisões com 330 000 homens. Mas Hitler, confrontado com a mais grave situação desde o início da guerra, ordenou ao marechal de campo, Erich von Manstein, a constituição de forças suficientes para libertar von Paulus. Entretanto, quando Manstein avançou para o seu objectivo, o alto-comando do Exército Vermelho ordenou ao 2.º Exército de Guardas, comandado por Radion Malinovsky, que neutralizasse os movimentos daquele general germânico. Manstein, com efeito, seria derrotado a 29 de Dezembro e muitas das suas unidades puseram-se em fuga para Rostov.

Rokossovsky decidiu que chegara o fim de von Paulus. Enviou-lhe um ultimato oferecendo-lhe condições relativamente generosas. Mas o comandante do 6.º exército que fora o orgulho de toda a «Wehrmacht» recusou, obedecendo a ordens do Fuhrer. Mas, a 10 de Janeiro de 1943, Rokossovsky ordenou o ataque final e o famoso general alemão entregou-se-ia, finalmente, a 31 desse mês. As suas perdas totais entre 19.11.1942 e 02.02.1943, ascenderam a mais de 800 mil homens, quase 2000 tanques, 3000 aviões e 10 000 peças de artilharia.

A vitória de Stalinegrado alterou todo o curso da guerra. A URSS sentiu que a vitória já não poderia fugir-lhe. E o mundo, exausto com os relatos dos acontecimentos, mas certo de que os nazis estavam batidos, respirou mais livremente.



## O ultimato

A 7 de Janeiro de 1943, o Alto Comando do Exército Vermelho informou o 6.º exército nazi de que lhe enviava três delegados com a finalidade de conversarem sobre certas propostas. Friedrich von Paulus, aceitou recebê-los no dia seguinte às dez horas da manhã. Tratava-se do ultimato soviético que aqueles delegados entregariam em nome do comandante-chefe das tropas soviéticas da Frente do Dão, o tenente-general, Konstantin Konstantinovitch Rokossovsky. O texto da mensagem era o seguinte:

«Ao comandante-chefe do 6.º exército alemão, coronel-general von Paulus, ou ao seu representante, e ao conjunto de oficiais e soldados das tropas alemãs cercadas em Stalinegrado:

«O 6.º exército alemão, os destacamentos do 4.º exército blindado e as unidades de reforço estão completamente cercados desde 23 de Novembro de 1942. As tropas do Exército Vermelho envolveram este grupo de exércitos alemães num círculo sólido. Todas as esperanças de libertação destas tropas, por meio de uma ofensiva do exército alemão desencadeada do sul ou do sudoeste, foram dissipadas. As tropas alemãs mandadas em vosso socorro foram batidas pelo Exército Vermelho e os seus restos refluem para Rostov.

«A aviação de transporte alemã, que vos enviava um abastecimento irrisório de víveres, munições e combustível, viu-se forçada pelo avanço vitorioso do Exército Vermelho a mudar, frequentemente, as suas bases de partida e a percorrer longas distâncias antes de alcançar as tropas cercadas. Por outro lado, a acção da aviação russa causou a esta frota de transporte inúmeras perdas de aparelhos e equipagens. Tornou, assim, sem importância, o auxílio que se prestava às tropas sitiadas cuja posição é crítica. Sofreis fome, doenças e frio, mas o terrível Inverno russo ainda agora começou. Esperam-vos fortes geadas, ventos glaciais, tempestades de neve. Mas os vossos soldados não possuem vestuário de Inverno e confrontam-se com deploráveis condições sanitárias.

«Vós, como comandante-chefe, e todos os oficiais das tropas cercadas, compreendeis, perfeitamente, que não possuís a mínima possibilidade de romper o cerco. A vossa situação é desesperada. Vã será toda a resistência. Dada a posição irre-

mediável em que vos encontrais, propomo-vos, para que se evitem inúteis efusões de sangue, as seguintes condições de capitulação:

1. Todas as tropas cercadas, dirigidas por vós e pelo vosso estado-maior, cessarão a resistência;
2. Entregar-nos-eis, sistematicamente, todos os membros da «Wehrmacht», as armas, o material de combate e o equipamento do exército, na totalidade e em bom estado;
3. Pela nossa parte, garantimos, aos oficiais e aos soldados que deixem de resistir, a vida e a segurança das suas pessoas e, no fim das hostilidades, o regresso à Alemanha ou a qualquer outro país da sua escolha;
4. Todos os soldados conservarão os seus uniformes militares, as suas divisas e condecorações, os seus bens pessoais e objectos de valor; os oficiais superiores conservarão, igualmente, as suas espadas e distintivos;
5. Será garantido, imediatamente, o abastecimento normal a todos os oficiais, subalternos e soldados;
6. Todos os feridos e doentes receberão cuidados médicos.

«A vossa resposta, por escrito, deverá ser-nos entregue no dia 9 de Janeiro, às dez horas de Moscovo, por um plenipotenciário por vós designado que, com bandeira branca, seguirá o caminho da estação florestal N.º 564 onde encontrará os plenipotenciários soviéticos no dia 9 de Janeiro de 1943 às dez horas;

«No caso de rejeitardes a oferta de deposição de armas, chamamos a vossa atenção para o facto de que as tropas do Exército Vermelho e os aviões do Exército do Ar serão forçados a entrar em acção a fim de aniquilarem as tropas alemãs sitiadas. Caber-vos-á a inteira responsabilidade desse aniquilamento.

«Os representantes do Quartel-General do Alto-Comando do Exército Vermelho:

Assinado:

1. Voronov, coronel-general de artilharia;
2. Rokossovsky, tenente-general, comandante-chefe do sector do Dão.»

# Recordai o incêndio do Reichstag!

● Miguel Urbano Rodrigues

**O primeiro rei que proibiu a guerra foi um indiano, Achoka, senhor de um império que no século II Antes da Nossa Era ia da cordilheira afegã ao Médio Ganges. Num edicto histórico, banuiu-a por a considerar incompatível com a condição humana.**

Achoka foi a excepção num mundo violento. Pelo tempo adiante os homens continuaram a matar-se uns aos outros numa cadeia ininterrupta de guerras. Mas, porque a componente de irracionalidade de cada uma era indissociável de mortes, miséria e ruínas, raramente se empreendia uma guerra sem consulta aos deuses.

Ficou memória de respostas dos sacerdotes dos oráculos de Delfos, na Grécia, e de Amon, no deserto Líbico. Se os presságios eram desfavoráveis os exércitos não entravam em campanha.

As coisas mudaram muito.

O presidente George W. Bush invoca Deus a cada passo nos seus discursos, diz agir em nome dele, mas não consulta oráculos nem sequer os gurus e pitonisas que pululam no seu país. Faz a guerra a outros povos por decisão pessoal, alegando que os EUA emergem como nação predestinada, a única em condições de assumir a defesa de valores eternos. A guerra é apresentada assim como uma exigência moral. Os mísseis norte-americanos destroem cidades e as bombas lançadas dos B-52 esfacelam corpos humanos em nome de Deus para preservar a cultura, em benefício da civilização e da humanidade.

A repulsa universal e também o sentimento de insegurança desencadeados pelos atentados terroristas de 11 de Setembro pp abriram o caminho ao discurso da retaliação e à apologia da guerra como o instrumento indispensável para a erradicação da violência e a conquista da paz e da concórdia entre os homens.

## Analogias

A retórica messiânica desse discurso belicista cultiva as analogias, respeitando a tradição norte-americana que não dispensa nas arengas presidenciais as citações bíblicas e as referências à Roma dos Césares.

Não surpreendeu assim que os atentados do 11 de Setembro fossem comparados ao ataque japonês a Pearl Harbor, em Dezembro de 1941. O paralelo funcionou como estímulo aos sentimentos patrióticos, neutralizou à partida eventuais dúvidas sobre a justeza da guerra que iria atingir o remoto povo do Afeganistão, totalmente alheio à destruição das Torres de Manhattan e de uma ala do Pentágono, e simultaneamente amorteceu o choque provocado por diplomatas e medidas anticonstitucionais que iriam ferir liberdades e direitos do próprio povo dos EUA.

Todo o alarido patrioteiro levantado em torno do «Pearl Harbor do Terrorismo» não tem o poder de ocultar os factos reais.

Se os acontecimentos do 11 de Setembro trazem à memória algum paralelo seria não à agressão nipónica, mas ao incêndio do Reichstag da Alemanha nazi.

Em ambos os casos o governo do país onde ocorreu o atentado terrorista tirou benefícios do crime. A vaga de indignação provocada permitiu-lhe implantar uma política que noutras circunstâncias esbarraria com enormes dificuldades.

É útil recordar que, na Alemanha, o incêndio do Reichstag em 1933 criou condições para o desencadeamento da feroz campanha anti-semita e para as perseguições que levaram milhares de comunistas aos primeiros campos de concentração. Simultaneamente, a radicalização ideológica do Partido Nacional Socialista foi acompanhada de uma escalada armamentista e de uma agressividade crescente na política externa. Os míticos «perigos judeu e comunista» tornaram-se justificativa para a repressão e

funcionaram como alavanca da política externa que levaria à anexação da Áustria, a Munique e à ocupação da Checoslováquia e, finalmente, à invasão da Polónia e à guerra mundial.

O desenvolvimento da história nos últimos meses ilumina analogias transparentes.

A estratégia do sistema de poder dos EUA que venho definindo como esboço de uma ditadura militar planetária foi muito facilitada pelas consequências políticas, económicas e militares dos atentados do 11 de Setembro.

## Do isolamento à ofensiva

De uma situação difícil, de isolamento relativo, o governo Bush e a extrema-direita norte-americana passaram a uma postura ofensiva, caracterizada por uma agressividade enorme nas frentes interna e externa. O discurso do presidente adquiriu uma agressividade patética. O tom messiânico ganhou a agressividade de um pregador escocês do século XVII. As semanas que precederam o lançamento dos primeiros mísseis contra cidades afegãs funcionaram como tempo de ensaio geral. A caça aos terroristas no próprio território dos EUA desenvolveu-se inicialmente num quadro em que a comunicação social - com poucas excepções - colaborou no esforço para anestesiar as consciências. O racismo foi estimulado a nível local, estadual e federal, enquanto direitos e garantias constitucionais eram espezinhados.

A desinformação sobre os monstruosos crimes e chacinas cometidos no Afeganistão (incluindo o regime tipo Gestapo a que foram submetidos os prisioneiros concentrados em Guantanamo); a domesticação do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e a falta de resposta adequada da opinião pública mundial, confundida por campanhas mediáticas de âmbito planetário - contribuíram para reforçar a arrogância e a ambição da

extrema-direita norte-americana. O sistema de poder que governa os EUA compreendeu que podia ir mais longe. Se era possível, ante a passividade internacional, praticar uma política de genocídio contra um povo inteiro, invocando o fantasma de Ben Laden e o fanatismo islâmico dos Taliban, o projecto de dominação imperial sobre a totalidade do planeta poderia ir por diante.

Bush está a cumprir, com alegria e orgulho, o papel que lhe foi distribuído. No México, vetou a presença simultânea de Fidel na Conferência de Monterrey promovida pelas Nações Unidas. Em Lima, vetou também a presença de Hugo Chavez na reunião com os presidentes dos países Andinos. Incluiu os movimentos de libertação na lista das organizações terroristas e ampliou a intervenção norte-americana na guerra que o governo colombiano trava há quatro décadas, sem êxito, contra as FARC-EP.

## Um luar de esperança

Foi nesse contexto que o aliado israelita, sentindo-se com as mãos livres, concebeu e começou a executar um plano monstruoso cuja meta inconfessada seria o desaparecimento da nação palestiniana, ou pelo menos a expulsão dos seus filhos do território onde se formou há milénios.

A apologia pública do novo holocausto, feita por oficiais e políticos de Israel, coincide com o bombardeamento diário das cidades e aldeias da Cisjordânia e de Gaza e com o cerco ao que resta do quartel-general de Yasser Arafat, em Ramallah.

Bush assiste, impede qualquer iniciativa eficaz de Conselho de Segurança, afirma ter dúvidas sobre a eficácia do método utilizado por Ariel Sharon, mas dá-lhe tempo para ampliar o genocídio.

Surge, entretanto, um luar de esperança. O despertar da consciência dos povos ameaça abrir pequenas fissuras na coligação dos países ricos sem a qual a estratégia de dominação planetária dos EUA

não tem pernas para andar. Aquilo que a tragédia do povo afegão não conseguiu promover - um movimento de protesto e solidariedade de âmbito mundial - está a nascer da tragédia do povo palestiniano.

Lentamente, pela Terra afora, desde as grandes megalópolis da Europa, dos EUA e do Japão, às cidades milenárias da Índia e da China, às capitais da América Latina imperializada e às aldeias das selvas e desertos africanos, os povos principiam a tomar consciência de que a «cruzada antiterrorista» de Bush mais não é do que a fachada de um projecto de militarização do planeta. No ventre desse projecto são já identificáveis as sementes de um fascismo de novo tipo.



● Zillah Branco

**E**ntramos no terceiro milénio em grande velocidade, mas em marcha à ré: o governo de Israel persegue o líder legítimo do povo palestino e ameaça crucificá-lo, como os poderosos de antes fizeram com Cristo, e os donos do poder mundial divulgam de mil maneiras uma filosofia medieval que condena os que se opõem aos abusos de poder, ao inferno das bombas, com o pretexto de que ameaçam a sociedade global. É a moderna escola do terror.

Um pouco por toda a parte mais pobre da humanidade, onde surgem os que lutam contra os opressores, os exércitos dos soberanos dizimam populações. Ao começar o 3.º milénio, fomos transportados para uma situação vivida entre o início da Era moderna, assinalada pelo nascimento de Cristo em Belém, e o período medieval, quando eram levados à fogueira todos os que abriam caminho ao conhecimento da realidade científica. De um passado mais próximo foram adoptadas as experiências fascistas responsáveis pelo holocausto de populações indefesas, de patriotas, comunistas e judeus de vários países – agora pelas mãos do actual governo de Israel e dos Estados Unidos que exibem a desacreditada bandeira da democracia para justificar os genocídios que têm praticado impunemente.

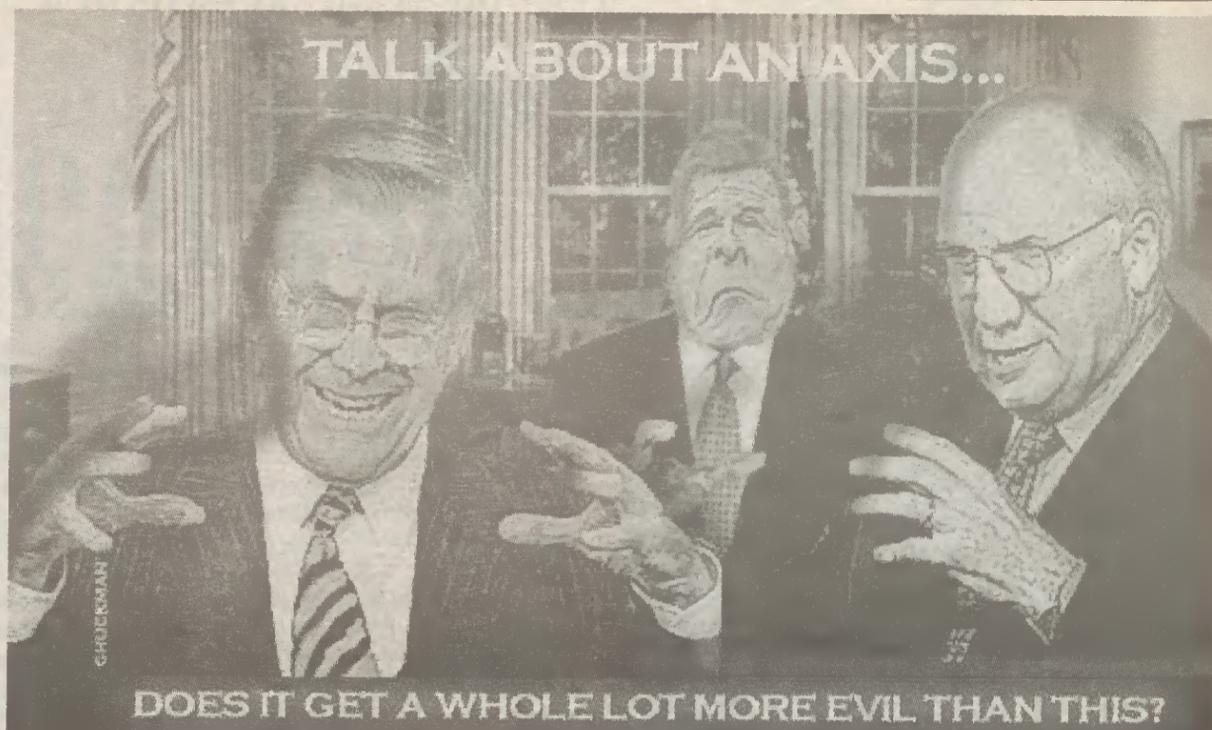
Muito já se escreveu e falou sobre esta espantosa realidade que ameaça engolir a humanidade com todos os seus valores éticos e os conhecimentos científicos acumulados ao longo de milénios. Hoje o que se vê é a anulação da experiência passada, abandonada como lixo desde que se decretou o fim da História, com a implosão do socialismo na Europa.

Para que a humanidade comece do zero só existem dois caminhos: a destruição atómica de tudo (inclusive dos opressores) ou a formação de uma *consciência do caos* que transforma os cidadãos em escravos subordinados às ordens da elite dominante. Assiste-se à meticolosa construção do segundo caminho, com a demonstração de força unilateral e prepotente dos Estados Unidos e de Israel que desprezam a ONU e todos os que se empenham na defesa da humanidade, com a proliferação das redes criminosas que destroem a segurança pública em todos os países e são instrumentalizadas a favor da estratégia de dominação global, com a utilização da moderna tecnologia da comunicação por bandidos de toda espécie (privados ou públicos) e ainda com a avalanche de imbecilidades divulgadas mundialmente através da televisão, da internet, de vídeos e imprensa, que cumprem a função de entorpecer o entendimento das populações afastando-as do conhecimento da realidade aterradora e moldando-as como dóceis *robots* executivos.

O resultado desta escola imperial-fascista, que poderia ter o título de «eixo do mal», é implantar o sentimento de impotência social que conduz à alienação, ao individualismo, à perda de auto-estima e de confiança na luta pela superação do caos. É a destruição da individualidade que leva ao desespero suicida e à violência contra tudo e contra todos. A educação pelo terror quebra a coluna vertebral da cidadania e alimenta a covardia e o egoísmo que anulam as mais valiosas qualidades do ser humano.

### Impotência institucional

O sentimento individual de impotência diante do poder arbitrário que opri-



# Educação pelo terror

Por falar em eixo... Haverá eixo do mal pior do que este?

me o mundo actual tem, como referencial, a visível impotência das instituições criadas para defender os princípios democráticos e os direitos dos homens. Nada mais humilhante que assistir as tímidas «propostas de paz» feitas por organismos internacionais, as quais vão descaradamente para o lixo enquanto as bombas esfaçalham as populações indefesas. Nada mais revoltante que ouvir as críticas *bushistas* à responsabilidade de Arafat (detido no seu QG sem água, energia eléctrica, alimentos e remédios) pelo desespero de jovens palestinos que se imolam como a única forma de protesto contra o continuado massacre imposto pelo governo fascista de Israel.

Somada a falência dos organismos internacionais de defesa da humanidade com o decreto de *fim da História* que enfraqueceu o movimento revolucionário mundial, e ainda a aproximação da social-democracia com a direita quando chegou ao poder (que agora vai perdendo em todos os países do primeiro mundo), o cidadão sente-se órfão, indefeso, descrente, abandonado. Deixa de ser cidadão e passa a ser um mero animal racional com algum instinto de sobrevivência.

Tudo o que se construiu como definição de *ser humano* fica relegado às recordações poéticas, filosóficas ou religiosas, que constituem um peso para os que enfrentam a condição desumana de existência nesta selva em que o sistema capitalista transformou o planeta. Os ingénúos, os solidários, os que têm um ideal revolucionário, os que admiram Jesus Cristo, São Francisco de Assis, Teresa de Calcutá, Ghandi, Lumumba, Amílcar Cabral, Lenine, Fidel e toda a pléiade de seres humanos que sacrificaram a vida pelo bem da humanidade, sabem que serão tratados como inimigos da ordem actual, como subversivos, como inadaptados ao modelo de existência imposto pelos *big brother* da elite poderosa.

Vemos nas manifestações políticas de repúdio à ditadura fascista de Israel e Estados Unidos os partidos de esquerda e as igrejas, todos os que não têm medo de assumir os seus sentimentos e as suas ideias que hoje são condenadas como ultrapassadas e inadequadas à sociedade moderna. Como no passado medieval, desponta o *renascimento* como único caminho para a evolução social, com toda a natural dispersão de ideias filosóficas, artísticas, económicas, políticas.

### As formas de resistência

Em todo o mundo temos exemplos de resistência que permanecem gravados na memória dos povos e no património construído. Por mais que os *coveiros da História* pretendam destruir as marcas das epopeias de cada povo derrubando os seus símbolos, sempre restam aqueles que enlaçaram a cultura local com o movimento histórico. No Brasil temos um belo exemplo na Igreja de São Francisco de Assis em Minas Gerais. Ficou conhecida como a Igreja da Pampulha construída a pedido de Juscelino Kubistchek, quando prefeito de Belo Horizonte, no início de uma brilhante carreira que o levou à Presidência da República, quando construiu a capital em Brasília, e à morte (por acidente...) no período da ditadura.

Na década de 40 despontava uma escola de arquitectos que acompanhavam o já famoso mestre Le Corbusier na França. Os brasileiros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer substituíram os modelos arquitectónicos tradicionais por projectos inovadores de traços curvilíneos que harmonizava a beleza escultural com a paisagem tropical. Juscelino era um grande defensor de manifestações artísticas que revelassem o talento nacional com a sua expressão ideológica. Convidou Niemeyer para projectar uma igreja que serviria de pólo de atracção para o crescimento descentralizado da cidade de Belo Horizonte.

Surgiu uma igreja com aspecto de capela, acolhedora, leve, que suscita a reflexão e o desprendimento. Despida das habituais riquezas das igrejas construídas nos séculos anteriores um pouco por todo o Brasil, a da Pampulha tem um painel ao fundo onde a figura central é a de São Francisco no seu gesto de aproximação com o povo mais humilde e os animais domésticos. O altar é uma simples bancada de madeira polida e nas paredes laterais estão enquadradas as pinturas relativas à Via Sacra que têm a característica de tons mais fortes quando a imagem refere a realidade sofrida por Cristo, e mais leves quando o sentimento espiritual se manifesta. O púlpito, revestido de azulejos azuis e brancos e colocado levemente acima do assoalho onde estão os bancos da igreja, reproduz cenas das acções populares de São Francisco, e a pia baptismal fica protegida por um painel em bronze com a imagem bíblica de Adão e Eva com a maçã e a

serpente, afixado em um muro baixo em forma de ponto de interrogação.

O bispo de Belo Horizonte, ao ser convidado a realizar a sagração da igreja, opôs-se terminantemente alegando várias razões: o desenho arquitectónico do conjunto que engloba as curvas da igreja e a sua torre rectilínea permite visualizar, de determinado ângulo, uma foice e um martelo; a figura de São Francisco com vestes miseráveis que mal lhe cobrem a nudez ocupa o espaço onde seria suposto estar um grande crucifixo com Jesus; as demais figuras que o acompanham são de pessoas comuns do povo e até um cão; a forma de ponto de interrogação para acolher o baptismo pareceu-lhe uma afronta à religião. Todas essas alegações já estavam preparadas para proibir a utilização da igreja para os rituais católicos porque soubera que os autores daquela obra de arte sacra, tanto o arquitecto Niemeyer como o pintor Portinari, eram militantes comunistas.

A Igreja ficou fechada por 15 anos até que, feita uma exposição das pinturas sacras de Portinari em Roma, o Papa João XXIII louvou todas aquelas características antes condenadas pelo bispo de Belo Horizonte, que ressaltavam o papel da Igreja junto aos mais necessitados e à natureza representada pelos animais. Sobre o ponto de interrogação que cerca o baptismo, disse ser adequado já que ali tem início um caminho que não foi escolhido pela criança e que poderá ou não ser seguido por ela quando tiver a liberdade de escolha. Quanto à ideologia dos autores desta nova obra de arte sacra, o Papa manifestou a sua alegria por contar com a cooperação de intelectuais materialistas que respeitam a cultura do seu povo e defendem os princípios da distribuição igualitária dos bens entre as pessoas, como pregava São Francisco de Assis. Foi com a mensagem papal que o bispo consagrou a igreja que hoje atrai não apenas os fiéis como todos os visitantes.

Oscar Niemeyer, hoje com 94 anos, ao ser entrevistado pela televisão sobre as suas ideias acerca da arquitectura, diz ser ela uma expressão artística que retrata o ambiente em que se expressa e a cultura do seu tempo. «Mas», acrescenta, «o mais importante é ser solidário com os outros e manifestar a sua opinião em defesa daqueles que estão a ser oprimidos e humilhados no mundo actual.» É um combatente exemplar.

## Comunicação

• Francisco Silva

Quando chegou a minha vez, e a dos meus colegas de curso, de frequentar a primeira das cadeiras de telecomunicações, no Instituto Superior Técnico, chegou-me também a grande surpresa e, por isso, a novidade, bem como a certeza que não tinha errado na escolha feita em termos de estudos.

Eu que tinha ido para engenharia electrotécnica, sem me ter colocado alguma outra alternativa. A electricidade, mais os seus circuitos montados no laboratório, já me tinha interessado na escola. E, sobretudo, a electrónica e as suas aplicações na rádio e na televisão – surgida em 1957, apenas cinco anos antes de completar o liceu –, portanto nalguma moda, constituía um aliciante como tema de estudo para um jovem.

Aliás, nesse tempo, éramos muitos menos estudantes do que os hoje existentes e entre os licenciados, em particular entre os engenheiros, não havia grandes receios de desemprego. Por isso, para além do prestígio conferido pelo «canudo», mais do que a garantia do emprego, que já parecia garantido, ao jovem, era muito a possibili-



## À cata dos «bits»

dade de fazer/participar num curso com suficientes atractivos no seu currículo, a partir do terceiro/quarto e até ao sexto ano, para interessar à maior parte dos estudantes que o escolhiam – nesses tempos do chumbo na atmosfera reinante, era essa uma luzinha que, mesmo assim, o seu vislumbre, nos aliviava os espíritos.

Mas adiante. O certo, neste caso, como se disse, foi a electrónica, enquanto tecnologia de base da rádio e da televisão, me ter interessado, e aos outros, o suficiente para ali estarmos. Mas o certo foi também a menos visível área das telecomunicações ter-nos conquistado, se possível, mais ainda ao levar-nos para um mundo que nos era até então, regra geral, quase completamente estranho. E tal logo desde os primeiros contactos com a disciplina. Com efeito, a abertura para um novo campo científico, o da teoria da informação, incluindo a unidade em que as quantidades de informação eram medidas, constituiu um verdadeiro choque. Ainda para mais, bem recentes estes avanços, datando a obra de síntese mais relevante desta nova área, a «Teoria Matemática da Comunicação», de Claude Shannon, de 1948<sup>(1)</sup>, isto é, de cerca de vinte anos antes. Nesse tempo, ali, até parecia ter sido no dia anterior. Mas já era um daqueles sinais da tal tão falada aceleração dos tempos!

Os conceitos da teoria da informação a aparecerem como uma coerentíssima abstracção dos concretos meios de comunicação, logo a servirem tanto para aplicações como a rádio ou como a televisão – meios de comunicação social – como ainda para o telefone e para a telegrafia – estes sendo meios de comunicação interpessoais. E claro, a teoria da informação, no seu estatuto de ciência logo amadurecida, a aplicar-se não apenas aos meios de comunicação eléctrico-electrónicos, mas também a todos os outros, desde a comunicação directa da fala até aos

meios escritos como a imprensa. A teoria da informação, uma ciência dura, da natureza, exacta, mas visivelmente mais ligada ao mundo das ciências humanas e sociais que qualquer das outras da sua categoria. Daqui o acontecer de um certo atordoamento provocado pelo contacto com a teoria da informação.

Contudo, de entre os diversos meios de comunicação, a teoria da informação, numa primeira aproximação, ao ser confrontada com a concretude da telegrafia, pareceu logo mais talhada para modelo deste meio de comunicação do que para qualquer outro.

Com efeito, a teoria da informação e o seu esquema genérico tripartido de uma comunicação, isto é, emissor de sinais, canal de transmissão e receptor de sinais, mais o ruído que se envolve no sinal emitido ao longo do canal de transmissão, mascarando-o, distorcendo-o, envolve um conjunto de conceitos cuja adaptação aos meios de comunicação concretos é facilmente perceptível.

Já quando se entra no domínio da quantificação da informação, da definição da respectiva unidade – o «bit» (contração de *binary digit*) –, da relação entre os níveis de sinal e de ruído, largura de banda e duração da mensagem e as respectivas quantidades de informação, aí é a telegrafia, o único meio de comunicação digital da altura, que é facilmente identificada com os conceitos da teoria da informação. Possivelmente até serviu de metáfora inspiradora de Claude Shannon.

Talvez por isso, ainda hoje, mesmo gurus dos mais importantes do mundo do multimédia confundem a unidade de quantidade de informação que é o «bit» com a unidade de rapidez de transmissão telegráfica, o «baud»!

<sup>(1)</sup> Esta teoria resultou do trabalho de Claude Shannon, empregado dos Bell Laboratories, o departamento de I&D, da AT&T, então a empresa monopolista da área das telecomunicações dos EUA.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### De amor

I  
O amor  
é a ratoeira  
de Deus.

Sonham com ela as aves.

II  
O poema de amor conhece  
as palavras exactas.  
Pelo menos  
é o que ele pensa.

O poema de amor jamais  
conhece as palavras exactas.  
É o que ele pensa  
pelo menos.

De qualquer modo  
o amor há-de continuar  
a escrever seus tratados  
como os pastores da serra  
inventando cada sol  
para as suas manhãs.

III  
Podia esperar por ti  
e tu  
não apareceres nunca.

Sentado  
à mesa da Orion  
sem tirar os olhos  
da rua.

– Dois cafés  
(digo enfim  
ao empregado).

– Que tens tu?  
perguntaste.

IV  
Sentada  
diante do televisor  
fazes serão:  
vestidos para  
as bonecas  
da neta.

A felicidade faz horas  
extraordinárias.

(Falo de mim  
olhando-te)

Continua. Não temas  
a inspecção do trabalho.

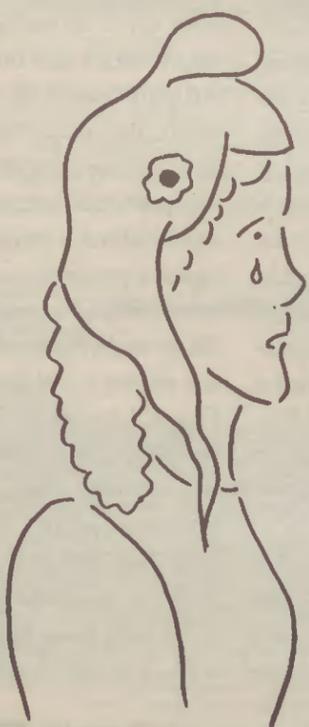
V  
As operárias da Têxtil  
protestam na rua  
e gritam:  
Vamos à luta.

Sigo com elas.  
Sigamos com elas.

Lutar  
é estar com os deuses

## Cartoon

• Monginho



ALLOUS ENFANTS DE LA PATRIE  
CE JOUR DE GLOIRE EST ARRIVE!  
CONTRE NOUS LA TYRANNIE  
L'ÉTANDART SANGLANANT EST LEVE!  
L'ÉTANDART SANGLANANT EST LEVE'...

Mi -

## Religiões

• Jorge Messias

### Uma só identidade

Ainda que o recuo no tempo não seja suficiente para se avaliar com rigor as consequências que os resultados das eleições legislativas de 2002 irão ter para o povo e para o percurso da democracia portuguesa, torna-se desde já evidente que a Igreja Católica institucional votou ao lado do grande capital e dos lobbies políticos que o representam. É um dado incontrovertido. As questões que a hierarquia simulou colocar ao sistema continham já respostas doutrinais ocultas, orientadas no sentido dos interesses e das políticas do capital. Numa perspectiva crítica e religiosa fácil será verificar-se que, ao contrário das afirmações dos bispos, o

perante as centrais empresariais e os lobbies dominantes. O facto nem precisa de ter qualquer outra confirmação. Basta lerem-se os documentos já referidos - a nota da Conferência Episcopal Portuguesa e as intervenções da Cáritas, da Comissão Justiça e Paz e da ACEGE. Todos eles apoiam implicitamente o regresso a uma ordem social autoritária que instale definitivamente a *tranquilidade pública e os valores tradicionais*, avançando com as necessárias medidas *drásticas e corajosas*. Bom de dizer mas difícil de fazer. Como mobilizar forças, quando chegarem esses próximos dias da congelação dos salários, da liberalização dos despedimentos, de extinção do rendimento mínimo garantido ou de privatização da saúde, do ensino e da segurança social? Assim, é à Igreja Católica que cabe apaziguar a oposição popular e atenuar os inevitáveis choques internos entre as forças de direita que agora ocupam o poder, de forma a conduzi-las nesses dias difíceis que se avizinham. As dificuldades são muitas e a vitória alcançada ainda não serve. Foi curta. Veja-se Berlusconi! Um ano de governação «suave». Mas quando tenta avançar, abertamente, contra os trabalhadores italianos, há

## Negócios políticos e negócios «cristãos» (5)



eixo de referência das apreciações políticas da hierarquia da Igreja foi sempre a empresa, o lucro, o Estado, o reforço da autoridade central, o desbravar dos caminhos da globalização - e não a violentada pessoa humana. Os bispos portugueses *votaram*, como sempre lhes tem acontecido, contra a ética e a moral da sua própria Igreja, por disciplina cega e surda à cadeia hierárquica e contra as aspirações da esmagadora maioria do rebanho que dizem pastorear. Bom é que reflectam no que fizeram. Se tal ainda estiver ao seu alcance...

Contados os votos, viu-se que o episcopado não podia ter ficado satisfeito com a maioria relativa obtida pela direita política e económica. E com razão. É que se aproximam vertiginosamente os dias em que um governo assim formado terá de tomar, *com coragem*, medidas *impopulares*. E nesse quadro político, a Igreja aceitou assumir graves responsabilidades

dois milhões que, numa primeira resposta, invadem as ruas e preparam uma greve geral. Afinal, é frágil a base do poder de Berlusconi... Cá, como lá, a maioria parlamentar depende da unidade de uma direita em perpétua ruptura iminente, trocando os passos à beira do abismo. Por isso, o capitalismo *pós-moderno* continua em tudo igual ao capitalismo *clássico*, nas sendas da conquista do poder absoluto. Sabe da existência de obstáculos difíceis a contornar. Não ignora que para se instalar no governo de um país precisa de um período de tréguas marcado por aparente *paz social*. Porque a verdadeira vitória - sabe-o bem - não é a das urnas e só se alcança com o total domínio do Estado. Portanto, a via única que importa percorrer exige executivos *fortes* e parlamentos *dóceis, construtivos, responsáveis e compreensivos*, ingénuos ao ponto de *cederem provisoriamente* direitos básicos que mais tarde - promete a direita vitoriosa -, logo que se regressar à normalidade, lhes serão devolvidos. Em nome da Pátria e de uma pacificação utópica e nem sequer claramente definida propõe-se que, *por algum tempo*, as forças políticas contrárias desmobilizem, renunciem à luta de classes, pacifiquem o diálogo, numa palavra, se *reconciem* com o poder.

Neste sentido trabalham a todo o gás os melhores especialistas da Igreja. Na Itália de Berlusconi tal como no Portugal da parelha Portas e Durão.

## Pontos Cardeais

### Tragédias

O subsecretário de Estado norte-americano para o Médio Oriente, William Burns, qualificou de «tragédia humana» a devastação que testemunhou no campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia, acrescentando que a ofensiva do exército israelita «causou enorme sofrimento a milhares de civis».

Entretanto, com todo o deslante e cinismo, o governo israelita chefiado por Ariel Sharon garantiu na mesma altura que «tem as mãos limpas», oferecendo-se, mesmo, para «cooperar» com uma missão de observadores proposta pela ONU para visitar o território.

Sabendo, como se sabe, da imensa indignidade que constitui toda esta ofensiva israelita contra o povo palestino a pretexto da luta contra o terrorismo, e mesmo estando ainda por se saber o número das vítimas inocentes massacradas (o que, mais tarde ou mais cedo, se saberá), não deixa de ser também uma tragédia esta política chocantemente cúmplice dos EUA com estas atrocidades israelitas.

Uma tragédia tanto maior quanto se sabe que, para que os israelitas parassem de imediato com os desmandos e atrocidades, bastava os EUA dizerem-lho...

### Terramotos

A França ficou em estado de choque quando, na primeira volta das eleições presidenciais do passado domingo, o líder da extrema-direita francesa, Jean-Marie Le Pen, passou à segunda volta, derrotando o candidato do Partido Socialista e indo disputar o cargo com o actual Presidente da República, Jacques Chirac, candidato da direita.

Ou seja: em França chegou-se ao absurdo de a disputa da eleição presidencial se travar entre um candidato assumida-

mente de direita e outro, não menos assumidamente de... extrema-direita!

De imediato, ergueram-se manifestações em Paris e noutras cidades francesas protestando contra Le Pen, mas já era um pouco tarde: o aumento substantivo da abstenção, articulado com o enorme desencanto que a governação de direita do PS, liderada por Lionel Jospin, já haviam provocado o tal terramoto.

É o que dá governar permanente e concretamente à direita... mas em nome da esquerda, como sempre o fez o PS francês, que presentemente até governa coligado como o que resta do Partido Comunista francês...

### Desistências

Ainda a França. Curiosamente, a reacção do grande derrotado, o candidato do Partido Socialista, Leonel Jospin, não encontrou melhor reacção que... desistir de tudo: do cargo de primeiro-ministro e de uma vida política activa.

Já é uma mania. Ou uma fatalidade, esta de as lideranças dos partidos socialistas desistirem quando a horrasca chega...

### Ventos

O que é certo é que os ventos de direita parecem varrer a Europa, sobretudo após anos consecutivos de consulados social-democratas que mais não têm feito que governar à direita (no que isso tem de concreto e significativo politicamente, ou seja satisfazer o grande capital e patronato contra os interesses da maioria dos trabalhadores e dos povos): agora foi a França, há semanas foi em Portugal, na Alemanha para lá se caminha e, é claro, a «3.ª via» de Tony Blair, na Grã-Bretanha, já mostra sinais de ter dado o que tinha a dar... à direita e ao país.

## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Cesto baixo, redondo ou oval, sem tampa e sem asas, feito em verga fina; móvel, geralmente rectangular, cuja face superior forma mesa, provido de alto a baixo de gavetões. 2 - Pedra dura que riscava o vidro e o quartzo, utilizada para fazer objectos de arte; antigo navio comprido, de baixo bordo, a remos ou à vela, com dois ou três mastros. 3 - Divindade que se supunha ser inspiradora da poesia; espécie de assento acolchoado que se coloca no dorso da cavalcadura, para comodidade do cavaleiro; a mim. 4 - Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; designação genérica das rochas de textura foliada ou laminar, como a ardósia; ligar. 5 - Cólera; reduza a pó; sorrir. 6 - Abri-lhantar; camareira; sétima nota da escala musical. 7 - Qualidade de ambidextro. 8 - Interj. que designa dor; discurso; fruto da amoreira. 9 - Matiz; nome vulgar do óxido de cálcio; mesquinho. 10 - Matilha de cães a correr; semblante; parte inferior ou terminal dos membros inferiores. 11 - Contr. da prep. em com o art. def. o; que é da raça dos mus (mulas); massa informe. 12 - Esposo; carne de porco ensacada em tripa de intestino grosso. 13 - Garboso; qualquer pequena ave.

**VERTICAIS:** 1 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; bismuto (s.g.); medula dos ossos. 2 - Graceja; elemento químico metalóide, sólido, com o símbolo I. 3 - Auxiliária; filho de burro e égua ou de cavalo e burra; terceira nota da escala musical. 4 - Período; íntimo; desejar. 5 - Suf. nom. de origem grega, que exprime a ideia de filiação, descendência; artifice; espécie de boi selvagem. 6 - A ti; curso de água natural; lugar que, à beira de um rio ou porto, serve para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias. 7 - Aguardente de cereais; planta espinhosa. 8 - Sobrar. 9 - Raça; o m. q. lírio. 10 - Substância gordurosa e inflamável, líquida à temperatura normal; género de formigas a que pertence a saúva; a parte mais larga da enxada. 11 - Doçura (fig.); seguro; certamente. 12 - Verbal; escudeiro; portanto. 13 - Contr. da prep. de com o art. def. a; dirigir-se; o m. q. alvéolo. 14 - Nome do sinal de adição; grito alfaiate. 15 - Serradela (planta); medida itinerária chinesa; mobilidade (s.g.).

**SOLUÇÃO:** HORIZONTAIS: 1 - Cesto; 2 - Pedra; 3 - Divindade; 4 - Prep.; 5 - Cólera; 6 - Abri-lhantar; 7 - Qualidade; 8 - Interj.; 9 - Matiz; 10 - Matilha; 11 - Contr.; 12 - Esposo; 13 - Garboso. VERTICAIS: 1 - Interj.; 2 - I; 3 - Auxiliária; 4 - Período; 5 - Suf.; 6 - A ti; 7 - Raça; 8 - Sobrar; 9 - Raça; 10 - Substância; 11 - Doçura; 12 - Verbal; 13 - Contr.

## Plenários de células e organizações do PCP

### Sexta-feira, 26

**Ponte de Sor** - Plenário de militantes da freguesia de **Longomel**, às 19h00, no Salão do Grupo Desportivo.

### Sábado, 27

**Salvaterra de Magos** - Plenário de activistas, para apreciação do momento político nacional e local e dinamização da actividade da CDU, com a participação de **José Casanova**: no Centro de Trabalho do PCP, às 16h.

**Sines** - Plenário, às 15h00, em Fonte Moura, Pouca Farinha e Colmeia.

### Segunda-feira, 29

**Montemor-o-Novo** - Plenário em **Silveiras**, no Centro Cultural, às 21h, com a participação de Vitalina Roque.

**Sines** - Plenário da célula dos **Trabalhadores da Autarquia**, às 17h.

- Plenários em **Casoto**, em **Casinha** e em **Cerca Velha**, todos às 20h.

**Porto** - Sector Intelectual do Porto - Plenário de preparação da Conferência Nacional do PCP, às 21.30, no CT Boavista.

### Sexta-feira, 3

**Vila Franca de Xira** - Debate sobre a **América Latina**, com a participação de **Manuela Bernardino**, do CC e da Secção Internacional do PCP, às 21h.

**Almada** - Plenários de militantes em **Cacilhas** (Auditório da Junta de Freguesia, 21h) e no **Laranjeiro** (Centro de Trabalho do Laranjeiro, 21h).

### Sábado, 4

**Porto** - Plenário da célula do PCP da Portcast, às 15.30 h, no CT Boavista.



## Carlos Carvalhas

Na próxima terça-feira, dia 30, o Secretário-geral do PCP estará presente na cerimónia de entrega de uma biblioteca oferecida pelo PCP ao Instituto Politécnico de Castelo Branco. A cerimónia decorre na Escola Superior de Educação, em Castelo Branco, às 16 e 30.

No mesmo dia, às 21 horas, Carlos Carvalhas participa na Covilhã na sessão de inauguração do restauro das pinturas seiscentistas da «Casa das Morgadas» (Centro de Trabalho do PCP na cidade da Covilhã)



### Coimbra

#### IV Assembleia da Organização Regional

#### do Ensino Secundário

Dia 27, a partir das 15h30, CT do PCP

#### «DE em BATE EM DEBATE»

- ciclo de debates contra a globalização capitalista - Dia 30, 21h30, Casa Municipal da Cultura de Coimbra;

«O valor do trabalho - Luta de classes no Séc. XXI»

\*

### Covilhã

«A Cantiga é uma arma»:

debate com **Ruben de Carvalho** sobre o papel que a música tem tido ao longo dos tempos nas lutas dos povos  
Sexta-feira, 26, no Teatro das Beiras

\*

### Marco de Canavezes

#### II Torneio de Futebol

26 e 27 de Abril e 4 e 5 de Maio  
Centro Cultural de Santo Isidoro

\*

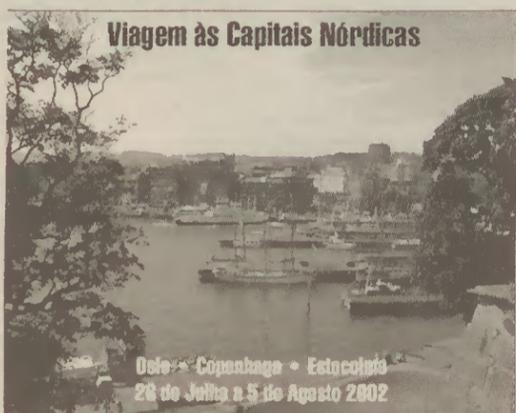
### Santarém

Iniciativa, no âmbito dos 28 anos do 25 de Abril, hoje, 24, às 21h00, na Sala de Leitura Bernardo Santareno, em Santarém, com a participação de **Aurélio Santos**, do Comissão Central de Controlo.

## Homenagem a Catarina Eufémia

### Excursão a Baleizão

promovida pela Comissão de Freguesia da Amora, a 19 de Maio  
Partida, às 07h00, do CT da Amora, Évora (pequeno-almoço)  
Alqueva (barragem); Serpa (almoço); Baleizão  
Regresso: Baleizão; Beja; Grândola (lanche); Amora  
Inscrição nos CTs de Amora (21 221 2222) e Seixal (21 221 6952)



### Viagem às Capitais Nórdicas

Olo - Copenhaga - Estocolmo  
28 de Julho a 5 de Agosto 2002

Viagem organizada pela DORS do PCP  
Informações: cam. Adelaide. Tel 265 521180 - Fax 265 521189

## Comemorações do 28.º aniversário do 25 de Abril

### Abrantes

- Almoço promovido pela Comissão Coordenadora de Abrantes da CDU no **Tramagal**: no restaurante «Tic-Tac» dia 25 a partir das 13h, com a participação de **Francisco Lopes**. (Inscrições: junto de Joaq. Ervideira ou Carmina Riachos na freguesia de Tramagal ou pelos tels. 241362170 e 919856221).

### Águeda

- Plenário concelhio, seguido de convívio, hoje, 24, às 21h00, no CT de Águeda, com **Armindo Miranda**.

### Alcochete

- Almoço-convívio no restaurante «A Taverna»: dia 25 às 13h.

### Amadora

- Jantar, promovido pela Comissão de Freguesia da **Damaia**, hoje, 24, às 20h00, no Casal Popular da Damaia, com a presença de Dinis de Almeida, capitão de Abril, e música de Zeca Afonso por Hélder, Hugo e Luís. Inscrições até 22 de Abril, pelos telef. 214941162 e 214742747 ou telem. 914784811 e 916735365.

### Aveiro

- Convívio, hoje, 24, às 20h00, no Pátio do CT de Águeda.

### Avintes

- Sessão pública comemorativa do 28.º aniversário do 25 de Abril promovida pela CDU, com a presença do **General Vasco Gonçalves**: sábado, 27, às 16h, na Junta de Freguesia de Avintes.

### Caldas da Rainha

Almoço, promovido pela Coordenadora da CDU de Caldas da Rainha, quinta-feira, 25, às 13h00, no Restaurante «O Cortiço», em Tornada, com a participação de uma figura ligada ao dia da Liberdade.

### Cartaxo

Jantar, promovido pela Comissão Concelhia da CDU, hoje, 24, às 20h00, no Restaurante «Casa da Caldeira», **Vila Chã de Ourique**, com a participação de **Aurélio Santos**.

### Cascais

- Jantar, promovido pela organização de **Tires**, hoje, 24, às 20h00, no CT de Tires, com a participação de **José Casanova**, da

Comissão Política. Inscrições até dia 22, no CT de Tires, telef: 214442253.

### Espinho

- Comemorações da CDU/Espinho, sexta-feira, 25: concentração, às 12h30, junto ao Monumento ao 25 de Abril (Rotunda das ruas 33-32), para evocar a Revolução de Abril e, às 13h00, almoço no Restaurante do Centro de Ténis (junto à Nave Desportiva).

### Lisboa

- Convívio no Centro de Trabalho **Vitória**, na noite de 24 para 25 de Abril a partir das 22h. Com animação musical, poesia, teatro.

- Almoço promovido pela organização das freguesias de **Alvalade, Campo Grande, Fátima, S. João de Brito, S. João de Deus e S. Sebastião**: domingo, dia 28 às 12h30, no «Imperador dos Frangos», Feira Popular de Lisboa.

- Almoço promovido pelo Sector da Saúde da ORL: hoje, dia 24, no restaurante «Os Ferreiras» - Rua de S. Lázaro, n.º 150 -, com a participação de **Bernardino Soares**.

### Moita

- Comemorações no CT de Sarilhos Pequenos, hoje, 24, às 22h30, com animação musical.

### Oeiras

- Jantar comemorativo no restaurante da Liga dos Melhoramentos de Algés, Rua Ernesto da Silva em **Algés**, com a presença de **Domingos Abrantes**: hoje, dia 24, a partir das 20h30.

### Oliveira de Azeméis

- Jantar, hoje, 24, às 19h30, no Restaurante «Milita», Macieira de Sarnes, com **Paulo Raimundo**.

### Ourique

- Almoço promovido no Centro de Trabalho de **Panóias**, promovido pela Comissão de Freguesia do PCP, com a participação de **Manuel Camacho**: quinta-feira, 25, às 13h. (Inscrições: tel. 286563149).

### Peniche

- Jantar, promovido pela CDU, sexta-feira, 25, às 20h30, no Restaurante «A Sardinha», com a participação de **Odete Santos**.

### Ponte de Sor

- Jantar unitário de confraternização, hoje, 24, às 20h00, no Restaurante do Mestre Jaime, em Ponte de Sor.

### Portimão

- Jantar do 25 de Abril: hoje, dia 24, a partir das 20h, no restaurante «Eventos».

### São João da Madeira

- Almoço promovido pela Organização Concelhia do PCP: quinta-feira, 25, no Centro de Trabalho.

### Setúbal

- Encontro de Democratas com jantar-convívio, hoje, 24, às 20h00, no Restaurante «Solar do Lago», Setúbal.

### Sintra

- Em **Rio de Mouro**, festa comemorativa promovida pela JCP, hoje, dia 24, a partir das 21h, e debate-convívio no dia 27, a partir das 21h30, sob o tema «25 de Abril - Luta e conquista», também promovido pela JCP.

- Almoço comemorativo em **Belas**: no «Restaurante do Mirante», dia 27 às 13h.

### Torres Vedras

- Jantar, promovido pela Comissão Concelhia de Torres Vedras, hoje, 24, às 20h00, no Hotel Império, Torres Vedras, com a intervenção política de **Manuel Pedro**. Animação musical com José Neto.

### Viana do Castelo

- Comemorações promovidas pela JCP - Núcleo Regional de Viana do Castelo: «Pedi-paper da Liberdade» no dia 25; Noite de Intervenção, com música alusiva à Revolução de Abril na Pç. da República, na noite de sexta-feira, 26

### Vila Nova de Gaia

- Almoço comemorativo em **Valadares**, no Seminário da Boa Nova, com **Jorge Sarabando**: dia 25 às 12h45.

- Almoço comemorativo em **Avintes**, no «Café Veneza», dia 27 às 13h, com a presença de **Ilda Figueiredo** e do **General Vasco Gonçalves**. Às 16h, no Salão da Junta de Freguesia de Avintes, o General Vasco Gonçalves participa na sessão comemorativa que aí terá lugar.

- Almoço comemorativo em **Canidelo**, no restaurante «Retiro do Paniceiro», dia 27 às 13h, com a participação do **Almirante Rosa Coutinho**, que estará também presente, assim como **Ilda Figueiredo**, na sessão comemorativa que às 15h terá início na Junta de Freguesia de Canidelo

## Desenvolvimento sustentável

Ciclo de debates - Em Lisboa, no CT Vitória promovido pela célula da Ciência, Tecnologia e Ambiente do SI da ORL  
Sexta-feira, 3 de Maio, às 21h.  
«Alterações climáticas»  
(1.ª sessão)

## Convívios no 1.º de Maio

Para numerosas organizações do PCP é já tradição reunirem-se em convívios com amigos e companheiros de trabalho, antecedendo o desfile do 1.º de Maio  
Assim é, de novo, no caso do Sector Intelectual da ORL, que volta ao restaurante «Os Ferreiras» (na Rua de S. Lázaro, n.º 150, com o tel. 218850851, sendo possível fazer inscrições até 29 de Abril no CT Vitória, tel. 213307000), para um almoço com início às 13h, e também no do Sector das Comunicações, Água e Energia de Lisboa, que vai reunir-se à mesma hora num almoço que terá lugar no Centro de Trabalho Vitória.

## Viagem ao Brasil

- Rio de Janeiro
- Angra dos Reis e Cabo Frio
- Búzios

Data prevista

5 a 13 de Outubro de 2002

(Organiza

a Comissão Concelhia de Almada)

Inscrições e pedido de programa:

Camarada Artur Cabrita

Telefs: 21 275 2777 e 21 275 3939

# ATVer

**Capitães de Abril,** uma das mais impressionantes produções do cinema português, recria a insurreição militar do 25 de Abril através da trajectória do capitão Salgueiro Maia até à tomada de Lisboa



## Amigas e Rivais

(Quinta-feira, 25.04.02, RTP-1)

**Amigas e Rivais** é uma hábil realização de **Jocelyn Moorhouse** adaptando com subtilidade o romance de Jane Smiley, que conquistou um prémio Pulitzer e é uma variação americana, contemporânea e rural sobre o *Rei Lear*, de Shakespeare. Destaque para a excelência do elenco, com as três filhas a cargo de **Michelle Pfeiffer**, **Jessica Lange** e **Jennifer Jason Leigh** e o pai interpretado por **Jason Robards**.

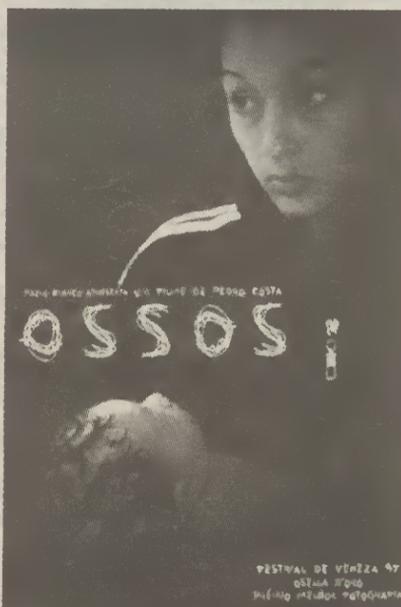


**A Companhia dos Lobos** reinventa os velhos contos infantis de terror a partir de um ponto de vista adulto. **Amigas e Rivais** é uma variação americana, contemporânea e rural, sobre o *Rei Lear*, de Shakespeare. **Ossos** capta, com crueza, a violência e a apatia em que vivem os marginalizados da sociedade portuguesa.

## Assaltantes de Primeira

(Sábado, 27.04.02, RTP-1)

**Assaltantes de Primeira** é uma tresloucada comédia em tom de farsa sobre as atribuições de dois rapazes com sonhos de dinheiro fácil e hábeis planos de assaltos que, afinal, não terminam de forma muito satisfatória. O realizador **Yves Simoneau** constrói um filme divertido e demencial, recheado de situações insólitas e cujo destaque mais evidente vai para o invulgar elenco aqui reu-



nido, onde pontificam nomes como os de **Marlon Brando** (caricaturando, nomeadamente, o seu desempenho nos *Padrinhos* de Francis Ford Coppola!!!), **Donald Sutherland**, **Martin** e **Charlie Sheen** (pai e filho, portanto) e **Mira Sorvino**.

## A Companhia dos Lobos

(Domingo, 28.04.02, RTP-1)

**A Companhia dos Lobos** é uma realização do talentoso britânico **Neil Jordan**, que reinventa os velhos contos infantis de terror a partir de um ponto de vista adulto, onde a Capuchinho Vermelho se sente irresistivelmente atraída pelo Lobo Mau, num misto de horror e sensualidade e fazendo lembrar as atmosferas de Jean Cocteau e John Carpenter...

## O Bando de Jesse James

(Terça-feira, 30.04.02, RTP-1)

A história da celeberrima quadrilha de Jesse James tem sido alvo de inúmeras abordagens cinematográficas, mas esta versão do norte-americano **Walter Hill**, que passou pelo Festival de Cannes, é uma notável reconstrução dos factos em tom de séria abordagem dramática. Hill traça com precisão os retratos psicológicos de um punhado de homens do Oeste que tomaram o destino nas suas mãos e impuseram a tiro a sua lei e a sua vontade, contando no elenco com três grupos de irmãos (tal como aconteceu nas personagens reais): os três **Carradine** (que desempenham os papéis dos irmãos James), os dois **Keach** e os dois **Quaid**.

## Quinta, 25

### VRTP 1

07.00 Circo  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Grande Gala RTP 45 Anos  
17.30 «Academia de Polícia» (Filme)  
19.15 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Fábrica das Anedotas



«A Balada de Nova Iorque» regressa à TV – na SIC, quase todos os dias ao fim da noite

21.30 Gregos e Troianos  
00.00 Conversas de Mário Soares  
01.00 Operação Triunfo  
01.30 24 Horas  
02.00 «Amigas e Rivais» (Filme de Jocelyn Moorhouse,



«Madame Butterfly», de Puccini: sábado depois da meia-noite na RTP2

EUA/1997, com Michelle Pfeiffer, Jessica Lange, Jennifer Jason Leigh, Jason Roberts. Ver Destaque)

### VRTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.30 25 de Abril – Sessão Comemorativa  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 «25 de Abril» 25 anos depois  
14.30 Via Aberta  
16.00 Voleibol – Taça de Portugal (Final)  
18.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
20.15 Casei com uma Feiteiceira  
20.45 Sabrina  
21.15 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Salgueiro Maia  
00.00 «Capitães de Abril» (Filme de Maria de Medeiros, Fr-Port/1999, com Stefano Accorsi, Maria de Medeiros, Joaquim de Almeida. Ver Destaque)  
02.00 O Triunfo dos Porcos

### SIC

08.00 Buêrére  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.30 O Clone  
22.45 O Grande Mestre  
00.30 Sexo e a Cidade  
01.15 Balada de N. York

### TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos  
15.45 Filme  
17.45 Tudo por Amor  
18.45 Academia das Estrelas  
19.15 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Bora Lá Marina  
21.45 Anjo Selvagem  
22.30 Sonhos Traídos  
23.15 Academia de Estrelas  
23.45 Nunca Digas Adens  
00.45 «Noite dos Reis» (Filme)  
02.45 Ally McBeal

## Sexta, 26

### VRTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.20 Um Estranho em Casa  
15.30 Pícaro Sonhadora  
16.50 Diário de Maria  
17.00 A Senhora das Águas  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.15 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Fábrica das Anedotas  
21.30 O Jogo da Espera  
22.15 «Carris» (Filme)  
24.00 «10 Para a Meia-Noite» (Filme)  
01.45 24 Horas  
02.00 «Mesmer» (Filme)

### VRTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
12.30 O Homem e a Cidade  
13.30 Retratos - «Marcelo Alvarez»  
14.00 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.10 2010  
20.20 Casei com uma Feiteiceira  
20.40 Sabrina  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Assassinatos Políticos  
00.40 «Ossos» (Filme de Pedro Costa, Fr-Port/1997, com Vanda Duarte, Nuno Vaz, Maria Lipkina, Isabel Ruth. Ver Destaque)  
01.40 O Triunfo dos Porcos

### SIC

08.00 Buêrére  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três

## Sábado, 27

### VRTP 1

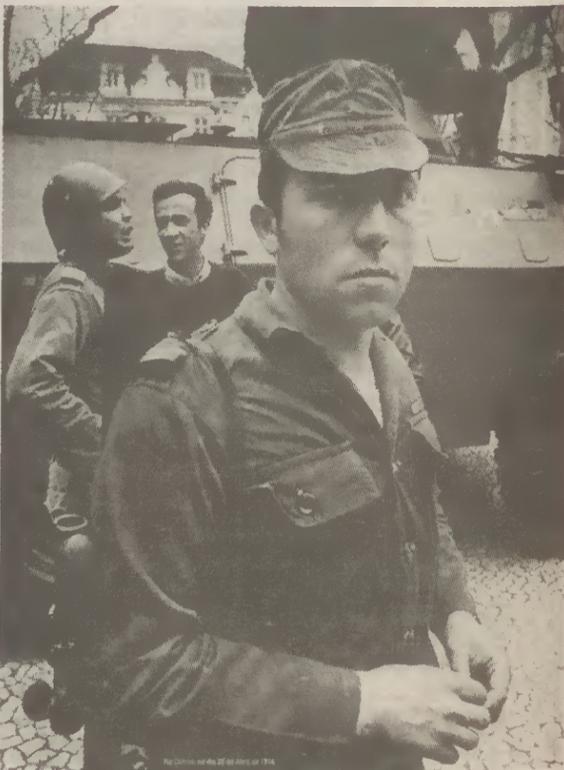
07.00 Infantil/Juvenil  
11.55 Fórmula 1 – GP de Espanha  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.00 O Passeio dos Alegres  
17.55 Hóquei em Patins – Benfica-Barcelona (1/2 Final da Liga dos Campeões)  
20.00 Telejornal  
20.55 Futebol: V. Setúbal-Sporting  
23.00 «O Provocador» (Filme)  
00.45 24 Horas  
01.00 «Assaltantes de Primeira» (Filme de Yves Simoneau, Can/1998, com Charlie Sheen, Mira Sorvino, Marlon Brando, Donald Sutherland. Ver Destaque)

### VRTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto  
19.30 Horizontes da Memória  
20.00 Viva o Improviso  
20.30 Bombordo  
21.00 Por Outro Lado  
22.00 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História - «Os Rolos de Herculano»  
00.00 Britcom  
01.05 Artes de Palco – Ópera: «Madame Butterfly»  
02.30 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

### SIC

08.00 Sic a Abrir  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.45 Catarina.com  
14.30 Air America  
16.00 Walker, o Ranger do Texas  
17.45 «Guarda Costas, Ama



Aparentemente em destaque apenas no Canal 2 da RTP, o 25 de Abril é recordado num programa sobre os seus «capitães», noutro sobre um deles, Salgueiro Maia, e no filme que também eles inspiraram a Maria de Medeiros

16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.30 O Clone  
22.45 O Grande Mestre  
00.30 Sexo e a Cidade  
01.15 Balada de N. York

### TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.15 Jardins Proibidos  
17.15 Batatoon  
17.45 Tudo por Amor  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Bora Lá Marina  
21.45 Anjo Selvagem  
22.30 Sonhos Traídos  
23.15 Academia de Estrelas  
23.45 Nunca Digas Adens  
01.00 «Acordo com o Diabo» (Filme de Fraser Clark Heston, EUA/1993, com Max Von Sydow, Bonnie Bedelia. Ver Destaque)

Seca» (Filme)  
20.00 Jornal da Noite  
21.45 Super Sábado  
22.45 «Assassinos» (Filme)  
01.00 Balada de Nova Iorque

### TVI

08.45 Animação  
09.45 Gala das Estrelas  
11.45 Lux  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Contra-Ataque  
15.15 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 O Último Beijo  
24.00 Ilha da Tentação  
01.15 Para Além da Traição (Filme)  
03.15 «Guerra em Família»  
05.00 Assas nos Pés

## Ossos

(Sexta-feira, 26.04.02, RTP-2)

Raramente se terá captado com tanta crueza e violência emocional a dolorosa apatia em que vivem os marginalizados da sociedade portuguesa, vegetando sem recursos, estatuto, cidadania ou perspectivas. Um filme-choque de **Pedro Costa**, reflectindo as brutais contradições da sociedade urbana portuguesa, com **Vanda Duarte**, **Nuno Vaz**, **Maria Lipkina**, **Isabel Ruth**, **Inês de Medeiros**, entre outros.

## Acordo com o Diabo

(Sexta-feira, 26.04.02, TVI)

Eis um filme mais ou menos fantástico e de terror que, vagamente, mais uma vez se inspira na velha armadilha de se «vender a alma ao diabo», neste caso através da compra de objectos fora de comum ao dispor numa misteriosa loja de província gerida por um não menos misterioso **Max Von Sydow** (brilhante, como sempre). A pacata vida na vila acaba a transformar-se numa caldeirada de invejas, violências e ódios que se propagam em cadeia, conforme as pessoas se vão abastecendo na loja. Uma ideia interessante, apesar do tema bastante batido.

## Jaguar

(Sábado, 27.04.02, RTP-2)

**Francis Weber** dá-nos mais uma interessante comédia produzida por França e juntando, na floresta da Amazônia, um vigarista sedutor e oportunista com um intelectual sério, corajoso e íntegro. O confronto inevitável das duas personalidades evolui para a luta comum na preservação da floresta amazónica, num registo de comédia com ecos ambientalistas. Os principais papéis estão (bem) entregues a **Jean Reno** e **Patrick Bruel**.

## Domingo, 28

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.00 Jornal da Tarde  
12.55 Fórmula 1 - GP de Espanha  
15.00 João Baião  
18.45 Melhor É Impossível  
20.00 Telejornal  
21.00 Camilo, o Pendura  
21.30 «O Informador» (Filme)  
00.15 24 Horas  
02.00 Fórmula 1 - GP de Espanha (resumo)  
02.15 «A Companhia dos Lobos» (Filme de Neil Jordan, G.Bret/1984, com Angela Lansbury, David Warner, Graham Crowden.  
Ver Destaque)

## ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Programa Religioso  
11.30 Horizontes da Memória  
12.00 Turma das Ciências  
13.00 Peregrinações (I)  
14.00 Desporto 2  
18.30 O Jogo Maravilhoso  
19.30 Onda Curta  
20.00 Coleccionadores de Arte  
20.30 Futurama  
21.00 Artes e Letras - «John Carpenter»  
22.00 Jornal 2  
23.00 «Quando Troveja» (Filme Português)  
00.40 Sinais do Tempo - «Abaixo o Ditador»  
01.45 2010 (Rep.)

## Segunda, 29

## ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Regiões  
14.20 Um Estranho em Casa  
15.30 Picara Sonhadora  
17.00 Estação da Minha Vida  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.15 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Sorte Grande  
21.15 Fábrica das Anedotas  
21.45 O Jogo da Espera  
22.45 Jogo Falado  
23.45 «Detalhes Íntimos» (Filme)  
01.30 Operação Triunfo  
02.00 24 Horas  
02.15 «O Macaco de Ferro» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 O Lugar da História - «Os Rolos de Herculano»  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Planeta Azul  
19.30 Caderno Diário  
19.55 Veterinário de Emergência  
20.20 Casei com uma Feiticeira  
20.40 Sabrina  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2

## Terça, 30

## ▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Regiões  
14.20 Um Estranho em Casa  
15.20 Picara Sonhadora  
17.00 Estação da Minha Vida  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.20 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Grande Informação  
21.30 Fábrica das Anedotas  
22.00 O Jogo da Espera  
22.45 «O Bando de Jesse James» (Filme de Walter Hill, EUA/1980, com os irmãos Carradine, os irmãos Quaid.  
Ver Destaque)  
01.00 Operação Triunfo  
01.30 24 horas  
01.45 «O Homem-Bomba» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
11.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.00 2010  
14.30 Via Aberta  
17.00 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Onda Curta  
19.30 Caderno Diário  
19.55 Turma das Ciências  
20.20 Casei com uma Feiticeira  
20.40 Sabrina  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2

## Quarta, 1

## ▼ RTP 1

07.00 Circo  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Regiões  
13.50 O Fugitivo  
15.00 Desporto  
16.30 «Rapa Nui - O Centro da Terra» (Filme)  
18.20 Quebra-Cabeças  
19.20 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.10 Fábrica das Anedotas  
21.40 Jogo da Espera  
22.40 «Jogador de Alto Risco» (Filme)  
00.30 Futebol - Liga dos Campeões (Resumo)  
01.30 Operação Triunfo  
02.00 24 Horas  
02.15 «Hotel New Hampshire» (Filme)

## ▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil  
10.00 Euronews  
13.00 O Homem e a Cidade  
13.30 Por Outro Lado  
14.30 Via Aberta  
15.55 Basquetebol  
17.45 Informação Gestual  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
19.45 Caderno Diário  
19.55 Verdaderamente Insólito  
20.20 Casei com uma Feiticeira  
20.40 Sabrina  
21.05 Dharma e Greg  
21.30 Acontece

**TVisto**  
Correia da Fonseca

# A estratégia do apagamento

É fácil a previsão: no próprio dia 25, as TVs portuguesas, algumas delas se não todas, vão transmitir inquiridos de rua no decurso dos quais, abordados acerca do dia de amanhã, do seu significado e do tempo a que Abril veio pôr fim, simpáticos jovens e outros não menos simpáticos embora menos jovens dirão que não sabem ao certo, que talvez corresponda à implantação da República ou, hipótese ainda mais escandalosa, à fundação da nacionalidade. Ainda assim, porém, a maioria dará respostas menos caricaturais embora igualmente desapontadoras para ouvidos otimistas. Em compensação, se é que a palavra cabe para introduzir alternativas tristes, é plausível que surjam figuras de maiores responsabilidades, supostamente informadas, quem sabe se até conhecidos «opinion makers», a darem a sua contribuição, para a desvalorização do 25 de Abril na memória colectiva. A ser assim, não será caso para surpresas: afinal, muita gente ilustre, ou que por ilustre passa, não tem feito nada de mais relevante que esse trabalho persistente, relativamente discreto e, bem o sabemos, infâme, durante as últimas décadas. Sem essa tarefa sabiamente planeada e executada teria sido bem mais difícil ouvir-se nas ruas deste País ainda limpo do poder fascista (apesar de tudo...) que «o que isto precisa é de um outro Salazar». E, contudo, quem ainda sabe do Portugal do século XX bem percebe que aquela frase significa de facto que o que «isto» precisa é de fome, violência policíesca contra tudo quanto pareça de esquerda, guerras injustas e intermináveis, cumplicidade activa com os mais criminosos regimes estrangeiros. Só que quem prefere aquele disparate não sabe, na verdade, o que diz.

A questão é que o talvez crescente desinteresse de segmentos da população pelo 25 de Abril, segmentos que quase sempre são os mais beneficiados pelo 25 de Abril, é directamente decorrente da ignorância acerca da verdadeira e omnipresente realidade do fascismo derrubado. Dizendo-o, estou naturalmente a pensar nos jovens que cresceram sem encontrarem regimes escolares altamente repressivos, sem defrontarem preconceitos sociais e sexuais severíssimos e inquestionáveis, sem serem chamados para guerras africanas onde haveriam de destroçar-se psíquica e fisicamente. Toda essa atroz realidade tem vindo a ser esquecida mediante uma estratégia do apagamento, naturalmente desejada e tacitamente encomendada pelos herdeiros do 24. Como complemento, ainda há a adição regular de calúnias contra o que o 25 de Abril trouxe ao País de mais efectivamente libertador, sendo

recorrente a acusação de que o período imediatamente posterior à Revolução estaria inçado de «excessos», «utopias» e desatinos diversos. Em nota ocasional, acrescente-se que também em França foi desencadeado um processo algo semelhante, embora em escala e conjuntura diversas, dirigido contra a Resistência, e o mais recente resultado desse esforço de «desaceleração e ajustamento» foi o mais de 17% recebidos nas recentes eleições por Le Pen, fascista e torcionário com currículo.

## A TV na sabotagem

Porém, falando da realidade portuguesa e chegando finalmente ao que mais interessa a esta coluna, salienta-se que este esquecimento parcial e sectorial do 25 de Abril, dos seus valores e dos crimes a que veio pôr cobro, não teria sido possível se a televisão não tivesse colaborado com a tal estratégia do apagamento. Não surpreende que tenha sido assim: de facto, a RTP (que até Outubro de 92 foi toda a televisão portuguesa) só durante breves dias esteve de corpo inteiro com Abril, se é que o esteve, e as estações privadas que chegaram em 92 e 93, pela sua própria natureza não podiam ser entusiastas admiradoras de um movimento que causou muitos desgostos aos grandes poderes económico-financeiros. Temos, pois, que a responsabilidade pela sabotagem informativa acerca do 25 de Abril cabe esmagadoramente à TV pública, cuja gestão sempre foi confiada a quem dava garantias de não apoiar «excessos». Ainda assim, o executivo cavacal tomou a iniciativa de iniciar o processo do seu assassinato: foi a extinção da taxa, foi o esbulho da sua rede de distribuição. Era, afinal, a aplicação a este caso concreto de uma velha consigna de Salazar para domar opositores ou os que podiam vir a sê-lo: «Tirem-lhes o pãozinho, tirem-lhes o pãozinho!» Passados estes anos, o resultado é o que todos os anos pode ser evidenciado por esta altura nos diversos canais e, ao longo dos meses, surge em transparência nas mais diversas ocasiões: são talvez já milhões os portugueses que, perguntados, na verdade poderiam responder uma espécie de paráfrase da resposta há anos colhida na então RFA acerca de Hitler: «25 de Abril? Não conheço!» É a estratégia do apagamento a colher dividendos. São os herdeiros do 24, míopes, a julgar que podem espolar tranquilamente.



## ▼ SIC

06.45 SIC a Abrir  
12.00 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «Desta para Melhor» (Filme)  
16.00 Filme (Filme)  
19.00 «A Qualquer Custo» (Filme)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Herman SIC  
01.00 «Tréguas da Meia-Noite» (Filme)

## ▼ TVI

08.45 «Um Sedutor em Apuros» (Filme)  
11.00 Cerimónias Religiosas  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Domingo Fantástico  
17.45 «Eraser» (Filme)  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Anjo Selvagem  
22.00 O Último Beijo  
24.00 Academia de Estrelas  
01.30 «Plano de Evasão» (Filme)

23.00 A Família Green  
00.00 «No Coração da Mentira» (Filme)  
01.40 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buéréré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 «Passagem para o Inferno» (Filme)

## ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.15 Jardins Proibidos  
16.45 Batatoon  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Academia de Estrelas  
21.15 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.30 Nunca Digas Adeus  
00.00 Academia de Estrelas  
00.15 «O Clube dos Marginais» (Filme)  
03.30 «Promessa de Justiça» (Filme)

23.00 Os Limites do Terror  
00.00 «Conto de Outono» (Filme)  
01.40 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buéréré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
24.00 Ficheiros Clínicos  
01.00 Balada de N. York  
03.00 Os Milhões de Madonna

## ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.30 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.30 Jardins Proibidos  
17.10 Batatoon  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Anjo Selvagem  
22.00 Sonhos Traídos  
22.30 Gala das Estrelas  
01.20 «Silk Hope» (Filme)  
03.45 Os Homens do Presidente

22.00 Jornal 2  
23.00 Conversas de Mário Soares (2)  
00.00 «A Nova Eva» (Filme)  
01.40 Serviço Público

## ▼ SIC

08.00 Buéréré  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.00 Malhação  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.15 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
22.00 Fúria de Viver  
23.00 O Clone  
00.00 Hora Extra  
01.00 Balada de N. York

## ▼ TVI

08.15 Animação Infantil  
09.45 As Manhãs de Sofia  
13.00 TVI Jornal  
14.45 Jardins Proibidos  
16.00 Filme  
19.00 Anjo Selvagem  
20.00 Jornal Nacional  
21.15 Academia de Estrelas  
21.45 Anjo Selvagem  
22.15 Sonhos Traídos  
23.15 Nunca Digas Adeus  
00.00 Filme  
02.30 Os Olhos da Lei

## Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### Com afinco

O ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmiento, pediu esta semana aos portugueses contenção nas despesas para se ultrapassar o problema financeiro que, segundo o Governo, assola e aflige Portugal.

No registo de «frontalidade» com que, para se precaver de hipotéticas denúncias, confessou ao País que já tinha sido prisioneiro de drogas duras, disse o ministro: «Quando falamos da situação difícil do País é para dizer aos portugueses que não podem mais viver acima das suas possibilidades.»

«Viver acima das suas possibilidades»?!... Mas quem é que anda para aí a viver «acima das suas possibilidades»?!...

Os milhões de trabalhadores que auferem o salário mínimo (ou pouco mais) e que passam a vida, mês após mês, ano após ano, não apenas a contar os tostões mas a viver a prestações, gastando as contas-ordenado e fazendo malabarismos com cartões de crédito para, fatalmente, chegarem ao fim do mês com o salário seguinte já hipotecado?!... São esses que andam a «viver acima das suas possibilidades», sejam eles novos ou velhos, com vínculo laboral ou sem ele, mas sempre e cada vez mais na corda bamba para pagar as prestações da casa e do carro, dos electrodomésticos e das férias, mais as despesas diárias com alimentação, transportes, energias, saúde, educação e etc., etc.?

Ou serão os reformados que, também aos milhões, recebem ainda menos que o salário mínimo?!...

Convém recordar neste ponto que, sendo verdade haver milhões de portugueses a viver a crédito (ou seja, gastando, hoje, o que os bancos lhes adiantam mas, amanhã, lhes cobram dos ordenados a depositar), não é menos verdadeiro que a esmagadora maioria cumpre com as suas obrigações e paga regularmente as dívidas.

Aliás, nem os bancos consentiriam outra coisa, sendo prova acabada disso os lucros fabulosos, e sempre crescentes, que todas as entidades bancárias registam no final de cada ano...

Lucros esses que, entretanto, o Governo não tributa convenientemente, tal como se recusa, por exemplo, a tributar as mais-valias.

Não é certamente essa minoria possidente que o ministro acusa de «viver acima das suas possibilidades» e, muito menos, será a ela que recomenda «contenção» — a ela ou às dezenas de milhares que à sua volta gravitam, auferindo ordenados e proventos chorudos —, num quadro de apropriação da riqueza por uma minoria que é o mais acentuado da União Europeia, segundo dados da própria União...

Então para quem fala o ministro?

Fala para os portugueses em geral, exactamente os que acusa de «viverem acima das suas possibilidades», apesar de tal constituir uma descarada mentira.

Em rigor, ninguém em Portugal vive acima das suas possibilidades, pelo simples facto de que a generalidade vai pagando o que deve.

O que é verdade é que a maioria do povo português vive (e continua a viver...) com baixas possibilidades — o que o ministro esconde e não diz, pois essas «baixas possibilidades» da esmagadora maioria dos trabalhadores traduzem-se em apropriações rápidas e directas de mais-valias por uma miríade empresarial que tem, em comum, a voracidade rapace e a curteza de vistas.

Afinal de contas, o que o ministro procura, quando acusa os portugueses de «viverem acima das suas possibilidades», é simplesmente convencê-los a aceitar o agravamento que aí vem das sempre «baixas possibilidades» com que eternamente são forçados a (sobre)viver.

Para gáudio e com o aplauso de todos os patronatos, evidentemente, pois é para eles que o novo Governo se propõe trabalhar com afinco.



1.º de Maio será comemorado em todo o País

## A globalização da luta

Na próxima quarta-feira comemora-se mais um Dia do Trabalhador. A CGTP garante que o 1.º de Maio será uma jornada de massas, inevitável num momento de contestação às políticas de direita, como acontece em Itália.

Num momento em que se acentua a ofensiva das forças neoliberais, conservadoras e belicistas, a comemoração do Dia do Trabalhador é ainda mais importante. Quem o diz é a CGTP-IN no apelo à participação de toda a população nas manifestações, desfiles, concentrações, comícios, encontros e espectáculos, marcados para a próxima quarta-feira em todo o País.

O Governo do PSD e do CDS é um dos principais visados: «As promessas e os discursos salpicados, aqui e ali, de falsas preocupações sociais com que a direita

tenta mascarar a sua verdadeira face não escondem o carácter injusto e retrógrado do seu programa político. Perspectivam-se grandes combates sociais.

Temos que estar atentos e preparados para lutar!»

«Os trabalhadores têm razões acrescidas para estarem apreensivos», garante a central sindical.

As razões são várias: os programas do PSD e do CDS, as medidas de contenção anunciadas e a presença de ministros provenientes do sector financeiro e apóstolos das privatizações das funções sociais do Estado e do

privilégio do lucro face ao social.

### Reivindicações

São várias as reivindicações da CGTP. Entre elas conta-se o aumento dos salários, aproximando-os da média europeia; a instauração das 35 horas como limite de trabalho semanal; a adopção de 25 dias úteis de férias; o combate aos acidentes de trabalho e às doenças profissionais e a defesa da segurança social, pública e universal, com a consolidação da lei de bases do sector e novos sistemas de financiamento e cálculo.

A central sindical exige ainda a valorização do trabalho, «sem precariedade e com empregos de mais qualidade, com qualificação e formação ao longo da vida, igualdade de oportunidades e respeito pelos direitos individuais e colectivos».

Outras medidas passam

pela melhoria do serviço público de saúde, uma justiça fiscal, a existência de uma escola pública de qualidade para todos e a adopção de uma política de emigração que garanta igualdade de tratamento entre os trabalhadores residentes portugueses e os trabalhadores imigrantes.

«O 1.º de Maio é uma festa planetária. É esta a nossa resposta à selvagem globalização neoliberal», garante a CGTP.

«Em 2002, o 1.º Maio vai ser uma grandiosa acção sindical e de massas. Garantem-no as acções que temos desenvolvido, a confiança e os objectivos que perseguimos. O Fórum de Porto Alegre, a enorme manifestação sindical europeia de Barcelona e a impressionante resposta dos trabalhadores italianos a Berlusconi e à sua tentativa de alterar a legislação laboral reforçam essa certeza», afirma a central sindical.

## ONGs apelam à retirada de tropas israelitas

«Os palestinianos têm o direito inalienável de viver no seu próprio Estado soberano», consideram as organizações não-governamentais que participaram na reunião das Nações Unidas de Solidariedade com o Povo Palestiniano, que se realizou em Nicosia, no Chipre. O Conselho Português para a Paz e Coopera-

ção (CPPC) foi um dos participantes.

São várias as exigências apresentadas pelas ONGs, nomeadamente o levantamento imediato do cerco a Yasser Arafat, «para que possa exercer e cumprir os seus deveres como legítimo e eleito líder do povo palestiniano». Outra reivindicação é a retirada das tropas

israelitas dos territórios palestinianos e árabes ocupados em 1967 e o levantamento de todas as restrições de circulação e check-points.

As ONGs defendem o envio imediato de uma força das Nações Unidas de manutenção da paz e de monitorização para os territórios palestinianos ocupa-

dos, para protecção da população civil de ataques, bem como o acesso de toda a ajuda humanitária à Cisjordânia e à Faixa de Gaza.

Entre as reivindicações, conta-se a constituição de uma comissão independente para investigar a destruição das infra-estruturas das duas regiões, «do assassinato de civis e outros crimes perpetrados pelas forças militares israelitas».

As organizações pedem aos Estados Unidos que cessem «o seu contínuo apoio, directo e indirecto, à política de ocupação, agressão, terror e guerra desenvolvida pelo governo israelita». À União Europeia instam para que implemente sanções contra Israel e que forneça assistência humanitária.

25 de Abril

## Comemorações alternativas em Vila Franca

A JCP contesta a forma como a autarquia de Vila Franca de Xira está a desenvolver as comemorações do aniversário da Revolução dos Cravos e promove uma iniciativa alternativa, marcada para junto da Patriarcal.

«O 25 de Abril foi feito pelo povo e é triste verificar que 28 anos depois a Câmara

Municipal não apele à sua participação na festa», consideram os jovens comunistas.

«Desde sempre as comemorações tiveram lugar nas ruas, proporcionando a participação do povo no desfile, na sessão solene e em outras actividades. Este ano, a Câmara decidiu realizar o

discurso comemorativo do 25 de Abril num espaço «fechado», não incentivando a participação de todos», explica a JCP. Por isso promoverá uma concentração, que terá lugar ao mesmo tempo do discurso, forma de demonstrar o «desagrado com esta acção do executivo camarário».

